www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2023
NÚMERO 21.897 • 42 PÁGINAS • R$ 4,00

INÊS249

PGR pede mais tempo de prisão para Torres

Procuradoria-Geral da República afirma que ex-secretário de Segurança do DF Anderson Torres tinha informações e ciência sobre os riscos de um ato golpista em 8 de janeiro. Promotores pedem a permanência de Torres em prisão preventiva. Ministro Alexandre de Moraes, do STF, prorroga as investigações por mais 60 dias.

Mariana Lins/Esp.CB/D.A Press

CPI quer saber quem falhou

Relator da comissão dos atos antidemocráticos, o distrital João Hermeto (MDB) disse, no *CB.Poder*, que buscará individualizar as condutas sobre falhas na segurança.

PÁGINAS 2 E 23 E EIXO CAPITAL, 23

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Governo revoga isenção e tenta segurar gasolina

Após a queda de braço entre a área econômica e a base política de Lula, o Palácio do Planalto decidiu pela volta da cobrança do PIS/Cofins e da Cide sobre gasolina e etanol. As alíquotas serão anunciadas hoje, e os novos preços devem vigorar na quarta-feira. A expectativa é de que a reoneração tenha impacto de R$ 0,69 por litro de gasolina e R$ 0,49 por litro de etanol. Os dois combustíveis terão alíquotas diferentes. Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Minas e Energia, Alexandre Silveira, vão discutir com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, estratégias para evitar um aumento expressivo nas bombas. Uma das alternativas é reduzir o preço nas refinarias. Ontem, diversos postos em Brasília já cobravam R$ 5,29 pela gasolina — na semana passada, o preço girava em torno de R$ 4,97. No caso do diesel e do gás de cozinha, os impostos seguem zerados até 31 de dezembro.

PÁGINA 14

Restituição do IR chega mais rápido para quem escolher o PIX

PÁGINA 15

Ed Alves/CB/D.A Press

Sob a bênção do Zé Gotinha

Na UBS 1 do Guará, o presidente Lula lançou ontem o "Movimento Nacional pela Vacinação" e teve a dose da Pfizer bivalente da covid-19 aplicada pelo vice, Geraldo Alckmin, que é médico. Idosos do DF começaram ontem a serem imunizados. PÁGINAS 12 E 22

Quem ama Brasília preserva a cidade

Cuidar do patrimônio cultural da capital do país, que passa pelo processo de envelhecimento, está entre os temas do evento que começa hoje, às 14h, no auditório do **Correio** e será transmitido pelas redes sociais.

PÁGINA 32

Kerry e Marina: sem anúncio de recursos

Enviado dos EUA para o clima, John Kerry adiou o anúncio de verbas para o Fundo Amazônia. Ele esteve com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e conheceu projetos, mas evitou falar em dinheiro. PÁGINA 3

Luiz Carlos Azedo / O desmatamento da Amazônia virou uma ameaça para o mundo. PÁGINA 2

Denise Rothenburg / Bancadas aguardam cargos do segundo escalão. Até lá, sem votações. PÁGINA 4

Rotary International

Cem anos em defesa da vida

Presidente da Rotary Internacional, Jennifer Jones celebra o centenário da organização no Brasil. PÁGINA 13

Ed Alves/CB/D.A Press

Saúde brota no Sudoeste

Todos os dias, Ikuyo Nakamura (E), 79 anos, cuida da horta comunitária no parque do bairro, criada em 2015. Ervas medicinais e flores são cultivadas naquele espaço, mantido com a ajuda e vaquinhas feitas pelos moradores do local. PÁGINA 33

A Copa devolveu o mundo

Dois meses depois de levar Argentina ao tri, Messi quebra tabu de três anos e volta a ser o número 1.

PÁGINA 35

Franck Fife/AFP

Risco de infarto no adoçante

Estudo mostra que eritritol pode aumentar a formação de coágulos e provocar, também, a ocorrência de AVC. PÁGINA 20

Saúde
Adoçante zero é ligado a maior risco de infarto

ISSN 1808-2661

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

ATAQUE À DEMOCRACIA

Torres sabia dos riscos de invasões, acusa PGR

Em manifestação ao STF, subprocurador Carlos Frederico Santos aponta que ex-ministro se omitiu deliberadamente diante da possibilidade de os vândalos bolsonaristas invadirem as sedes dos Três Poderes. E recomenda que ele continue preso

» LUANA PATRIOLINO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recomendou, ontem, que Anderson Torres continue preso preventivamente. Isso porque, segundo o subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal tinha total ciência dos riscos das ações golpistas, em 8 de janeiro — que culminaram com a invasão dos terroristas bolsonaristas às sedes dos Três Poderes.

"Ao sair do país, mesmo ciente de que os atos ocorreriam no dia 8 de janeiro, vislumbra-se que Anderson Gustavo Torres, deliberadamente, ausentou-se do comando e coordenação das estruturas organicamente supervisionadas pela pasta que titularizava, fator que surge como preponderante para os trágicos desdobramentos dos fatos em comento", acusa.

Segundo Carlos Frederico, Torres omitiu-se deliberadamente diante da possibilidade de uma tentativa de golpe. "Além de não atuar para impedir ou, ao menos, minimizar os danos, o investigado/requerente se colocou em posição deliberada de omissão, não podendo agora se valer disso para buscar uma isenção de responsabilidade", afirma.

O ex-ministro está preso desde 14 de janeiro por ordem do ministro Alexandre de Moraes, devido à atuação que teria permitido atos de vandalismo contra os Três Poderes. Torres estava nos Estados Unidos quando os prédios do Congresso, do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto foram depredados por vândalos que não aceitavam a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

No início deste mês, a defesa de Torres pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a revogação da prisão. Os advogados argumentaram que não há motivos que justificassem a detenção e afirmaram que ele estaria disposto a entregar o passaporte e colocar à disposição da Justiça seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Mas, para a PGR, a conduta de Torres demonstraram "absoluta desorganização". "Se ausentou da responsabilidade que lhe competia, de fiscalizar o seu cumprimento e colocá-lo em prática, ao deixar o país", escreveu.

Minuta guardada

No documento ao Supremo, a PGR dá a entender que a minuta golpista encontrada na casa do ex-ministro — e que ele garantiu que seria jogada no lixo — seria utilizada de alguma forma. Afinal, o documento estava bem guardado e junto a itens pessoais, o que demonstraria o desejo de disfarçar caso fosse procurado.

"Ao contrário do que o investigado já tentou justificar, não se trata de documento que seria jogado fora, estando, ao revés, muito bem guardado em uma pasta do Governo Federal e junto a outros itens de especial singularidade, como fotos de família e imagem religiosa. A apreensão só foi possível porque Anderson Gustavo Torres estava fora do país, retornando apenas no dia 14 de janeiro de 2023", observou Frederico.

A intenção do documento era reverter o resultado da eleição de Lula por meio da decretação de Estado de Defesa, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para "corrigir" o processo eleitoral de 2022, e dar a vitória a Jair Bolsonaro.

Paralelamente, o ministro Alexandre de Moraes prorrogou por mais 60 dias o inquérito que investiga a suposta omissão de agentes públicos nos atos de 8 de janeiro — na qual são citados Torres; o governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha; o ex-comandante-geral da Polícia Militar do DF, Fábio Augusto Vieira, e Fernando Sousa Oliveira, então secretário de Segurança substituto do DF. A decisão atende a pedido da Polícia Federal.

Isaac Amorim/MJSP

Ao contrário do que disse, para a PGR a minuta golpista achada com Torres seria usada de alguma forma

Supremo julga militar golpista

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que cabe à Corte julgar os militares envolvidos nos atos terroristas de 8 de janeiro. Ele salientou que a Justiça Militar e a União não estão aptas para deliberar sobre a conduta dos investigados no episódio.

A decisão atendeu pedido da Polícia Federal, que solicitou o reconhecimento do poder do STF para julgar as ações. Segundo a PF, militares ouvidos na 5ª fase da Operação Lesa Pátria "indicaram possível participação/omissão dos militares do Exército Brasileiro, responsáveis pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Batalhão da Guarda Presidencial".

Segundo Moraes, a competência do Supremo para investigar os atos golpistas "não distingue servidores públicos civis ou militares, sejam das Forças Armadas, sejam dos estados (policiais militares)". "O Código Penal Militar não tutela a pessoa do militar, mas sim a dignidade da própria instituição das Forças Armadas, competência *ad institutionem*, conforme pacificamente decidido por esta Suprema Corte ao definir que a Justiça Militar não julga 'crimes de militares', mas, sim, 'crimes militares'", destacou o ministro.

Na mesma decisão, Moraes também acatou pedido da PF para abrir uma investigação sobre os eventuais crimes cometidos pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e pelas Forças Armadas. As duas instituições teriam incorrido nos seguintes delitos: atos terroristas, ameaça, perseguição, dano, incitação ao crime, incêndio majorado, associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. **(LP)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Desmatamento internacionalizou a Amazônia

A visita ao Brasil do enviado especial do governo Biden, John Kerry, para tratar da participação dos Estados Unidos no Fundo Amazônia, coincidiu com o recrudescimentos das queimadas na floresta. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram registrados até 17 de fevereiro um recorde para o período. No encontro com o vice-presidente Geraldo Alckmin e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no Itamaraty, Kerry se comprometeu a buscar recursos "vultosos" para o Fundo. Na visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Casa Branca, o presidente Joe Biden havia anunciado essa intenção.

Estima-se que essa participação pode chegar a US$ 50 milhões. Segundo a embaixadora dos EUA no Brasil, Elizabeth Bagley, o montante será definido numa negociação da Casa Branca com o Congresso americano. O Fundo ficou parado entre 2019 e 2022, no governo Bolsonaro. Depois da posse de Lula, foi reativado e seus recursos liberados pelos doadores, principalmente Noruega e Alemanha. A União Europeia (UE) também pretende colaborar.

O desmatamento da Amazônia durante o governo anterior virou uma ameaça para o mundo, que reage a isso fortemente. Na prática, Bolsonaro "internacionalizou" a Amazônia, cujo impacto no aquecimento global é enorme, por causa das queimadas e derrubadas de árvores. Zerar o desmatamento é a forma mais eficiente e barata de reduzir o aquecimento global e ganhar tempo para a conversão à economia verde. Por exemplo: o presidente da França, Emmanuel Macron, anunciou, sábado passado, durante a Feira Internacional Agrícola de Paris, que o acordo entre o Mercosul e a UE pode subir no telhado em razão da questão ambiental.

Na COP27, no Egito, Macron fez dobradinha com Lula, então recém-eleito, com duras críticas ao ainda presidente Bolsonaro. Na verdade, a advertência é dirigida principalmente à Venezuela, que passa a ser pressionada também pelos vizinhos. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai têm interesse no acordo. A França, por causa da Guiana Francesa, se considera "uma potência amazônica". Macron faz alusão ao centro espacial de Kourou, que hospeda a base de lançamento de foguetes e satélites da Agência Espacial Europeia (ESA). O empreendimento gera tecnologia de ponta e informática, além de empregos.

Situada na costa setentrional da América do Sul, como o Suriname e a República da Guiana, a Guiana Francesa parece mais um território caribenho do que sul-americano. Está isolada do resto do continente pela floresta amazônica, pois é essencialmente povoada na faixa atlântica. O idioma francês e o dialeto créole, também presentes nas Antilhas, não são falados nos países sul-americanos. Por ser uma província francesa, também foi excluída dos tratados entre os países da América do Sul, porém representa a França na Associação dos Estados do Caribe, junto com a Martinica e a ilha da Guadalupe. É um enclave europeu no subcontinente.

Garimpo ilegal

Com 200 mil habitantes, mercado de consumo pequeno e fronteira vulnerável, a Guiana Francesa se manteve isolada, mas agora sofre com os imigrantes ilegais, principalmente garimpeiros brasileiros e peruanos, traficantes colombianos e refugiados haitianos. O Brasil sempre deu mais importância estratégica à cooperação com a Guiana do que a própria França, da qual é um departamento, porque a fronteira de 760km entre os dois países nos torna também vizinhos da UE.

Entretanto, a ponte que ligaria a Guiana ao Amapá, o único estado brasileiro que não tem ligação terrestre com o resto do país, não saiu do papel. A estratégica ligação entre Manaus e Georgetown, sonhada pelos militares nos anos 1970, também não. A ligação com o Suriname, após a construção da estrada de Cayenne ao Oiapoque, porém, virou uma porta aberta para os traficantes colombianos e garimpeiros brasileiros — ou seja, um problema.

As fronteiras entre Brasil, Guiana, Suriname, Venezuela e Colômbia são praticamente virtuais, o que coloca em xeque a soberania efetiva entre esses países, ainda mais depois que a preservação da Amazônia se tornou um problema global. Várias operações foram realizadas pelo governo francês para combater o garimpo ilegal na Guiana Francesa. Entretanto, após cada operação os garimpeiros voltaram.

Em 12 de março de 2010, soldados franceses e policiais de fronteira foram atacados enquanto retornavam de uma operação bem-sucedida, durante a qual prenderam 15 mineiros, confiscaram três barcos e apreenderam 617 gramas de ouro. Entretanto, os garimpeiros retornaram para recuperar seus saques e colegas perdidos. Os soldados dispararam tiros de advertência e balas de borracha, mas os garimpeiros conseguiram retomar um de seus barcos e cerca de 500 gramas de ouro.

A cooperação com a França será fundamental para conter o garimpo ilegal e o tráfico de drogas na Amazônia.

GOVERNO

Boas intenções, pouco dinheiro

Brasil espera que os Estados Unidos aumentem o valor da contribuição ao Fundo Amazônia, estimada em US$ 50 milhões

» VICTOR CORREIA

O encontro de ontem entre o enviado especial do governo dos Estados Unidos para o Clima, John Kerry, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e a ministra do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, Marina Silva, frustrou a expectativa de que seria anunciado o valor de contribuição do valor prometido por Washington para o Fundo Amazônia. A reunião, no Itamaraty, foi mais uma preliminar na qual o Brasil expôs os projetos para investimentos e o formato de gestão e os EUA apresentaram as contrapartidas para a colaboração.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está considerando o aporte norte-americano no Fundo muito mais um aval da gestão de Joe Biden, que trará reflexos positivos para o Brasil no cenário internacional, do que propriamente um investimento vultoso nas iniciativas de preservação da Amazônia. Isso porque Kerry deu a entender a Alckmin e a Marina que dificilmente os EUA aumentarão a contribuição que pretendem fazer — de US$ 50 milhões (aproximadamente de R$ 260 milhões, pelo dólar de ontem). A expectativa do Palácio do Planalto era de que os norte-americanos investissem um valor próximo ao da Noruega, que aplica US$ 2 bilhões no Fundo.

Um dos reflexos positivos esperados pelo governo Lula é que outros países ou blocos econômicos confirmem a manifestação que fizeram — como foi o caso da França e da União Europeia — de investir no Fundo. "Foi uma reunião muito proveitosa. Abordou, claro, o tema principal, que é o combate à mudança climática. Abordamos desmatamento, descarbonização, transição energética e possibilidades de parceria em diversas áreas. Kerry não definiu valor, mas colocou que vai se empenhar junto ao governo, junto ao Congresso norte-americano e junto à iniciativa privada para termos recursos vultuosos. Não só no Fundo Amazônia, como também em outras cooperações", explicou Alckmin.

O vice-presidente destacou, também, a importância de se combater as mudanças climáticas. Exemplificou isso com a tragédia no litoral norte de São Paulo, em decorrência de um volume de chuvas anormal e muito acima daquilo que é esperado para esta época do ano.

"Os EUA tiveram, nesta madrugada, tornados violentíssimos, uma tragédia verdadeira. Nós tivemos também tragédia no litoral, com enchentes e chuvas torrenciais, e simultaneamente seca na Região Sul. A mudança climática leva a esses extremos", salientou.

O Fundo Amazônia ficou parado entre 2019 e 2022, após países suspenderem os repasses por contrariedade com a política ambiental conduzida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A iniciativa foi reativada em janeiro deste ano por determinação de Lula.

Cadu Gomes/AFP

Kerry, Alckmin e Marina no encontro de ontem. Governo brasileiro pretendia que gestão de Biden aportasse no Fundo valor semelhante ao da Noruega

> **Kerry não definiu valor, mas colocou que vai se empenhar junto ao governo, junto ao Congresso norte-americano e junto à iniciativa privada para termos recursos vultuosos. Não só no Fundo Amazônia, como também em outras cooperações"**
>
> ***Geraldo Alckmin,** vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços*

Revanche

Marina, por sua vez, comentou que o desmatamento da Amazônia foi um dos principais assuntos debatidos na conversa com Kerry. Questionada sobre a prévia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mostra um recorde no desmatamento na região em fevereiro, de 209km², antes do final do mês, a ministra rebateu que o novo governo encontrou uma "situação de terra arrasada".

"Nesse momento, estamos identificando que tem uma ação criminosa mesmo no período chuvoso, adiantando o desmatamento. E estamos nos preparando para fazer o enfrentamento. É uma espécie de revanche às ações que já estão sendo tomadas na ponta. E vamos seguir trabalhando, esse é o nosso objetivo. Não somos como o governo anterior. Os dados são transparentes", frisou.

A ministra defendeu, ainda, que, apesar das ações do governo, leva tempo para que o desmonte na área ambiental seja superado. "As coisas não são mágicas. Temos a clareza da complexidade do problema e estamos trabalhando para que venha a cair estruturalmente", salientou.

Do encontro com Kerry, participaram, além de Alckmin, Marina e das equipes técnicas dos dois países, o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloízio Mercadante, e a secretária-geral do Itamaraty, embaixadora Maria Laura da Rocha. Pelo lado do governo Biden, estava presente a embaixadora dos EUA no Brasil, Elizabeth Bagley. Kerry visita o Congresso, hoje, e deve se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e outros parlamentares.

Silvio garante compromisso com direitos humanos

Ao participar, ontem, na 52ª reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, Suíça, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, fez questão de salientar a volta do Brasil às discussões internacionais sobre direitos humanos e fez um alerta para um crescimento internacional da extrema direita e do fascismo. Ele assegurou que o Brasil, agora, vive um novo tempo, com a retomada de direitos dos povos indígenas, das mulheres, das pessoas LGBTQIA+, dos negros e o combate ao trabalho escravo e à violência contra defensores dos direitos humanos.

Silvio deu à comunidade internacional uma explicação sobre a atuação do governo para mitigar a gravidade da situação dos ianomâmis, vítimas do desprezo do governo anterior — que estimulou a invasão das terras da etnia pelo garimpo ilegal em busca de ouro e cassiterita. "Não temos medido esforços para restaurar a dignidade dessas populações e garantir-lhe o efetivo domínio sobre suas terras", enfatizou.

O ministro também observou que "as mulheres terão seus direitos sexuais e reprodutivos restabelecidos no Brasil e o Sistema Único de Saúde (SUS) voltará a acolher de maneira adequada e humana as mulheres vítimas de violência" — um contraponto em relação ao governo anterior, que se posicionou contrariamente até mesmo à interrupção da gravidez resultante de estupro.

Sem conexão

A principal preocupação de Silvio foi deixar evidente para a comunidade internacional que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tem nenhuma conexão de ideias com a gestão de Jair Bolsonaro. O ministro observou que será implementado o Plano Nacional de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas para evitar novos crimes do tipo.

> **Crimes vergonhosos**
>
> A vereadora carioca pelo PSol foi assassinada a tiros, no Rio de Janeiro, em março de 2018, em um crime que está prestes a completar cinco anos sem que se saiba quem é o mandante. Já o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips foram assassinados no Vale do Javari, no Amazonas, no ano passado. Os dois atuavam no combate e na denúncia de atividades criminosas na região — como garimpo e extração de madeira ilegais, além de tráfico de drogas —, que afetam os ribeirinhos e indígenas.

"Lutaremos para que o brutal assassinato de uma promissora política brasileira, mulher negra e corajosa defensora dos direitos humanos, (a vereadora) Marielle Franco, não fique impune e grave na memória e no espírito da sociedade brasileira a dignidade da luta por justiça. Isso também vale para o covarde assassinato de Bruno Pereira (indigenista) e Dom Phillips (jornalista), e de tantos outros defensores dos direitos humanos. Jamais serão esquecidos", garantiu.

Ele fez, também, um apelo à comunidade internacional para formar quatro alianças: pelo clima; pela qualidade de vida; pelo direito ao desenvolvimento; e pela luta contra o ódio. "Nossos países assistem perplexos à rápida propagação dos discursos de ódio baseados no racismo, na xenofobia, no sexismo, na LGBTfobia. A extrema direita e o fascismo crescem e articulam-se por meio de redes que não conhecem fronteiras", explicou. **(VC)**

Violaine Martin/ONU

À comunidade internacional, ministro afirmou: crimes não ficarão impunes

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A hora dos militares

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, de que caberá ao Supremo Tribunal Federal presidir os inquéritos contra militares envolvidos nos atos antidemocráticos, representou um constrangimento para setores do Exército que insistem na precedência da Justiça Militar.

Deixa quieto

O fato de alguns não gostarem da decisão do ministro do STF não significa que algum deles enfrentará Xandão no terreno do Supremo. Pelo menos, até ontem, não havia ninguém disposto a bater o pé e deixar tudo correr no Superior Tribunal Militar (STM).

Ganha-ganha

O governo Lula trabalhou para tentar evitar que a questão dos impostos sobre combustíveis virasse uma derrota para a área econômica ou política. A avaliação é que o resultado atendeu as duas. Agora, é organizar o discurso, ou seja, as tais narrativas. O que vem por aí é dizer que os recursos vão ajudar no atendimento às famílias que mais precisam.

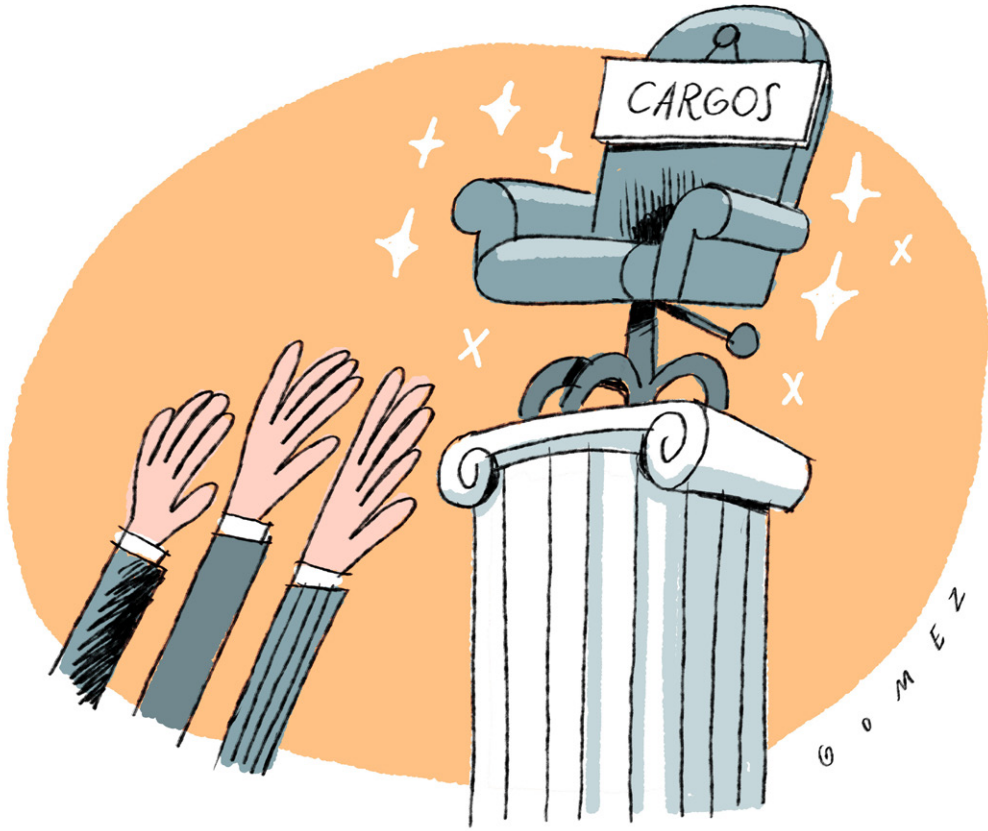
Protestos reduzidos, mas...

A aposta do governo é que ao manter a desoneração sobre o gás de cozinha e o óleo diesel, o barulho será menor. Afinal, os caminhoneiros são aqueles que têm mais capacidade de mobilização. O governo se esquece, porém, dos taxistas e dos motoristas de aplicativos, cada vez mais organizados e cobrando direitos. Aliás, é com a regulamentação trabalhista desses profissionais informais que o governo espera conseguir conquistar a simpatia do segmento.

Enquanto isso, na oposição...

A ideia é ocupar as redes sociais para dizer que vem por aí uma alta inflacionária decorrente da reoneração dos combustíveis, e que os mais pobres terminarão sofrendo o impacto via aumento de preços em vários setores. Cada um vai jogar a versão para o seu público. Essa batalha nas redes sociais começa agora e só terminará na próxima eleição.

Primeiro, os cargos

Os líderes partidários estão com boa vontade em relação ao novo governo neste período pós-carnaval, mas as bancadas, nem tanto. Muitos dizem nos bastidores que enquanto os cargos de segundo escalão não forem resolvidos, nada de votações de temas cruciais para o Palácio do Planalto. O objeto de desejo das bancadas está essencialmente nos ministérios das Cidades, comandado por Jader Filho, e no dos Transportes, sob a batuta de Renan Filho. Ali, o MDB já bateu o pé e revela a intenção de manter a porteira fechada. Falta combinar com o Planalto e o PT, que não querem saber da criação de feudos. Se não houver um acordo logo, vai virar um problema para Lula.

CURTIDAS

Rick e Bolsonaro/ A imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro com os olhos marejados ouvindo o cantor Rick entoar "seja persistente, encare a vida de frente e não perca sua fé" viralizou nas redes bolsonaristas e nas petistas. Na turma ligada ao PT, chegou acompanhada da fala de Bolsonaro em março de 2021, durante a pandemia, quando o então presidente afirmou: "Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando? Temos que enfrentar os nossos problemas".

Falem bem, falem mal.../ ...Mas falem de mim. A contar pelas milhares de visualizações do choro do ex-presidente em menos de 24 horas, até a oposição avaliou que Bolsonaro ainda é o maior garoto propaganda dos conservadores. Não por acaso, o PL não quer confusão com os bolsonaristas.

Alan Santos/PR

O PL e Bolsonaro/ O PL estenderá o "tapete verde e amarelo" para a ex-primeira-dama Michelle (**foto**) e aguarda o retorno do ex-presidente para começar a traçar estratégias para a campanha política do próximo ano, a hora de formar a base de prefeitos e vereadores.

Entre Eixos/ Para quem deseja pensar o Distrito Federal e a preservação de Brasília, a hora chegou: hoje, entre 14h e 18h, o **Correio Braziliense** promove a segunda edição do debate "Entre os Eixos do DF", com o tema "Quem ama preserva". Acompanhe nas redes sociais do **Correio**.

GOVERNO

Junto do cavalo nas asas da FAB

Ministro das Comunicações aproveita agenda oficial para participar de eventos relacionados ao milionário comércio de equinos

» RAPHAEL FELICE

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, usou um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e recebeu quatro diárias e meia no mesmo fim de semana em que participou de leilões de cavalos de raça, que chegaram a custar mais de R$ 1 milhão. Ele ficou em São Paulo entre 26 e 30 de janeiro, mas solicitou a viagem com status de urgência para o cumprimento de compromissos oficiais. Entretanto, segundo a própria agenda de Juscelino, os eventos totalizaram apenas duas horas e meia. A notícia foi adiantada pelo *O Estado de S.Paulo* e confirmada pelo **Correio**.

Em 26 de janeiro, após cumprir agendas no Ministério das Comunicações de manhã, Juscelino foi para São Paulo às 16h35, como consta no site da FAB. Chegou à capital paulista às 18h e, lá, participou de uma reunião na operadora de telecomunicações Claro Brasil. Na agenda oficial, consta que a visita foi realizada entre 18h e 19h.

No dia seguinte, ele realizou uma visita ao Escritório Regional da Telebrás em São Paulo, das 10h30 às 11h, e à sede da Anatel, entre 11h e 12h — também segundo a agenda oficial do ministro, confirmada pelo **Correio** por meio do portal *e-agenda*, do governo federal.

Após o término dos compromissos, Juscelino passou o fim de semana participando de leilões de cavalos equinos e só retornou na segunda-feira. Mesmo sem agenda no sábado e no domingo, recebeu quatro diárias e meia, de 26 a 30 de janeiro, quando aterrissou em Brasília às 12h25. Ao todo, o ministro recebeu mais R$ 3.006,68, fora os custos de operação do voo da FAB.

Discurso

Juscelino foi saudado pelos organizadores em todos os eventos de que participou. Em 27 de janeiro, no 15º Oscar do Quarto de Milha (ABQM Awards), na capital paulista, o ministro afirmou que pretende alavancar o mercado de equinos — algo que não tem relação direta com o Ministério das Comunicações. O ministro foi anunciado na festa e recebeu um troféu no palco do evento. Teve espaço até para um discurso.

"Na função de ministro de Estado, agora no Poder Executivo, mas também como deputado federal reeleito para o terceiro mandato, tenham certeza: cada um de vocês, senhores e senhoras, amantes e apaixonados pelo cavalo Quarto de Milha, terão sempre o meu compromisso, enquanto estiver com uma função pública, de poder defender cada vez mais o cavalo e os esportes equestres no nosso país", salientou.

Reprodução/Redes sociais

No telão, a homenagem do ABQM Awards a Juscelino pela ligação com os cavalos. Ministro aproveitou agenda

No final de semana, foi para Boituva, a 120km da capital paulista, onde participou de outros dois eventos. O evento foi realizado em uma propriedade do empresário Jonatas Dantas, amigo e sócio do ministro. Foram movimentados mais de R$ 7 milhões e um dos cavalos de Juscelino chegou a ser exibido no palco.

Desde domingo, o ministro cumpre agenda em Barcelona, na Espanha. O **Correio** entrou em contato com o Ministério das Comunicações, mas os questionamentos não foram respondidos até o fechamento desta edição.

Este é o segundo episódio envolvendo Juscelino e uma suspeita de uso indevido dos recursos públicos. Quando ainda exercia mandato de deputado federal, ele enviou dinheiro do orçamento secreto para asfaltar uma estrada que dá acesso às fazendas que tem no município de Vitorino Freire (MA).

JUDICIÁRIO

União pode se desculpar por uso do 7 de Setembro

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MP-RJ) ajuizou uma ação civil pública visando a condenação da União em razão da "confusão" entre as celebrações do bicentenário da Independência e ato político-partidário do ex-presidente Jair Bolsonaro, em Copacabana, no 7 de setembro do ano passado. A Procuradoria pede, entre outras medidas, um pedido de desculpas público por parte do Estado para reconhecer a responsabilidade pelo caráter partidário dos festejos do feriado.

A ação teve início na última sexta-feira e foi distribuída ontem para a 2ª Vara Federal do Rio, sob responsabilidade do juiz substituto Mauro Luis Rocha Lopes.

Além da cerimônia para o pedido público de desculpas, os procuradores regionais da República Jaime Mitropoulos, Julio José Araujo Junior e Aline Mancino da Luz Caixeta pedem a elaboração de um relatório sobre o último Sete de Setembro, a regulamentação da participação das Forças Armadas em festividades e a realização de um curso de formação para militares. O objetivo é de "revisitar a celebração do bicentenário e episódios posteriores para enfatizar o necessário respeito dos integrantes das Forças Armadas aos princípios inerentes ao Estado Democrático de Direito, aos direitos humanos e à neutralidade política das Forças Armadas".

O pedido inicial traz algumas imagens das manifestações do último feriado da Independência, que mostram a proximidade das manifestações político-partidárias e oficiais. Em Copacabana, os dois eventos aconteceram em dois pontos da Avenida Atlântica, que são separados por uma distância de 300m. A Procuradoria também apresentou vídeos do dia, mostrando detalhes das movimentações.

"Na organização do evento, inexistia separação física suficientemente clara, salvo para fins meramente operacionais. Cabe ressaltar, ainda, que a área 'oficial' recebeu a circulação não apenas de autoridades, mas também de pessoas postulantes a cargos eletivos nas eleições que se dariam em outubro do ano passado", afirmam os procuradores.

Um dos argumentos utilizados pelo MP é de que o Exército sabia que as duas manifestações aconteceriam em local próximo e que "autorizou a transferência do evento cívico-militar, habitualmente realizado na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, para a orla da praia de Copacabana".

Na época, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, confirmou que a mudança do local foi solicitada pelo Exército por questões logísticas. Bolsonaro, então em campanha, discursou no evento em Copacabana.

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
A Companhia, uma das empresas mais rentáveis do mercado segurador, apresentou no último exercício uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 34,9%, encerrando o exercício com o lucro líquido de R$ 848,1 milhões. A Companhia registrou prêmios ganhos de R$ 3.161,5 milhões no exercício de 2022, já seu resultado financeiro foi de R$ 107,6 milhões.
Os ativos financeiros alcançaram o patamar de R$ 4.080,9 milhões e as provisões técnicas fecharam o exercício de 2022 em R$ 2.316,0 milhões, o que representa acréscimos de 18,2% e 0,8%, respectivamente, em relação aos saldos do ano de 2021.
O saldo do patrimônio líquido da Companhia ao final do exercício de 2022 foi de R$ 2.521,4 milhões, superior ao valor de R$ 2.342,2 milhões alcançado em 2021, o que representa um incremento de 7,7% no período comparativo.
Priorizando a continuidade de negócios, a Companhia continua administrando as apólices que foram assinadas antes da mudança societária. E o principal ramo nessa modalidade é o Seguro Habitacional, no qual a Companhia é líder absoluta, com quase 60% de participação de mercado.

Distribuição de Dividendos
A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social. Foi registrado e distribuído em outubro de 2022, a título de dividendos intercalares, o valor de R$ 341.399, que representa 42% do lucro líquido ajustado.

Considerações Finais e Agradecimentos
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
Agradecemos também o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da CNSEG, dos corretores e, em especial, agradecemos os nossos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023
A Administração

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE		**3.287.713**	**2.328.835**
Disponível		**16.689**	**9.648**
Caixa e bancos		6.806	2.451
Equivalente de caixa		9.883	7.197
Aplicações	5	**2.029.142**	**1.062.619**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**790.235**	**775.090**
Prêmios a receber	6.1	780.949	757.469
Operações com seguradoras		1.408	11.171
Operações com resseguradoras	7	7.878	6.450
Outros créditos operacionais	6.2	**21.268**	**24.023**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	**23.258**	**26.724**
Títulos e créditos a receber	9	**343.146**	**343.744**
Títulos e créditos a receber	9.1	291.512	271.951
Créditos tributários e previdenciários	9.2	1.846	3.986
Outros créditos	9.3	49.788	67.807
Outros valores e bens	8	**23.884**	**18.161**
Bens à venda		18.568	14.869
Outros valores		5.316	3.292
Despesas antecipadas		**10.533**	**12.418**
Custos de aquisições diferidos	10	**29.558**	**56.408**
Seguros		29.558	56.408
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.939.939**	**7.024.829**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**5.793.512**	**6.868.530**
Aplicações	5	**2.051.799**	**3.007.213**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**152.665**	**188.624**
Prêmios a receber	6.1	152.665	188.624
Outros créditos operacionais	6.2	**216.408**	**144.722**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	**35.012**	**41.198**
Títulos e créditos a receber	9	**3.207.952**	**3.341.305**
Créditos tributários e previdenciários	9.2	922.777	987.010
Depósitos judiciais e fiscais	16	1.446.942	1.435.471
Outros créditos	6.2	838.233	918.824
Outros valores e bens	8	**109.418**	**112.896**
Custos de aquisição diferidos	10	**20.258**	**32.572**
Seguros		20.258	32.572
Investimentos		**224**	**221**
Outros Investimentos		224	221
Imobilizado	11	**16.544**	**18.803**
Bens móveis		10.631	13.675
Outras imobilizações		5.913	5.128
Intangível	12	**129.659**	**137.275**
Outros intangíveis		129.659	137.275
TOTAL DO ATIVO		**9.227.652**	**9.353.664**

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**2.169.852**	**2.452.831**
Contas a pagar	15	**621.259**	**819.103**
Obrigações a pagar	15.1	72.267	254.183
Impostos e encargos sociais a recolher		53.509	69.102
Encargos trabalhistas		15.765	16.718
Impostos e contribuições	15.2	348.128	316.236
Outras contas a pagar	15.3	131.590	162.864
Débitos de operações com seguros e resseguros	19	**573.921**	**552.337**
Prêmios a restituir	19.1	414.170	412.222
Operações com seguradoras		3.179	10.612
Operações com resseguradoras	19.2	48.526	67.517
Corretores de seguros e resseguros		6.764	10.770
Outros débitos operacionais	19.3	101.282	51.216
Depósitos de terceiros	17	**109.846**	**166.680**
Provisões técnicas - seguros	10.3	**844.102**	**895.895**
Danos		393.109	435.948
Pessoas		449.599	458.052
Vida individual		1.394	1.895
Outros débitos		**20.724**	**18.816**
Débitos diversos	16	20.724	18.816
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**4.536.363**	**4.558.674**
Contas a pagar	15	**207**	**4**
Tributos diferidos		207	4
Provisões técnicas - seguros	10.3	**1.471.867**	**1.401.838**
Danos		830.302	1.102.996
Pessoas		640.630	298.567
Vida individual		935	275
Outros débitos		**2.967.823**	**3.059.491**
Provisões judiciais	18	2.967.823	3.059.491
Débitos diversos	16	96.466	97.341
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	**2.521.437**	**2.342.159**
Capital social	20.1	1.081.350	1.081.350
Reservas de lucros	20.2	1.514.489	1.386.315
Ajuste de avaliação patrimonial		(74.402)	(125.506)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**9.227.652**	**9.353.664**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Exercício findo	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitido		3.035.469	3.333.042
Variações das provisões técnicas de prêmios		126.004	116.098
Prêmios ganhos	26	**3.161.473**	**3.449.140**
Sinistros ocorridos	23.a	(1.097.685)	(1.329.213)
Custos de aquisição	23.b	(291.728)	(350.327)
Outras receitas e despesas operacionais	23.c	(70.893)	(76.491)
Resultado com resseguro		**(81.753)**	**(55.230)**
Receita com resseguro		5.381	11.228
Despesa com resseguro		(87.140)	(66.745)
Outros resultados com resseguro		6	287
Despesas administrativas	23.d	(301.702)	(231.793)
Despesas com tributos	23.e	(111.785)	(111.085)
	23.f	107	–
Resultado financeiro		633	133.115
Resultado patrimonial		–	(897)
Resultado operacional		**1.313.560**	**1.427.219**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	23.h	126.643	(50.266)
Resultado antes dos impostos e participações		**1.440.203**	**1.376.953**
Imposto de renda	24	(344.510)	(304.072)
Contribuição social	24	(213.857)	(215.883)
Participações sobre o resultado		(33.767)	(29.847)
Lucro líquido do exercício		**848.069**	**827.151**
Quantidade de ações		**8.465.054**	**8.465.054**
Lucro líquido por ação em R$		**100,18**	**97,71**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**848.069**	**827.151**
Outros lucros abrangentes	**51.104**	**(216.586)**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**51.104**	**(216.586)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	85.376	(368.414)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(34.272)	151.828
Total dos lucros abrangentes para o exercício	**899.173**	**610.565**
Quantidade de ações	**8.465.054**	**8.465.054**
Lucro líquido por ação em R$	**106,22**	**72,13**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.081.350**	**1.466.003**	**91.080**	**–**	**2.638.433**
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	–	(695.990)	–	–	(695.990)
Títulos e valores mobiliários	–	–	(216.586)	–	(216.586)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	827.151	827.151
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	41.358	–	(41.358)	–
Reserva de lucros	–	574.944	–	(574.944)	–
Dividendos (R$ 24,91 por ação)	–	–	–	(210.849)	(210.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.081.350**	**1.386.315**	**(125.506)**	**–**	**2.342.159**
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2022	–	(378.496)	–	–	(378.496)
Dividendos intermediários antecipados: AGE de 26.10.2022	–	–	–	(341.399)	(341.399)
Títulos e valores mobiliários	–	–	51.104	–	51.104
Lucro líquido do exercício	–	–	–	848.069	848.069
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	42.403	–	(42.403)	–
Reserva de lucros	–	464.267	–	(464.267)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.081.350**	**1.514.489**	**(74.402)**	**–**	**2.521.437**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício findo	
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**848.069**	**827.151**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	75.296	79.369
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	9.682	4.760
Juros em passivos de arrendamento IFRS 16	8.713	8.817
Perda na alienação de imobilizado e intangível	24	9.369
Outros ajustes - diversos:		
Complemento de Prêmio	(123.342)	–
Ajustes de títulos e valores mobiliários	51.104	(216.586)
Custos de aquisição diferidos	39.163	61.434
Variação de provisões técnicas - seguros e resseguros	(106.570)	(116.858)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(11.109)	519.072
Créditos das operações de seguros e resseguros	626.469	(20.155)
Ativos de resseguro	108	15.364
Créditos fiscais e previdenciários	(87)	5.092
Ativo fiscal diferido	66.462	(142.115)
Depósitos judiciais e fiscais	(11.471)	(54.878)
Despesas antecipadas	1.884	(137)
Outros ativos	(643.890)	(111.880)
Impostos e contribuições	510.337	501.615
Outras contas a pagar	(16.742)	(79.835)
Débitos de operações com seguros e resseguros	21.585	(24.177)
Depósitos de terceiros	(56.835)	25.875
Provisões técnicas - seguros e resseguros	155.022	70.302
Provisões para contingências	49.881	54.683
Outros passivos	(9.014)	(12.734)
Caixa gerado pelas operações	**1.484.739**	**1.403.548**
Juros pagos	(39)	(23)
Juros recebidos	1.577	786
Imposto sobre o lucro pagos	(493.835)	(357.320)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**992.442**	**1.046.991**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela venda:	**134**	**2.793**
Investimentos	–	1.857
Imobilizado	134	76
Intangível	–	860
Pagamento pela compra:	**(41.272)**	**(31.538)**
Investimentos	(3)	–
Imobilizado	(3.316)	(2.014)
Intangível	(37.953)	(29.524)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(41.138)**	**(28.745)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos	(916.344)	(985.986)
Pagamento de arrendamento	(27.921)	(26.508)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(944.265)**	**(1.012.494)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7.041**	**5.750**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**9.648**	**3.898**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**16.689**	**9.648**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. Anteriormente atuava em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional na rede de distribuição da caixa ("Balcão CAIXA").
Em fevereiro de 2021 a Companhia cessou as vendas dos produtos do ramo habitacional e residencial, de acordo com a reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. Ainda assim, a Companhia auferirá receita até o fim da vigência do estoque dos contratos já firmados, e estuda novas parcerias para distribuição dos seus produtos.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalente de caixa
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros
2.4.1. Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento
Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação (valor justo por meio do resultado), antes de seu vencimento, têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perda.
b. Empréstimos e recebíveis
Os recebíveis compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais (créditos SFH)" que são mensurados pelo custo amortizado e decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)* a cada data de balanço.
2.4.2. Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:
a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
b. Ações: com base nas cotações de preço médio divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.
c. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.
d. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment
***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**
a. Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.
A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.
• A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros é constituída quando o período de inadimplência superar 60 dias da data de vencimento e leva em consideração o valor total dos créditos do devedor, inclusive outros valores a vencer do mesmo devedor, conforme Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021;
• Para os valores a recuperar de resseguro é constituído uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 180 dias.
• Para cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia especifica que está descrita na nota 6.1.2.
2.5.2. Operações de seguros e resseguros
• A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR) diretos, conforme determina a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021;
• Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.
a. Ativos classificados como disponível para venda
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.
***2.5.2. Impairment* de ativos não financeiros**
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Ativos e Passivos relacionados a resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Outros valores e bens
2.7.1. Bens à venda - Salvados
Salvados à venda refere-se ao estoque de bens salvados constituídos através de recuperações oriundas das indenizações integrais aos segurados.
Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros, de um determinado histórico. Registra-se esse ativo no grupo de "Outros valores e bens" conforme Circular SUSEP nº 648/2021.
Para a redução ao valor recuperável de salvados à venda, a companhia avalia o histórico de recebimento de salvados dos ramos de automóvel que ficaram pendentes por mais de 6 meses e que posteriormente foram recebidos. Os percentuais calculados são aplicados no saldo atual, sendo que para a faixa de 0 a 6 meses não há aplicação de redutor, para faixa de 6 a 12 meses são aplicados os percentuais encontrados no histórico e para os casos superiores a 12 meses todo o valor é considerado na provisão.

2.8. Imobilizado e intangível
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática de 5 a 10%, e veículos - 5% a.a..
O intangível é composto de licenças de *softwares*, sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 5% a.a..

2.9. Provisões técnicas
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, a metodologia está em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os valores atualizados de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por tipologia, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 24 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 20 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 20 trimestres para o Automóvel, observações de 16 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 32 trimestres para Habitacional (Fora do SFH).
A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.
A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP), nos termos do CPC 11 e Circular SUSEP nº 648/2021.
2.9.1. Tábuas
No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Ramo	Produto	Tábua	Taxas de Carregamento
14	SEGURO LAR+		Corretagem: de 0,01% a 1,0% Estipulante: de 0,01% a 30% Prolabore: de 15% a 30% Despesas Administrativas: de 15% a 36%
18	MULTIRISCO LOTERICO		Corretagem: de 0,00% a 40,00% Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
51	MULTIRISCO LOTERICO		Corretagem: de 0,00% a 40,00% Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
20	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2013 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 14,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00% Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
65	SBPE 2013 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 14,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00% Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
71	RD-EQUIP.ARREND.E CEDIDOS A TERCEIROS		Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00% Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00% Corretagem: de 0,10% a 30,00%
14	COMPREENSIVO RESIDENCIAL APORTE CAIXA		Corretagem: de 0,01% a 1,0% Estipulante: de 0,01% a 30% Prolabore: de 15% a 30% Despesas Administrativas: de 15% a 36%
71	RD-EQUIP.ARREND.E CEDIDOS A TERCEIROS		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00% Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00%
20	AUTO CONSORCIO/ FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	AUTO CONSORCIO/ FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	AUTO CONSORCIO/ FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	AUTO CONSORCIO/ FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2011 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 16,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50% Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00% Agenciamento: de 0,01% a 100,00%
65	SBPE 2011 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 16,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50% Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00% Agenciamento: de 0,01% a 100,00%

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros
2.10.1. Passivos de contratos de seguros
Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (TAP); e ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento.
2.10.2. Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que possuem uma relação direta e incremental com à emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi de 27 meses.
2.10.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)
O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico e está disponível na sede da Companhia para o órgão regulador e demais fiscalizações, conforme requerido pelo CPC 11. A Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.
Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:
Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;
a) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:
• Automóvel: 73,8%;
• Patrimonial: 17,7%;
• Pessoas: 21,1% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez;
• Habitacional: 2,8% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez.
b) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de contratos ativos observado de cada grupo que compõe o estudo;
c) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.
Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para a data-base de 31 de dezembro de 2022, dessa forma não havendo a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações.

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é

continua →★

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. Apuração do resultado

Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices ou do recebimento para o ramo, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 648/2021, com base em estimativas dos prêmios relativos a riscos cujas apólices nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura.

A referida Circular alterou a prática contábil reconhecendo como receita os prêmios pagos antes da emissão, anteriormente registrados em conta de compensação.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a julho de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021, majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sendo essa a alíquota aplicada nesse período. Com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a Companhia aplicou essa alíquota.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.446, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2022 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.14. Arrendamentos

Definição de arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos
previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto
à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para os arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.15. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas e não adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

CIRCULAR SUSEP nº 678 - A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma temos reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia está em processo de avaliação dos impactos, e concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 17 - Contratos de Seguros: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

A companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

2.16. Comparabilidade

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reclassificou, os valores de R$ 222.953 relativo a valores a receber do SFH, apresentados anteriormente no Ativo Não Circulante para o Ativo Circulante para melhor refletir a expectativa de realização desses créditos a receber, sendo que, a mudança não impactou nenhum índice regulatório.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.10.1 - Classificação dos contratos de seguro;
Notas 2.9, 2.10.3 e 10.3 - Provisões técnicas, Teste de adequação dos passivos;
Nota 5 - Aplicações; e
Nota 6.2.1 e 16 - Outros créditos operacionais- valores recuperáveis e Provisões judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:
• Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
• Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency* II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
• Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Riscos de seguro

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio.
O gerenciamento de capital visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características da empresa.

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no ano:

a. Bruto de resseguro

						31/12/2022
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida individual	1.301	655	201	4.329	1.181	7.667
Habitacional fora do SFH	284.102	445.210	95.854	1.219.044	481.971	2.526.181
Riscos de engenharia	816	1.152	355	1.951	1.034	5.308
Acidentes pessoais	102	55	21	375	102	655
Automóvel	71.787	34.907	8.189	175.665	59.757	350.305
Compreensivo residencial	17.157	22.482	5.872	98.541	44.821	188.873
Compreensivo empresarial	16.462	11.166	3.008	23.064	13.783	67.483
Demais ramos	8.549	1.327	462	3.102	1.561	15.001
Total	**400.276**	**516.954**	**113.962**	**1.526.071**	**604.210**	**3.161.473**

						31/12/2021
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida individual	1.343	716	195	4.536	1.191	7.981
Habitacional fora do SFH	299.116	462.596	100.163	1.288.066	511.726	2.661.667
Riscos de engenharia	660	3.761	1.055	4.873	2.064	12.413
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92	582
Automóvel	43.987	38.544	7.800	125.564	43.838	259.733
Compreensivo residencial	25.766	47.878	12.541	159.961	80.369	326.515
Compreensivo empresarial	13.183	25.426	8.101	39.370	18.736	104.816
Demais ramos	15.273	9.984	2.046	32.484	15.646	75.433
Total	**399.415**	**588.955**	**131.919**	**1.655.189**	**673.662**	**3.449.140**

b. Líquido de resseguro

						31/12/2022
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida individual	1.297	653	200	4.314	1.177	7.641
Habitacional fora do SFH	282.520	442.731	95.321	1.212.257	479.287	2.512.116
Riscos de engenharia	566	799	246	1.352	717	3.680
Acidentes pessoais	96	52	20	353	96	617
Automóvel	71.677	34.854	8.176	175.396	59.665	349.768
Compreensivo residencial	16.646	21.813	5.697	95.607	43.486	183.249
Compreensivo empresarial	13.147	8.917	2.402	18.420	11.007	53.893
Demais ramos	34.813	5.404	1.880	12.632	6.355	61.084
Total	**420.762**	**515.223**	**113.942**	**1.520.331**	**601.790**	**3.172.048**

						31/12/2021
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida individual	1.332	711	194	4.500	1.182	7.919
Habitacional fora do SFH	297.390	459.925	99.585	1.280.630	508.771	2.646.301
Riscos de engenharia	603	3.439	964	4.456	1.887	11.349
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92	582
Automóvel	43.877	38.448	7.781	125.250	43.728	259.084
Compreensivo residencial	25.025	46.501	12.181	155.362	78.058	317.127
Compreensivo empresarial	12.619	24.337	7.754	37.684	17.933	100.327
Demais ramos	13.955	9.123	1.870	29.683	14.297	68.928
Total	**394.888**	**582.534**	**130.347**	**1.637.900**	**665.948**	**3.411.617**

4.1.1. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A CNP Seguros conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.1.3. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Companhia é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos não-proporcionais que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras. Os contratos são segregados usualmente em Vida e Não-Vida, exceção feita ao contrato *umbrella,* que provê cobertura para eventos de grande porte também para riscos combinados das duas naturezas. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, sendo negociados caso a caso, normalmente em modalidade proporcional, podendo a parceria com um ou mais resseguradores destinar-se à aquisição de conhecimento e sua posterior solidificação dentro do grupo.

Enquanto o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato, o grupo adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem fina dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição do grupo, focada em resguardar a seguradora quanto ao risco financeiro e de imagem. Como prática de subscrição, a empresa não atua como líder na linha dos chamados riscos especiais, que abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation* e *Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO	CARTEIRA	RESSEGURADORES	PARTICIPAÇÃO	RATING(1)	CONDIÇÃO
Patrimonial por risco	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia e Habitacional/DFI	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
		Liberty Syndicate Lloyd's 4472	10,0%	A	Eventual
Catástrofe de riscos patrimoniais	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia, Habitacional/DFI e Automóvel	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
		Liberty Syndicate Lloyd's 4472	10,0%	A	Eventual
Catástrofe umbrella (vida e não-vida)	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia, Habitacional/DFI, Automóvel, Habitacional/MIP e Vida Individual	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	20,0%	A-	Local
Catástrofe de vida (riscos de pessoas)	Habitacional/MIP e Vida Individual	Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	60,0%	A	Local
		Hannover Rückversicherung AG	25,0%	A+	Admitido
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
Facultativo Empresarial CEF (2)	MR Empresarial (Patrimônio da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)	IRB Brasil Resseguros S/A	50,0%	A-	Local
		Swiss Re do Brasil Resseguros S/A	20,0%	A+	Local
		Chubb Resseguradora do Brasil S/A	19,5%	A	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	10,0%	A	Local

(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou resseguradores locais de origem estrangeira).
(2) Cobertura total de resseguro de 99,5% (cessão em quota-parte).

4.1.4. Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As reservas de acumulação de clientes, por serem resgatáveis imediatamente, estão sendo apresentadas no passivo circulante, enquanto que alguns ativos, que podem ser usados para cobrir essas reservas, estão sendo apresentados no ativo não circulante, em função do seu vencimento, entretanto, também são resgatáveis imediatamente, assim sendo, a Administração entende que não existe um problema de capital circulante líquido para o Grupo.

4.1.5. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

	31/12/2022		**31/12/2021**	
Sensibilidade	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Taxa +1% *(i)*	-0,81%	-0,81%	-1,52%	-1,52%
Taxa -1% *(i)*	0,84%	0,84%	1,56%	1,56%
Mortalidade/Sinistralidade +5% *(ii)*	3,81%	3,83%	4,83%	4,87%
Mortalidade/Sinistralidade -5% *(ii)*	-3,81%	-3,83%	-4,83%	-4,87%
Inflação +1% *(iii)*	-0,32%	-0,32%	0,00%	0,00%
Inflação -1% *(iii)*	0,33%	0,33%	0,00%	0,00%

i) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;
*ii) Para o teste de sensibilidade da mortalidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:*
IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos – Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações –1;
iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros - (Os *ratings* não são auditados).

									31/12/2022
Composição dos ativos	**AA**	**A+**	**A**	**A-**	**B++**	**BB-**	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**120.495**	**120.495**	**232.096**	**352.591**
Fundos	–	–	–	–	–	–	–	231.987	231.987
Letras financeira do tesouro	–	–	–	–	–	1.093	1.093	–	1.093
Operações compromissadas *(i)*	–	–	–	–	–	119.402	119.402	–	119.402
Outros	–	–	–	–	–	–	–	109	109
Disponível para venda	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.728.350**	**3.728.350**	**–**	**3.728.350**
Letras financeira do tesouro	–	–	–	–	–	1.505.255	1.505.255	–	1.505.255
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	2.223.095	2.223.095	–	2.223.095
Créditos com operações de seguros	–	–	–	–	–	–	–	942.900	942.900
Ativos de resseguros	2.735	25.362	4.408	22.160	10	–	–	3.595	58.270
Créditos junto ao FCVS*(ii)*	–	–	–	–	–	1.195.067	1.195.067	–	1.195.067
Exposição máxima ao risco de crédito	**2.735**	**25.362**	**4.408**	**22.160**	**10**	**5.043.912**	**5.043.912**	**1.178.591**	**6.277.178**

										31/12/2021
Composição dos ativos	**AA**	**A++**	**A+**	**A**	**A-**	**B++**	**B++**	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**767.446**	**298.834**	**1.066.280**
Ações	–	–			–	–		–	49.958	49.958
Fundos	–	–			–	–		–	248.917	248.917
Letras financeira do tesouro	–	–			–	–		4.062	–	4.062
Notas do tesouro nacional	–	–			–	–		9.465	–	9.465
Operações compromissadas *(i)*	–	–			–	–		753.919	–	753.919
Outros	–	–			–	–		–	(41)	(41)
Disponíveis para venda	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.003.552**	**–**	**3.003.552**
Letras do tesouro nacional	–	–			–	–		762.226	–	762.226
Notas do tesouro nacional	–	–			–	–		2.241.326	–	2.241.326
Créditos das operações com seguros	–	–	–	–	–	–	–	–	963.714	963.714
Ativos de resseguros	1.953	71	36.562	1.808	19.344	5.112	5.112	–	3.072	67.922
Créditos junto ao FCVS *(ii)*	–	–	–	–	–	–	–	1.214.276	–	1.214.276
Exposição máxima ao risco de crédito	**1.953**	**71**	**36.562**	**1.808**	**19.344**	**5.112**	**5.112**	**4.985.274**	**1.265.620**	**6.315.744**

(i) O lastro total é em título público federal;
(ii) A contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o *rating* do risco Brasil (tesouro nacional).

4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de Liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios
para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

				31/12/2022
	Até 1 ano	**Mais de 1 ano Até 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	351.498	1.093	–	352.591
Disponíveis para a venda	1.683.460	2.044.182	708	3.728.350
Prêmios a receber de segurados	780.949	152.665	–	933.614
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	371.854	1.054.641	–	1.426.495
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	16.224	32.757	791	49.772
Equivalente de caixa	9.883	–	–	9.883
Total dos ativos financeiros (*)	**3.213.868**	**3.285.338**	**1.499**	**6.500.705**
Provisões técnicas de seguros (**)	413.667	1.268.300	53.358	1.735.325
Passivos financeiros	1.325.750	96.466	–	1.422.216
Total dos passivos financeiros	**1.739.417**	**1.364.766**	**53.358**	**3.157.541**

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa;
(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de esgotamento das provisões técnicas, sendo calculados apenas pelos valores a serem cobertos;
(***) Na composição dos Ativos de resseguro - provisões técnicas há a exclusão dos ativos redutores.

4.4. Risco de mercado

4.4.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros e risco de preço de ações.

4.4.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:
• Modelo não-paramétrico;
• Intervalo de confiança de 99%;
• Horizonte temporal de um dia; e
• Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 12.845 (31 de dezembro de 2021 - R$ 25.386).
O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.4.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:
• Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
• Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:
• Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
• Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
• Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
• Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
• Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2022		**31/12/2021**						**31/12/2022**
	Valor de Mercado	**Valor do Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Valor do Custo Atualizado**	**Sem Vencimento**	**Até 01 ano**	**Entre 01 e 05 anos**	**Acima de 05 anos**	**Percentual**
Valor justo por meio do resultado									
Ações	–	–	49.958	49.620	–	–	–	–	0,00%
Fundos de investimento	231.987	231.852	248.917	248.917	231.987	–	–	–	5,68%
Letras financeiras do tesouro	1.093	1.093	4.062	4.059	–	–	1.093	–	0,03%
Notas do tesouro nacional	–	–	9.465	10.351	–	–	–	–	0,00%
Operações compromissadas	119.402	119.402	753.919	753.919	–	119.402	–	–	2,93%
Outros valores	109	109	(41)	(41)	109	–	–	–	0,00%
Subtotal	**352.591**	**352.456**	**1.066.280**	**1.066.825**	**232.096**	**119.402**	**1.093**	**–**	**8,64%**
Disponível para venda									
Letras do tesouro nacional	1.505.255	1.516.728	762.226	810.744	–	556.237	949.018	–	36,88%
Notas do tesouro nacional	2.223.095	2.335.419	2.241.326	2.401.982	–	1.127.223	1.095.164	708	54,48%
Subtotal	**3.728.350**	**3.852.147**	**3.003.552**	**3.212.726**	**–**	**1.683.460**	**2.044.182**	**708**	**91,36%**
Total	**4.080.941**	**4.204.603**	**4.069.832**	**4.279.551**	**232.096**	**1.802.862**	**2.045.275**	**708**	**100,00%**

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Saldo inicial	**4.069.832**	**4.588.904**
Aplicações	1.890.779	2.371.967
Resgates	(2.278.743)	(2.808.936)
Rendimentos	313.697	286.311
Ajustes de títulos e valores mobiliários	85.376	(368.414)
Saldo final	**4.080.941**	**4.069.832**

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação direta ou indiretamente observável;

Valor justo por meio do resultado		**31/12/2022**			**31/12/2021**	
Descrição	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ações	–	–	**–**	49.958	–	**49.958**
Fundos de investimento	231.987	–	**231.987**	248.917	–	**248.917**
Letras financeiras do tesouro	1.093	–	**1.093**	4.062	–	**4.062**
Notas do tesouro nacional	–	–	**–**	9.465	–	**9.465**
Operações compromissadas	–	119.402	**119.402**	–	753.919	**753.919**
Outros valores	109	–	**109**	–	–	**–**
Total	**233.189**	**119.402**	**352.591**	**312.361**	**753.919**	**1.066.280**
Disponível para venda						
Letras do tesouro nacional	1.505.255	–	**1.505.255**	762.226	–	**762.226**
Notas do tesouro nacional	2.223.095	–	**2.223.095**	2.241.326	–	**2.241.326**
Total	**3.728.350**	**–**	**3.728.350**	**3.003.552**	**–**	**3.003.552**

5.4. Análise de sensibilidade

5.4.1. Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: títulos para negociação, disponível para venda e mantidos até o vencimento. O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

continua ★

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	22.023	–
Juros Pré	6.676	(25.843)
Cupom de IPCA	5.320	(17.036)
LFT	–	(96)
Total	**34.019**	**(42.975)**

5.5. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2022	31/12/2021
Letras do tesouro nacional	Pré 5,51% a 14,70%	Pré 5,51% a 8,49%
Notas do tesouro nacional	IPCA 5,79% a 7,90% Pré 4,89% a 7,44%	Pré 4,89% a 7,44%

6. Créditos das operações

6.1. Prêmios a receber de segurados

6.1.1. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

	31/12/2022			31/12/2021		
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Vida individual	821	(46)	775	789	(12)	777
Habitacional fora do SFH	379.159	(387)	378.772	386.015	(880)	385.135
Automóvel	466.064	(4.331)	461.733	393.652	(2.973)	390.679
Compreensivo residencial	43.199	(5.479)	37.720	84.283	(8.434)	75.849
Compreensivo empresarial	55.650	(2.623)	53.027	90.756	(1.274)	89.482
Demais ramos	1.886	(299)	1.587	5.417	(1.246)	4.171
Total	**946.779**	**(13.165)**	**933.614**	**960.912**	**(14.819)**	**946.093**

6.1.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**946.093**	**910.258**
Prêmios emitidos	3.620.749	3.991.418
IOF	910	2.301
Adicional de fracionamento	3	54
Prêmios cancelados	(387.416)	(445.820)
Recebimentos	(3.230.041)	(3.518.228)
Prêmios de RVNE	(19.451)	8.202
Outras constituições/reversões	1.114	(650)
Saldo	**931.961**	**947.535**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	1.653	(1.442)
Saldo total	**933.614**	**946.093**

6.1.3. Faixas de vencimento

	31/12/2022			31/12/2021		
Prêmios a vencer	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
De 1 a 60 dias	302.339	(1.203)	301.137	482.182	(2.488)	479.694
De 61 a 120 dias	69.247	(780)	68.467	58.888	(626)	58.262
De 121 a 180 dias	64.327	(763)	63.564	55.053	(590)	54.463
De 181 a 365 dias	159.838	(1.980)	157.857	143.693	(1.581)	142.112
Acima de 365 dias	155.047	(2.382)	152.665	191.273	(2.650)	188.623
Prêmios Vencidos						
De 1 a 60 dias	190.712	(788)	189.924	23.435	(496)	22.939
De 61 a 120 dias	452	(452)	–	434	(434)	–
De 121 a 180 dias	338	(338)	–	362	(362)	–
De 181 a 365 dias	873	(873)	–	1.171	(1.171)	–
Acima de 365 dias	3.606	(3.606)	–	4.421	(4.421)	–
Total	**946.779**	**(13.165)**	**933.614**	**960.912**	**(14.819)**	**946.093**

Atualmente a Companhia opera com prêmio parcelado nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 era de 8 meses.

6.2. Outros créditos operacionais

6.2.1. Apresentamos a seguir informações referentes a outros créditos operacionais:

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a receber do FCVS *(i)*	21.268	24.023
Títulos e créditos a receber - FCVS - nota 9.1	119.158	126.706
Total curto prazo	**140.426**	**150.729**
Créditos a receber do FCVS *(i)*	216.408	144.722
Títulos e créditos a receber - FCVS *(iii)*	988.259	1.050.643
Redução ao valor recuperáveis *(ii)*	(150.026)	(131.819)
Total longo prazo	**1.054.641**	**1.063.546**
Total do FCVS	**1.195.067**	**1.214.276**

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS. Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como:

(i) ausência de comprovação de vínculo; (ii) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde a estimativa dos montantes que serão glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

(iii) Compondo o saldo total a receber do FCVS considera-se também o valor R$ 119.158 demonstrado na nota 9.1.

6.2.2. Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**1.214.276**	**1.168.957**
Adições - Pagamentos realizados	133.629	88.645
Baixas - Por recebimentos	(134.630)	(31.905)
Recuperação ao valor recuperável	(18.208)	(11.421)
Saldo final	**1.195.067**	**1.214.276**

7. Operações de resseguradora

Apresentamos a seguir informações referentes às operações de resseguro:

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros pagos a recuperar	29.378	19.537
Provisão para risco de crédito	(21.500)	(13.087)
Operações com resseguradoras	**7.878**	**6.450**
Provisão de sinistros a liquidar	44.819	47.677
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	1.728	4.638
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	8.499	10.188
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	–	729
Provisão de despesas relacionadas	3.224	4.690
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	**58.270**	**67.922**
Total	**66.148**	**74.372**

8. Outros valores e bens

Apresentamos a seguir as informações referentes a bens a venda e outros valores:

8.1. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Bens a venda-salvados (8.2)	18.568	14.869
Direito a salvados - estimado (8.4)	4.589	1.813
Bens de direitos de uso (8.5)	108.366	111.907
Outros	1.779	2.468
Total	**133.302**	**131.057**

8.2. Movimentação de bens a venda - salvados

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**14.869**	**15.476**
Aviso de salvados	70.267	39.077
Reavaliação de salvados	(6.345)	8.207
Reabertura de salvados	(1.683)	(1.346)
Cancelamento de salvados	173	203
Recebimentos	(48.754)	(46.748)
Saldo	**28.527**	**14.869**
Redução ao valor recuperável	(9.959)	–
Saldo final	**18.568**	**14.869**

8.3. Faixas de vencimento

Salvados	31/12/2022	31/12/2021
De 1 a 60 dias	11.079	2.417
De 61 a 120 dias	4.851	3.419
De 121 a 180 dias	1.748	2.174
De 181 a 365 dias	4.149	2.013
Acima de 365 dias	6.700	4.846
Total	**28.527**	**14.869**
Redução ao valor recuperável	(9.959)	–
Total	**18.568**	**14.869**

8.4. Direitos e salvados estimados

	31/12/2022		31/12/2021	
Salvados	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
No mês do pagamento	3.710	80,84%	1.328	73,24%
1 mês após o pagamento	371	8,09%	298	16,43%
2 meses após o pagamento	172	3,74%	68	3,75%
3 meses após o pagamento	159	3,47%	29	1,59%
4 meses após o pagamento	86	1,87%	19	1,06%
5 meses após o pagamento	49	1,06%	18	1,00%
6 meses após o pagamento	11	0,23%	12	0,65%
7 meses após o pagamento	13	0,28%	9	0,52%
8 meses após o pagamento	8	0,17%	4	0,27%
9 meses após o pagamento	6	0,14%	6	0,31%
10 meses após o pagamento	4	0,09%	4	0,21%
11 meses após o pagamento	1	0,01%	5	0,28%
De 12º ao 17º mês	–	0,00%	10	0,58%
De 18º ao 23º mês	–	0,00%	2	0,12%
Total	**4.589**	**100,00%**	**1.813**	**100,00%**
Circulante	4.589	0,00%	1.813	0,00%

Atualmente a expectativa está baseada no primeiro ano.

8.5. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.14), descontado a valor presente:

		Movimentações		Composição do saldo		
Direito de uso	Saldo em 31/12/2021	Novos contratos	Despesa de depreciação do período	Ativo de direito de uso	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	**105.828**	19.028	(19.308)	141.738	(36.190)	**105.548**
Máquinas e Equipamentos	**6.079**	1.742	(5.003)	12.783	(9.965)	**2.818**
Total	**111.907**	**20.770**	**(24.311)**	**154.521**	**(46.155)**	**108.366**

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2022 uma taxa de 16,12% a.a. e 16,37% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

9. Títulos e créditos a receber

9.1. Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber são representados conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
FCVS (i)	119.158	126.706
Ressarcimentos de custos a receber	126.656	82.727
Ressarcimentos - estimados	163	39
Redução ao valor recuperável	(28.989)	(26.450)
Comissão a recuperar	14.196	3.908
Ressarcimentos - Outros	48.243	68.816
Pagamentos pendentes de baixa (ii)	11.939	16.205
Outros títulos e créditos a receber	146	–
Total	**291.512**	**271.951**

(i) Fundo de equalização de sinistralidade das apólices de seguro habitacional, demonstrado na nota 6.2;

(ii) O saldo está substancialmente concentrado no fluxo de retornos bancários, referentes aos pagamentos de sinistros pendentes baixa.

9.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo fiscal diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários e passivo fiscal diferido, podem ser resumidas como segue:

9.2.1. Composição

	31/12/2022						
	Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo	Total
A compensar	656	3.175	183	9.104	1.007	6.636	20.761
Adições temporárias	–	320.430	–	533.830	–	–	854.260
Tributos diferidos - TVM	–	18.601	–	31.001	–	(207)	49.395
Total	**656**	**342.206**	**183**	**573.935**	**1.007**	**6.429**	**924.416**

	31/12/2021						
	Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo	Total
A compensar	748	2.816	1.771	6.501	1.467	7.370	20.673
Adições temporárias	–	332.583	–	554.070	–	–	886.653
Tributos diferidos - TVM	–	31.376	–	52.294	–	(4)	83.670
Total	**748**	**366.775**	**1.771**	**612.865**	**1.467**	**7.366**	**990.994**

9.2.2. Expectativa da efetiva realização

	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2023	128.668	15%	705	2%	129.373	15%
2024	44.899	5%	3.672	7%	48.571	5%
2025	472.413	55%	45.144	91%	517.557	57%
2026	26.417	3%	–	0%	26.417	3%
2027	27.347	3%	–	0%	27.347	3%
A partir 2028	154.516	19%	81	0%	154.597	17%
Total	**854.260**	**100%**	**49.602**	**100%**	**903.862**	**100%**

9.2.3. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	31/12/2022		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	**363.959**	**606.364**	**970.323**
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias			
Contingências tributárias	9.835	16.391	26.226
Contingências cíveis	(2.397)	(3.994)	(6.391)
Contingências trabalhistas	235	391	626
Provisão para risco de crédito	(17.489)	(29.134)	(46.623)
Provisão para participações nos lucros	120	200	320
Operações de arrendamento - CPC 06	594	990	1.584
Outras provisões	(3.050)	(5.084)	(8.134)
Tributos diferidos - TVM	(12.776)	(21.293)	(34.069)
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**339.031**	**564.831**	**903.862**
Efeito no resultado das constituições e realizações	12.152	20.240	32.392

9.3. Outros créditos

Os valores de outros créditos registrados no ativo circulante são representados substancialmente por saldos transferidos para uma conta judicial até o limite do valor executado, sendo que os valores transferidos ficarão à disposição do juiz até que sobrevenha nova decisão judicial sobre a destinação final do valor. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 46.795 (31 de dezembro de 2021 - R$ 64.828).

10. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

10.1. Abertura por ramo

	31/12/2022					
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Habitacional prestamista	–	446.326	313.013	33.478	**792.817**	–
Habitacional demais coberturas	–	330.571	28.585	33.653	**392.809**	–
Habitacional fora do SFH	–	250.050	22.181	24.746	**296.977**	–
Crédito doméstico risco comercial	–	644	4.151	64	**4.859**	–
Automóvel	363.905	35.385	2.617	2.039	**403.946**	4.638
Responsabilidade civil - veículos	63.422	15.400	570	1.191	**80.583**	996
Compreensivo residencial	129.523	4.380	1.723	1.084	**136.710**	27.096
Compreensivo empresarial	72.606	21.232	2.468	908	**97.214**	14.116
Riscos de engenharia	2.482	7.979	118	587	**11.166**	393
Demais ramos	15.649	71.082	5.372	6.785	**98.888**	2.577
Total	**647.587**	**1.183.049**	**380.798**	**104.535**	**2.315.969**	**49.816**

	31/12/2021					
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Habitacional prestamista	–	398.307	296.262	27.137	**721.706**	–
Habitacional demais coberturas	–	261.936	39.282	27.522	**328.740**	–
Habitacional fora do SFH	1	227.159	31.537	22.483	**281.180**	–
Crédito doméstico risco pessoa física	–	353	108	101	**562**	–
Automóvel	293.523	38.716	1.568	1.315	**335.122**	5.155
Responsabilidade civil - veículos	68.641	15.199	381	952	**85.173**	1.603
Compreensivo residencial	261.422	6.135	3.375	2.145	**273.077**	62.547
Compreensivo empresarial	108.537	21.205	3.042	694	**133.478**	12.967
Riscos de engenharia	7.274	3.217	386	64	**10.941**	991
Demais ramos	34.192	71.988	14.934	6.640	**127.754**	5.717
Total	**773.590**	**1.044.215**	**390.875**	**89.053**	**2.297.733**	**88.980**

10.2. Movimentação

	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	**889.687**	**941.430**	**375.345**	**141.083**	**2.347.545**	**150.414**
Constituições	703.763	–	50.075	–	766.518	23.158
Diferimentos/reversões	(819.860)	–	(34.545)	–	(889.537)	(84.592)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	–	1.364.747	–	33.923	1.398.670	–
Pagamento de sinistros/benefícios/ despesas de sinistro	–	(1.423.348)	–	(26.302)	(1.449.650)	–
Ajuste de estimativa de sinistros/despesas de sinistro	–	22.951	–	(59.651)	(14.248)	–
Atualização monetária e juros	–	138.435	–	–	138.435	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**773.590**	**1.044.215**	**390.875**	**89.053**	**2.297.733**	**88.980**
Constituições	646.781	–	33.926	–	727.812	27.786
Diferimentos/reversões	(772.784)	–	(44.003)	–	(868.546)	(66.950)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	–	875.887	–	24.934	900.821	–
Pagamento de sinistros/benefícios/ despesas de sinistro	–	(1.094.324)	–	(24.763)	(1.119.087)	–
Ajuste de estimativa de sinistros/despesas de sinistro	–	294.023	–	9.004	307.681	–
Atualização monetária e juros	–	63.247	–	6.308	69.555	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**647.587**	**1.183.048**	**380.798**	**104.536**	**2.315.969**	**49.816**

10.3. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	**2.315.969**	**2.297.733**
Total das exclusões	**580.644**	**588.745**
Provisões técnicas - Resseguro	49.772	57.005
Direito creditórios	482.763	465.424
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	23.977	47.052
Depósitos Judiciais	24.132	19.264
Total a ser coberto	**1.735.325**	**1.708.988**
Total dos ativos garantidores:	**3.951.116**	**3.946.023**
Títulos da dívida pública	3.724.917	3.000.108
Quotas de outros fundos financeiros	226.199	945.915
Suficiência de cobertura	**2.215.791**	**2.237.035**
Suficiência de Ativos Garantidores (%)	**127,69%**	**130,90%**

11. Imobilizado

O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

	31/12/2022					
	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldo final
Equipamentos	5 a 10	3.004	912	–	(1.292)	2.624
Móveis, máquinas e utensílios	10	12.165	646	–	(2.513)	10.298
Veículos	5	1.778	43	(157)	(856)	808
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5	1.856	1.715	–	(757)	2.814
Total		**18.803**	**3.316**	**(157)**	**(5.418)**	**16.544**

12. Intangível

A composição do ativo intangível está composto da seguinte forma:

	31/12/2022					
	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Amortização	Saldo final
Marcas e patentes (a)	–	52	–	–	–	52
Sistemas aplicativos	5	21.027	8.464	–	(6.756)	22.735
Sistemas de computação	5	80.560	88	20.946	(38.813)	62.781
Sistemas de computação em desenvolvimento (b)	–	35.636	29.401	(20.946)	–	44.091
Total		**137.275**	**37.953**	**–**	**(45.569)**	**129.659**

(a) Marcas e patentes não são amortizados;

(b) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.

13. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

13.1. Sinistros brutos de resseguro

Conciliação	31/12/2022
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.183.048
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**1.183.048**

a. Sinistros administrativos

Data de Aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	–	402.487	482.102	557.219	597.385	685.811	758.995	735.574	1.265.951	1.050.008	–
1 ano depois	67.401	483.583	576.200	683.913	695.280	785.239	901.208	851.511	1.424.847	–	–
2 anos depois	79.449	492.429	585.174	699.725	710.989	791.978	905.126	868.474	–	–	–
3 anos depois	85.519	495.026	589.669	711.353	715.054	794.224	910.596	–	–	–	–
4 anos depois	86.863	496.161	591.612	714.165	715.971	798.897	–	–	–	–	–
5 anos depois	87.314	496.974	592.228	715.012	723.143	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	87.509	497.164	593.715	718.148	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	87.878	497.675	594.673	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	87.941	498.997	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	88.073	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	88.073	498.997	594.673	718.148	723.143	798.897	910.596	868.474	1.424.847	1.050.008	7.675.856
Pagamentos acumulados até a data-base	88.053	498.978	594.388	717.315	720.137	797.549	908.809	863.246	1.420.214	875.354	7.484.044
Passivo reconhecido no balanço	20	19	285	834	3.005	1.348	1.787	5.228	4.633	174.654	191.812
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	569
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.379
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(11.097)
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**187.663**

b. Sinistros judiciais

Data de Aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	–	2.742	647	374	1.178	804	738	3.073	1.317	64.352	–
1 ano depois	616	4.084	2.488	2.697	3.456	3.037	27.302	4.389	95.276	–	–
2 anos depois	2.262	5.181	4.395	6.645	5.145	6.556	31.122	109.446	–	–	–
3 anos depois	3.948	8.926	6.727	11.003	9.581	10.219	139.790	–	–	–	–
4 anos depois	5.180	11.032	11.542	14.792	12.734	95.010	–	–	–	–	–
5 anos depois	7.193	11.852	14.726	20.018	109.653	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	7.732	14.737	17.228	117.971	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	9.371	16.277	75.881	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	10.977	66.124	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	48.995	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	48.995	66.124	75.881	117.971	109.653	95.010	139.790	109.446	95.276	64.352	922.498
Pagamentos acumulados até a data-base	12.015	17.854	19.794	23.931	17.116	14.830	35.534	7.344	4.076	469	152.964
Passivo reconhecido no balanço	36.980	48.271	56.087	94.039	92.537	80.180	104.257	102.102	91.199	63.882	769.534
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	225.851
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**995.385**

13.2. Sinistros líquidos de resseguro

Valores em Reais mil	31/12/2022
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.138.228
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**1.138.228**

a. **Sinistros administrativos *(i)***

Data de Aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	–	402.474	481.990	556.985	597.376	682.770	755.109	726.064	1.259.250	1.045.514	–
1 ano depois	67.401	483.569	576.076	683.680	693.403	773.765	843.282	834.794	1.415.671	–	–
2 anos depois	79.408	492.415	585.050	699.073	708.450	778.290	830.680	845.278	–	–	–
3 anos depois	85.415	495.013	589.453	709.838	710.325	778.830	835.431	–	–	–	–
4 anos depois	86.758	496.148	591.169	712.283	709.745	782.586	–	–	–	–	–
5 anos depois	87.210	496.950	591.782	712.995	714.723	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	87.393	497.140	593.269	716.143	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	87.763	497.651	594.227	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	87.825	498.974	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	87.957	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	87.957	498.974	594.227	716.143	714.723	782.586	835.431	845.278	1.415.671	1.045.514	7.536.505
Pagamentos acumulados até a data-base	87.938	498.955	593.942	715.272	713.801	781.966	834.312	844.164	1.412.277	875.354	7.357.981
Passivo reconhecido no balanço	20	19	284	871	922	620	1.118	1.114	3.394	170.160	178.524
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	396
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.379
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(11.097)
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**174.201**

continua →★

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

b. **Sinistros judiciais** *(i)*

Data de Aviso	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
No ano do aviso	–	2.485	645	364	1.172	804	738	3.073	1.030	63.869	–
1 ano depois	616	3.826	2.487	2.653	3.450	3.037	15.502	3.785	94.481	–	–
2 anos depois	2.262	4.923	4.394	6.600	5.139	6.339	11.019	108.573	–	–	–
3 anos depois	3.948	8.669	6.726	10.439	9.574	9.835	118.730	–	–	–	–
4 anos depois	5.180	9.867	10.740	14.228	12.728	93.263	–	–	–	–	–
5 anos depois	7.193	10.687	13.924	19.454	102.094	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	7.732	13.573	16.426	111.116	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	9.371	15.112	72.402	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	10.977	64.743	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	48.594	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	48.594	64.743	72.402	111.116	102.094	93.263	118.730	108.573	94.481	63.869	877.865
Pagamentos acumulados até a data-base	12.015	16.689	18.992	23.368	17.109	14.446	15.431	6.741	3.789	469	129.049
Passivo reconhecido no balanço	36.579	48.055	53.410	87.749	84.984	78.817	103.299	101.832	90.692	63.400	748.816
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	215.211
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**964.027**

(i) Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

14. Discriminação das provisões de sinistros judiciais

	31/12/2022	**31/12/2021**
Saldo no início do período	**824.939**	**753.785**
Total pago no período	(36.640)	(31.299)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	46.560	44.538
Quantidade de ações pagas no período	**504**	**561**
Novas constituições no período	**109.876**	**128.598**
Novas constituições referentes a citações do exercício-base	99.232	103.863
Novas constituições referentes a citações do exercício N-1	5.423	20.010
Novas constituições referentes a citações do exercício N-2	1.256	530
Novas constituições referentes a citações do exercício N-3 e anteriores	3.965	4.195
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	**1.701**	**1.766**
Baixa da provisão por êxito	(28.302)	(7.520)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	61.067	(158.636)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	64.445	140.011
Saldo final do período	**995.385**	**824.939**
Total de sinistros judiciais	**995.385**	**824.939**

15. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

15.1. Obrigações a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Fornecedores	7.741	6.025
Dividendos *(i)*	–	196.448
Honorários e remunerações a pagar	49.225	47.870
Obrigações a pagar - Youse Tecnologia e Assit.	7.173	324
Aluguéis a pagar	1.956	1.678
Outras Obrigações a pagar	6.172	1.838
Total	**72.267**	**254.183**

(i) Os dividendos propostos de 2022, foram pagos antecipadamente em 28.10.2022, após aprovação na AGE de 26.10.2022.

15.2. Impostos e contribuições

São representados substancialmente pelo IRPJ e pela CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 339.416 (31 de dezembro de 2021 - R$ 306.800).

15.3. Outras contas a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Serviços de terceiros operacional	18.775	21.043
Serviços de terceiros administrativo	107.282	135.123
Outras obrigações a pagar	5.533	6.698
Total	**131.590**	**162.864**

16. Débitos diversos

A composição dos débitos diversos, é a seguinte:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Passivo de arrendamento	116.576	116.157
Outros débitos	614	–
Total	**117.190**	**116.157**

16.1. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

			31/12/2022
	Passivo de arrendamento	**Juros a transcorrer de contratos de arrendamento**	**Passivo de arrendamento líquido**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**143.494**	**(27.337)**	**116.157**
Apropriação de juros transcorridos	–	8.713	8.713
Constituições/reavaliações de contratos	27.511	(6.770)	20.741
Pagamentos	(29.035)	–	(29.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**141.970**	**(25.394)**	**116.576**
Circulante	**28.450**	**(7.726)**	**20.724**
Não circulante	**113.520**	**(17.668)**	**95.852**

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento em 31 de dezembro de 2022 é de 7,22% a.a., e em 31 de dezembro de 2021 de 6,53% a.a..

17. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2022				31/12/2021			
	Prêmios antecipados	**Prêmios e emolumentos recebidos**	**Outros depósitos**	**Total**	**Prêmios antecipados**	**Prêmios e emolumentos recebidos**	**Outros depósitos**	**Total**
De 1 a 30 dias	–	1.575	7.246	8.821	889	56	33.756	34.701
De 31 a 60 dias	–	160	1.496	1.656	1.159	7	6.499	7.665
De 61 a 120 dias	–	26	–	26	3	49	10.141	10.193
De 121 a 180 dias	–	35	3.243	3.278	–	94	578	672
De 181 a 365 dias	221	6.322	13.105	19.648	–	1.872	73	1.945
Acima de 365 dias	487	57.314	18.616	76.417	236	72.962	38.306	111.504
Total	**708**	**65.432**	**43.706**	**109.846**	**2.287**	**75.040**	**89.353**	**166.680**

18. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		**Provisões judiciais**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Contingências cíveis	65.999	55.781	467.815	625.342
Contingências trabalhistas	19.178	17.923	23.326	21.760
Contingências fiscais	855	857	–	–
Obrigações legais - fiscal	1.360.910	1.360.910	2.476.682	2.411.593
Outras Obrigações	–	–	–	796
Total	**1.446.942**	**1.435.471**	**2.967.823**	**3.059.491**

Os depósitos judiciais de causas cíveis correspondem substancialmente a depósitos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial, contabilizados na conta de Sinistros a Liquidar. O valor contabilizado para os sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 995.385 (31 de dezembro de 2021 - R$ 824.939).

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio. Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.250 (2021 - 7.370) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 280.985 (31 de dezembro 2021 - R$ 422.534). A redução observada no saldo total ocorreu em função da decisão da Suprema Corte do STF do Brasil proferida no final de 2022 que definiu que uma quantidade expressiva de causas judiciais desta carteira deveria ser transferida da esfera de tramitação jurídica estadual para a Federal. Com esta alteração aplicada na metodologia de provisionamento, muitos processos ativos tiveram sua probabilidade de perda reduzida e o saldo de provisão revertido.

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de: (i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj • Axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.116.689 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1.051.124); Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é Provável. Em decorrência de outras ações da mesma natureza que tiveram julgamento desfavorável da ADI nº 4.101 e não tendo mais argumentos para recorrer, a administração optou por desistir do processo da Caixa Seguradora referente ao período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.359.833 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1.360.310). Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa, os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R$ 203.719;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso - Em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 153.311 (31 de dezembro de 2021 - R$ 148.517);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é Provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R$ 385.514;

(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é Possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando aplicação da modulação do STF na ação da empresa - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R$ 4.123.

18.1. Segregação em função da probabilidade de perda

				31/12/2022
	Remota	**Possível**	**Provável**	**Total**
Cíveis	216.613	100.413	467.815	784.841
Trabalhistas	6.261	77.858	23.326	107.445
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	–	2.476.682	2.476.682
Natureza fiscal - Contingências	–	26.250	–	26.250
	222.874	**204.521**	**2.967.823**	**3.395.218**

				31/12/2021
	Remota	**Possível**	**Provável**	**Total**
Cíveis	197.410	107.124	625.342	929.876
Trabalhistas	287	20.032	21.760	42.079
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	1.051.283	1.360.310	2.411.593
Natureza fiscal - Contingências	–	27.844	–	27.844
Outras Obrigações	–	–	796	796
Total	**197.697**	**1.206.283**	**2.008.208**	**3.412.188**

18.2. Movimentação das ações judiciais

	Saldo 31/12/2021	**Adições**	**Reversões**	**Baixas**	**Atualizações e juros**	**Saldo 31/12/2022**
Contingências cíveis	625.342	29.938	(201.309)	(1.056)	14.900	467.815
Contingências trabalhistas	21.760	1.131	(1.072)	(1.030)	2.537	23.326
Obrigações legais - fiscais	2.411.593	–	(477)	–	65.566	2.476.682
Outras Obrigações	796	–	(796)	–	–	–
Total	**3.059.491**	**31.069**	**(203.654)**	**(2.086)**	**83.003**	**2.967.823**

19. Débitos de operações com seguros e resseguros

19.1. Prêmios a restituir

Refere-se substancialmente às parcelas de prêmios de seguros cancelados que estão pendentes de restituição. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 414.170 (31 de dezembro de 2021 - R$ 412.222).

19.2. Operações com resseguradoras

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Prêmios cedidos	70.949	72.324
Comissões a recuperar	(34.899)	(35.748)
Ressarcimento com resseguradoras	12.476	30.941
Total	**48.526**	**67.517**

19.3. Outros débitos operacionais

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Atualizações - Restituições (i)	96.704	42.526
Ressarcimentos	2.892	3.482
Outros débitos	1.686	5.208
Total	**101.282**	**51.216**

(i) O Aumento foi em decorrência da revisão do cálculo da atualização monetária que passou a ser realizada pela TR e SELIC.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.081.350 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1.081.350), e está representado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 por 8.465.054 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

20.2. Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

20.3. Reservas de lucros

a. **Reserva legal** - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, sendo constituída no final de cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 144.813 (31 de dezembro de 2021 - R$ 102.409).

b. **Reserva de retenção de lucros -** é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio, a cada final de exercício. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.369.676 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1.283.906).

20.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Lucro líquido do exercício	848.069	827.151
(–) Reserva Legal	(42.403)	(41.357)
Base de cálculo de dividendos	**805.666**	**785.794**
Dividendo mínimo - 25%	201.417	196.448
Dividendos antecipados intermediários	341.399	–
Juros sobre o capital próprio bruto	–	96.000
IR retido de juros sobre o capital próprio pagos	–	(14.400)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	–	81.600
Dividendos propostos	–	114.849
Dividendos	**341.399**	**196.449**

A proposta da Administração para distribuição dos dividendos sobre o lucro do exercício é de R$ 563.966, que equivale a 70% do lucro líquido ajustado, sendo que, deverá ser abatido o valor de R$ 341.399, já registrado e distribuído em outubro de 2022, a título de dividendos intercalares.

21. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 448/2022 as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	**31/12/2022**	**31/12/2021**
	2.521.437	**2.342.159**
(+) Ajustes contábeis	**(970.464)**	**(1.049.689)**
(–) Despesas antecipadas	(10.533)	(12.418)
(–) Créditos tributários de dif. temporárias	(810.233	(869.533)
(–) Ativos Intangíveis	(129.659)	(137.275)
(–) Obras de arte	(224)	(221)
(–) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(19.815)	(30.242)
(–) PLA Nível 3 – (C)	**93.630**	**100.790**
PLA Nível 1 - (A)	**1.457.343**	**1.191.680**
(+) Valor do ajuste = maior (0, menor (60% do item 2.3.1, Limite def. no item 2.3.5))	(1.207)	–
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.4.17, Limite def. item 2.4.19) (*)	200.052	206.866
PLA Nível 2 - (B)	**201.259**	**206.866**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	93.630	100.790
PLA Nível 3 - (C)	**93.630**	**100.790**
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	**1.752.232**	**1.499.336**
Capital-base	**15.000**	**15.000**
Capital de risco de crédito	180.872	177.466
Capital de risco de subscrição	476.814	520.589
Capital de risco de mercado	66.912	83.996
Capital de risco de operação	13.634	15.223
Benefício da correção entre risco	(114.033)	(125.342)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**624.199**	**671.932**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**1.128.033**	**827.404**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) / (E))	**181%**	**123%**

(*) Ajuste refere-se ao acréscimo do superávit entre as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC - líquidas dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados à PPNG e dos ativos de resseguro ou retrocessão relacionados àquelas provisões - e o fluxo realista de entradas e saídas decorrentes de prêmios/contribuições registradas - considerando as operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

22. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Latam Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), a sua controladora direta ou indireta é controladora ou acionista das demais empresas identificadas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com as empresas de mesmo grupo econômico da CNP no Brasil e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2022		**31/12/2021**	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(i) (vii)*	221	–	1.834	(286)
Youse Seguradora S.A. *(i)*	2	(82)	–	–
CNP Capitalização S.A. *(i) (v)*	9.816	(62)	4.798	(125)
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. *(i)*	–	(7.172)	–	(324)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios *(i) (vii)*	4.198	–	5.133	–
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. *(i) (vi) (vii)*	372	–	79	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. *(viii)*	–	–	–	(196.448)
CNP Assurances Latam Holding Ltda. *(i)*	5.633	–	1.624	–
Caixa Vida e Previdência S.A. *(i) (vii) (ix)*	33.327	(5.651)	67.679	(1.257)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(i) (vii)*	59.787	–	–	–
XS5 Administradora de Consórcios S.A. *(i) (vii)*	13.162	–	1.671	–
Caixa Econômica Federal *(ii) (vii)*	147.106	(522.251)	138.064	(525.290)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	(7.846)	–	(295)
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda. *(iv)*	–	(617)	–	(68)
Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros Ltda. *(iii)*	–	(2)	–	(5)
Jadlog Logística S.A.	–	(15)	–	–

	31/12/2022		**31/12/2021**	
	Receita	**Despesa**	**Receita**	**Despesa**
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(i) (vii)*	1.191	(100)	1.689	(1.662)
CNP Capitalização S.A. *(i) (v)*	30.687	(793)	29.537	(1.050)
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. *(i)*	–	(4.451)	–	(3.162)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios *(i) (vii)*	31.890	–	32.843	–
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. *(vii)*	–	–	7	–
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. *(i) (vi)*	1.439	(2.323)	1.665	(1.020)
CNP Seguros Holding Brasil S.A.(i)	–	–	1	–
Caixa Vida e Previdência S.A. *(i) (ix)*	51.423	(13.935)	123.190	(14.250)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(i) (vii)*	59.787	(141)	18	–
XS5 Administradora de Consórcios S.A. *(i) (vii)*	11.494	–	860	–
Caixa Econômica Federal *(ii)*	6.665	(141.704)	6.200	(161.106)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	(100.706)	–	(137.583)
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda. *(iv)*	–	(14.617)	–	(15.164)
Barigui Corretora de Seguros Ltda.	–	–	–	(1)
Águas de Manso Corretora de Seguros EIRELI *(iii)*	–	(2)	–	(5)
ASF Corretora de Seguros Ltda. *(iii)*	–	–	–	(5)
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. *(iii)*	–	(4)	–	(78)
Orbis Adviser Corretora de Seguros Ltda. *(iii)*	–	(7)	–	(33)
Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros Ltda. *(iii)*	–	(211)	–	(1.067)
Universa Corretora de Seguros Ltda. *(iii)*	–	–	–	(15)
Finanseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda. *(iii)*	–	–	–	(875)
Jadlog Logística S.A. *(iv)*	–	(383)	–	(428)
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal-chave da Administração	–	(10.361)	–	(4.777)

(i) Compreendem as movimentações relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas;

(ii) Despesas comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos e disponibilidade financeira;

(iii) Despesas referentes ao comissionamento, incentivos às vendas;

(iv) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;

(v) Refere-se aos produtos acoplados de incentivo as vendas;

(vi) Plano odontológico oferecido aos funcionários;

(vii) Operações de seguros;

(viii) Dividendos e ou Juros sobre o capital próprio;

(ix) Contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

23. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

	31/12/2022	**31/12/2021**
a) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(1.178.055)	(1.409.429)
Despesas com sinistros	(52.827)	11.948
Serviços de assistência	(18.543)	(25.441)
Recuperação de sinistros	4.645	23.378
Salvados e ressarcimentos	137.435	85.569
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	9.660	(15.238)
Total	**(1.097.685)**	**(1.329.213)**
b) Custos de aquisição		
Comissões de corretagem sobre vendas	(105.772)	(159.271)
Remuneração CAIXA	(127.419)	(137.469)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(30.565)	(36.339)
Campanhas comerciais	(15.345)	(12.090)
Outras despesas de comercialização	(12.627)	(5.158)
Total	**(291.728)**	**(350.327)**
c) Outras receitas/despesas operacionais		
Outras receitas com operações de seguros	967	(2.920)
Consórcio DPVAT	(1.534)	–
Tarifa de cobrança e uso de balcão	(7.771)	(8.662)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(22.720)	6.661
Reversão com provisões cíveis	30.878	14.981
Títulos de capitalização	(793)	(1.049)
Custos processuais	(35.634)	(35.532)
Serviços com manuseio de documentos	(4.044)	(3.490)
Central de relacionamento	(4.051)	(5.560)
Serviços técnicos e vistorias	(4.883)	(3.152)
Publicidade e propaganda - produto	(3.232)	(7.639)
Despesas sobre faturamento	(248)	(13.289)
Serviços de terceiros	(14.143)	(14.315)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.685)	(2.525)
Total	**(70.893)**	**(76.491)**
d) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(130.332)	(101.830)
Serviços de terceiros	(78.004)	(34.885)
Localização	(33.166)	(29.123)
Publicidade e propaganda	(33.473)	(35.687)
Direito de uso - arrendamento	(24.311)	(22.493)
Outras despesas administrativas	(2.416)	(7.775)
Total	**(301.702)**	**(231.793)**
e) Despesas com tributos		
IPTU e ISS	(1.058)	(1.064)
PIS / COFINS	(105.999)	(104.303)
Taxa de fiscalização	(4.499)	(4.376)
Tributos federais	–	(1.293)
Outras despesas com tributos	(229)	(49)
Total	**(111.785)**	**(111.085)**
f) Resultado financeiro		
Resultado com títulos de renda variável	230	(10.315)
Resultado com títulos de renda fixa	239.975	242.280
Resultado com fundos de investimentos	73.492	54.615
Receitas financeiras com operações de seguros	4.264	3.256
Despesas financeiras com operações de seguros	(61.272)	(133.555)
Juros e atualizações - contingências tributárias	(65.566)	(21.548)
Juros e atualizações - contingências trabalhistas	(2.537)	(2.567)
Juros e atualizações - contingências cíveis	(14.900)	–
Juros de arrendamento	(8.713)	(8.739)
IOF sobre operações financeiras	(2.596)	(414)
Juros e atualizações - restituições CAIXA	(54.482)	10.366
Outras receitas e despesas financeiras	(262)	(264)
Total	**107.633**	**133.115**
h) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		
Redução ao valor recuperável *(i)*	(15.129)	(11.421)
Outras despesas não correntes *(ii)*	141.549	(31.502)
Outras despesas	223	(7.343)
Total	**126.643**	**(50.266)**

(i) Os valores de redução ao valor recuperável referem-se à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH;

(ii) Substancialmente a constituição de provisão para riscos de demandas judiciais do SH/SFH.

continua →★

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

24. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contribuição Social	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	1.406.436	1.406.436	1.347.106	1.347.106
(–) Juros sobre o capital próprio	–	–	(96.000)	(96.000)
Base de cálculo	**1.406.436**	**1.406.436**	**1.251.106**	**1.251.106**
Taxa nominal do tributo	16,00%	25,00%	20,00%	25,00%
Tributos calculados a taxa nominal	**(225.030)**	**(351.609)**	**(250.221)**	**(312.777)**
Ajustes do lucro real	(74.534)	(74.200)	(15.454)	(14.329)
Benefícios incentivados	(24.605)	(24.605)	(10.108)	(10.108)
Ajustes temporários diferidos	75.953	80.960	3.827	6.041
Ajuste de exercício anterior	–	–	19.761	(5.866)
Efeito do diferencial da alíquota	(46.646)	–	(169.715)	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(69.832)**	**(17.845)**	**(171.689)**	**(24.262)**
Tributos sobre os ajustes	**11.173**	**4.461**	**34.338**	**6.066**
Incentivos fiscais	**–**	**2.638**	**–**	**2.639**
Despesa contabilizada	**(213.857)**	**(344.510)**	**(215.883)**	**(304.072)**
Taxa efetiva	**15,21%**	**24,50%**	**17,26%**	**24,30%**

25. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é copatrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.
Nos termos do regulamento do plano, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário-base do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 13.935 (31 de dezembro de 2021 - R$ 14.250).

26. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento

Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:

	31/12/2022			31/12/2021		
Ramos	**Prêmio ganho**	**Índice de sinistralidade**	**Índice de comissionamento**	**Prêmio ganho**	**Índice de sinistralidade**	**Índice de comissionamento**
Habitacional fora do SFH	2.526.182	30,47%	8,14%	2.661.668	39,57%	7,85%
Automóvel	350.305	73,47%	9,87%	311.436	66,07%	10,71%
Compreensivo residencial	188.872	14,80%	23,16%	326.515	16,14%	24,76%
Compreensivo empresarial	67.483	49,20%	6,03%	104.816	31,46%	19,69%
Demais ramos	20.963	23,33%	18,04%	36.724	-51,61%	17,88%
Total	**3.161.473**	**34,72%**	**9,23%**	**3.449.140**	**38,54%**	**10,16%**

27. Comitê da auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/2021, tendo atuação sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

28. Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.
Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.
A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração

Marcos Centin Dornelles
Presidente

Asma Zidani Ep Baccar

Rubens Bordinhão de Camargo Junior

André Nunes

Diretoria Executiva

Rubens Bordinhão de Camargo Junior
Diretora Presidente

Marco Antonio Barbosa Pires
Diretor Financeiro

Paulo Otavio Silva Camara
Diretor de Riscos e Controles Internos

Conselho Fiscal

José Marcolino Lincoln
Membro do Conselho Fiscal

Sergio Ruffoni Guedes
Membro do Conselho Fiscal

Gryecos Attom Valente Loureiro
Membro do Conselho Fiscal

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
Contadora CRC DF 014844/O-0

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Parecer do Conselho Fiscal

"Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2022 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas."

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado, e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Principais Atividades

O Comitê realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente, dos representantes da auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, contabilidade, financeiro, investimentos e atuária. Além disso, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê de Transações entre Partes Relacionadas. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.
No decorrer do exercício de 2022, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo os principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.
O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e os relatórios dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2022, das seguintes empresas do Grupo: CNP Seguros Holding Brasil S.A., Caixa Seguradora S.A. e Youse Seguradora S.A.

Conclusões:

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP nº 432/21;
- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
- Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;
- Avaliou como satisfatória a evolução do sistema de controles internos;
- Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e
- As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados-Susep e pelo Banco Central do Brasil-BCB, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas do Grupo.

Brasília, 23 de fevereiro de 2023.
Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora S.A.
Brasília - DF

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Caixa Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
04719-002
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I - Caixa Seguradora S.A. ***(Em milhares de Reais)***

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2022**
Total de provisões técnicas auditadas	**2.315.969**
Total de ativos de resseguro	**58.270**
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**7.878**
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2022**
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.315.969
Valores redutores auditados (b)	580.644
Total a ser coberto (a-b)	**1.735.325**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2022**
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	624.199
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	624.199
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2022**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.752.232
Ajustes Econômicos do PLA	201.259
Exigência de Capital (CMR) (b)	624.199
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**1.128.033**
Ativos Garantidores (d)	3.951.116
Total a ser Coberto (e)	1.735.325
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**2.215.791**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2022**
112	50
1601	1.100
0115, 0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597	1.450
0310	2.500
0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.000
0745	4.500
0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535	5.750
0775, 0776	8.550
0748, 0860	10.000
111	11.000
0196, 1061	15.000
977	20.000

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - créditos do SFH
- Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação -SH/SFH, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.2. A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da condenação nos processos judiciais. A mensuração da redução ao valor recuperável dos referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em consideração a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas nestes processos. Consideramos a avaliação das premissas e metodologia adotadas pela administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, como principal assunto de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e do julgamento envolvido na determinação do saldo da referida provisão.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos relacionados à identificação e registro dos créditos a receber do FCVS relativo ao seguro habitacional do SFH, bem como o processo de mensuração da respectiva redução ao valor recuperável; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na mensuração da redução ao valor recuperável dos créditos a receber do FCVS, tais como índice histórico de glosa e de recuperabilidade das ações de cobrança; (iii) recálculo da referida provisão com base no método e premissas adotadas pela Administração; (iv) inspeção, com base em amostragem, dos documentos suportes das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da precisão dos dados utilizados para cálculo da redução ao valor recuperável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões técnicas de seguros (PSL, PDR e IBNR) e teste de adequação de passivos
- Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 conforme notas explicativas nºs 2.9 e 10. Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas de seguros, tais como provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a Seguradora utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem a expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas-chave relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo: (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos. (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e PDR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PDR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (iii) testes de integridade e precisão das bases de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suportes aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de aviso e ocorrência, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e - (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R$ 2.577,0 mil, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 5,2%. Como a Companhia ainda não está comercializando produtos, esse resultado foi alcançado substancialmente em decorrência do resultado financeiro dos recursos aplicados.

Os ativos financeiros da Companhia, ao final do exercício de 2022, totalizaram o valor de R$ 53.104,0 mil, superando em 8,3% o valor alcançado no final do ano anterior e seu patrimônio líquido alcançou o valor de R$ 51.204,0 mil.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período.

Considerações Finais e Agradecimentos

A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023

A Administração

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE		**31.151**	**49.256**
Disponível		**19**	**168**
Caixa e bancos		19	168
Aplicações	**5**	**31.034**	**49.045**
Títulos e créditos a receber	**6**	**98**	**–**
Títulos e créditos a receber	6.1	82	–
Outros créditos		16	–
Despesas antecipadas		–	**43**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**22.403**	**422**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**22.392**	**405**
Aplicações	**5**	22.070	**–**
Títulos e créditos a receber	**6**	**322**	**405**
Créditos tributários e previdenciários	6.2	322	405
Imobilizado		**4**	**4**
Bens móveis		4	4
Intangível		**7**	**13**
Outros intangíveis		7	13
TOTAL DO ATIVO		**53.554**	**49.678**

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**2.236**	**911**
Contas a pagar		**2.236**	**911**
Obrigações a pagar	7.1	615	258
Impostos e encargos sociais a recolher		52	44
Encargos trabalhistas		84	64
Impostos e contribuições	7.2	1.437	448
Outras contas a pagar		48	97
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**114**	**–**
Contas a pagar		**114**	**–**
Tributos diferidos	7.3	114	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8**	**51.204**	**48.767**
Capital social	8.1	40.000	40.000
Reservas de lucros	8.2	11.033	8.889
Ajuste de avaliação patrimonial		171	(122)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**53.554**	**49.678**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Despesas administrativas	11	(661)	(1.222)
Despesas com tributos	11	(219)	(191)
Resultado financeiro	11	5.262	2.799
Resultado operacional		**4.382**	**1.386**
Resultado antes dos impostos e participações		**4.382**	**1.386**
Imposto de renda	12	(1.061)	(310)
Contribuição social	12	(672)	(245)
Participações sobre o resultado		(72)	(79)
Lucro líquido		**2.577**	**752**
Quantidade de ações		**40.000.000**	**40.000.000**
Lucro líquido por ação em R$		**0,0644**	**0,0188**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**2.577**	**752**
Outros resultados abrangentes	**293**	**(807)**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**293**	**(807)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	488	(1.345)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(195)	538
Total dos resultados abrangentes para o exercício	**2.870**	**(55)**
Quantidade de ações	**40.000.000**	**40.000.000**
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação em R$	**0,0718**	**(0,0014)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**40.000**	**8.032**	**686**	**–**	**48.718**
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 30.03.2021	–	284	–	–	284
Títulos e valores mobiliários	–	–	(807)	–	(807)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	752	752
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	38	–	(38)	–
Reserva de lucros	–	536	–	(536)	–
Dividendos	–	–	–	(179)	(179)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**40.000**	**8.889**	**(122)**	**–**	**48.767**
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 30.03.2022	–	179	–	–	179
Títulos e valores mobiliários	–	–	293	–	293
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.577	2.577
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	129	–	(129)	–
Reserva de lucros	–	1.836	–	(1.836)	–
Dividendos	–	–	–	(612)	(612)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**40.000**	**11.033**	**171**	**–**	**51.204**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**2.577**	**752**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	7	9
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(3.766)	(1.388)
Créditos fiscais e previdenciários	(29)	1.071
Ativo fiscal diferido	112	(113)
Despesas antecipadas	43	–
Outros ativos	(127)	(19)
Impostos e contribuições	1.824	86
Outras contas a pagar	(126)	84
Outros passivos	20	47
Caixa gerado pelas operações	**535**	**529**
Juros pagos	–	3
Juros recebidos	29	19
Imposto sobre o lucro pagos	(713)	(772)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(149)**	**(227)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(149)**	**(227)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**168**	**395**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**19**	**168**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Youse Seguradora S.A. "Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SUSEP em 26 de março de 2018, mas as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de fevereiro 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e bancos

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

A Companhia não possui títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment

***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais.

b. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

***2.5.2. Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática - 2% a.a.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia é de 5% a.a.

2.7. Ativos e passivos circulante e não circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*imparidade*) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a julho de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021, majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sendo essa a alíquota aplicada nesse período.

A contribuição social sobre o lucro ajustado do período de agosto de 2022 a dezembro de 2022 foi calculada com alíquota majorada, com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.446, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2022 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.10. Normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

Para empresas não reguladas pela SUSEP, o CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, e será adotado pela Companhia quando a SUSEP aprovar este pronunciamento.

A Companhia já iniciou os estudos de classificação, mensuração e cálculo de perda esperada de seus ativos financeiros. Os estudos incluem a definição dos modelos de negócios, teste de SPPI (sigla em inglês para somente pagamento de principal e juros) e cálculo do ECL (sigla em inglês para expectativa de perda esperada).

A companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos *(Chief Risk Officer)*, independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency* II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2022			31/12/2021		
Composição dos ativos	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**14.927**	**14.927**	**–**	**34.817**	**34.817**
Fundos de investimentos não exclusivo		14.927	14.927	–	34.817	34.817
Disponíveis para venda	**38.177**	**–**	**38.177**	**14.228**	**–**	**14.228**
Letras do tesouro nacional	22.070	–	22.070	14.228	–	14.228
Notas do tesouro nacional	16.107	–	16.107	–	–	–
Exposição máxima ao risco de crédito	**38.177**	**14.927**	**53.104**	**14.228**	**34.817**	**49.045**

4.2. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à me-

continua →★

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

dida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa. No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento.

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022			
Valor justo por meio do resultado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01ano	Entre 01 e 05 anos	Percentual
Fundos de investimento	14.927	14.928	34.817	34.817	14.927	–	–	28,11%
Subtotal	**14.927**	**14.928**	**34.817**	**34.817**	**14.927**	**–**	**–**	**28,11%**
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	22.070	21.832	14.228	14.432	–	–	22.070	41,56%
Notas do tesouro nacional	16.107	16.059	–	–	–	16.107	–	30,33%
Subtotal	**38.177**	**37.891**	**14.228**	**14.432**	**–**	**16.107**	**22.070**	**71,89%**
Total	**53.104**	**52.819**	**49.045**	**49.249**	**14.927**	**16.107**	**22.070**	**100,00%**

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**49.045**	**48.465**
Aplicações	92.557	49.299
Resgates	(94.297)	(50.238)
Rendimentos	5.310	2.864
Ajustes de títulos e valores mobiliários	489	(1.345)
Saldo final	**53.104**	**49.045**

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 5.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

b. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2022	31/12/2021
Letras do Tesouro Nacional	Pré 14,63%	Pré 8,10%
Notas do tesouro nacional	IPCA 6,83%	–

6. Títulos e créditos a receber

6.1. Títulos e créditos a receber

São representados integralmente por valores a receber da Caixa Seguradora. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 82 (31 de dezembro de 2021 - R$ 0).

6.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

6.2.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários e passivo diferido

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contribuição social	Imposto de renda		Contribuição social	Imposto de renda	
	Não circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	311	311	–	282	282
Adições temporárias	4	7	11	16	26	42
Tributos diferidos - TVM	–	–	–	30	51	81
Ativo diferido	**4**	**319**	**322**	**46**	**359**	**405**
Tributos diferidos - TVM	(43)	(71)	(114)	–	–	–
Passivo diferido	**(43)**	**(71)**	**(114)**	**–**	**–**	**–**
Total	**(39)**	**247**	**208**	**46**	**359**	**405**

6.2.2. Expectativa da efetiva realização

	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2023	11	100%	(19)	17%	(8)	8%
2024	–	0%	(95)	83%	(95)	92%
Total	**11**	**100%**	**(114)**	**100%**	**(103)**	**100%**

6.2.3. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

			31/12/2022
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	**46**	**77**	**123**
Outras provisões	(12)	(19)	(31)
Tributos diferidos - TVM	(73)	(122)	(195)
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**(39)**	**(64)**	**(103)**
Efeito no resultado das constituições e realizações	12	19	31

7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

7.1. Obrigações a pagar

Os saldos são demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos	612	179
Participação nos lucros - bônus	–	79
Outras Obrigações a Pagar	3	–
Total	**615**	**258**

7.2. Impostos e contribuições

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.437 (31 de dezembro de 2021 - R$ 448).

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 40.000 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e está representado por 40.000.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

8.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

8.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 582 (31 de dezembro de 2021 era de R$ 453).

b. Reserva de retenção de lucros - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 10.451 (31 de dezembro de 2021 - R$ 8.436).

8.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	2.577	752
(–) Reserva Legal	(129)	(37)
Base de cálculo de dividendos	**2.448**	**715**
Dividendo mínimo - 25%	612	179
Dividendos propostos	612	179
Dividendos provisionados	**612**	**179**

9. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 448/2022, as Sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
	51.204	**48.767**
(+)Ajustes contábeis	**(7)**	**(55)**
Despesas antecipadas	–	(43)
Ativos Intangíveis	(7)	(12)
(–) PLA Nível 3 - (C)	**11**	**124**
PLA Nível 1 - (A)	**51.186**	**48.588**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	11	124
PLA Nível 3 - (C)	**11**	**124**
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	**51.197**	**48.712**
Capital base	**15.000**	**15.000**
Capital de risco de crédito	1.278	2.866
Capital de risco de mercado	3.322	7.458
Benefício da correção entre risco	(754)	(1.691)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**15.000**	**15.000**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**36.198**	**33.712**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))	**241%**	**225%**

10. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa Seguradora S.A. *(iii)*	82	(3)	–	(1)
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. *(i)*	–	(612)	–	(179)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	16	–	94	–
	31/12/2022		**31/12/2021**	
	Receita	**Despesa**	**Receita**	**Despesa**
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal chave da Administração	–	(322)	–	(703)

(i) Dividendos a pagar;
(ii) Disponibilidade financeira;
(iii) Reembolso de despesas classe de bônus seguro auto Youse;

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

11. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(234)	(910)
Serviços de terceiros	(280)	(216)
Localização	(23)	(28)
Publicações legais	(93)	(40)
Contribuições para entidade de classe	(31)	(28)
Total	**(661)**	**(1.222)**
Despesas com tributos		
Taxa de fiscalização	(218)	(191)
Outras despesas com tributos	(1)	–
Total	**(219)**	**(191)**
Receitas/despesas financeiras		
Resultado com títulos de renda fixa	2.516	1.484
Resultado com fundos de investimentos	2.794	1.380
Outras receitas financeiras	29	19
Outras despesas financeiras	(77)	(84)
Total	**5.262**	**2.799**

12. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	4.310	4.310	1.307	1.307
Base de cálculo	**4.310**	**4.310**	**1.306**	**1.306**
Taxa nominal do tributo	16%	25%	20%	25%
Tributos calculados a taxa nominal	**(690)**	**(1.077)**	**(261)**	**(327)**
Ajustes do lucro real	(46)	(46)	108	108
Ajustes temporários diferidos	72	77	(60)	(80)
Efeito do diferencial da alíquota	(136)	–	(131)	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(110)**	**31**	**(83)**	**28**
Tributos sobre os ajustes	**18**	**(8)**	**16**	**(7)**
Incentivos fiscais	–	24	–	24
Despesa contabilizada	**(672)**	**(1.061)**	**(245)**	**(310)**
Taxa efetiva	**15,59%**	**24,62%**	**18,73%**	**23,69%**

13. Comitê da auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

14. Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recurso Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração

Asma Zidani EP Baccar - Presidente
Maximiliano Alejandro Villanueva
Eduardo Fabiano Alves da Silva

Diretoria Executiva

Marcos Centin Dornelles
Diretor Presidente

Federico Javier Tapia Salazar
Diretor Financeiro

Paulo Otávio Silva Camara
Diretor de Riscos e Controles Internos

Contador

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
Contadora - CRC DF 014844/O-0

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado, e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Principais Atividades

O Comitê realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente, dos representantes da auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, contabilidade, financeiro, investimentos e atuária. Além disso, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê de Transações entre Partes Relacionadas. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

No decorrer do exercício de 2022, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo os principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e os relatórios dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2022, das seguintes empresas do Grupo: CNP Seguros Holding Brasil S.A., Caixa Seguradora S.A. e Youse Seguradora S.A.

Conclusões:

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

• Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP nº 432/21;

• Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;

• Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;

• Avaliou como satisfatória a evolução do sistema de controles internos;

• Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e

• As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados-Susep e pelo Banco Central do Brasil-BCB, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas do Grupo.

Brasília, 23 de fevereiro de 2023.

Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Youse Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aplicações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia ainda não iniciou a comercialização de seguros, todavia possui aplicações financeiras em títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos, que representam parte substancial do total do ativo, conforme descrito nas notas explicativas n° 2.4 e 5. Devido a relevância das aplicações financeiras e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras, consideramos as aplicações financeiras como o principal assunto de auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de registro, valorização e custódia das aplicações financeiras; (ii) com o auxílio dos nossos especialistas de instrumentos financeiros, efetuamos o recálculo independente do valor justo das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos; (iii) avaliação da existência desses ativos por meio de confirmação independente com os órgãos custodiantes e bancos; e (iv) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

SAÚDE

Campanha incentiva cultura da vacinação

Ao receber a dose bivalente contra a covid, presidente Lula afirma que é preciso combater a mentalidade antivacina

» HENRIQUE LESSA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e a ministra da Saúde, Nísia Trindade, lançaram ontem, na Unidade Básica de Saúde 1 (UBS) do Guará, em Brasília, o programa 'Movimento Nacional pela Vacinação'. Durante a cerimônia, que durou cerca de 20 minutos, o vice-presidente, que é médico de formação, aplicou no petista a dose de reforço com a vacina bivalente para covid-19. "Hoje eu tomei a minha quinta vacina, se tiver a sexta eu vou tomar sexta, se tiver a sétima eu vou tomar. Sabe por que eu vou tomar vacina? Eu tenho 77 anos, eu tomo vacina porque eu gosto da vida", disse o presidente.

Logo após receber a dose imunizante, o presidente, antes de falar, mostrou seu cartão de vacinação, e em seguida lembrou da vacinação de H1N1 em 2010, no segundo mandato. "A gente tem consciência que o Brasil já foi o país campeão mundial de vacinação. Era o país mais respeitado do mundo pela capacidade das nossas enfermeiras e dos nossos enfermeiros em dar injeção em todo o povo brasileiro. Eu não sei se vocês estão lembrados, em 2010 veio uma tal de uma gripe H1N1, em três meses nós vacinamos 80 milhões de pessoas, muito mais do que foi vacinado em dois anos de covid" comparou Lula.

Ed Alves/CB/DA.Press

Médico por formação, o vice-presidente Geraldo Alckmin aplica dose da vacina bivalente em Lula. Presidente mostrou cartão de vacinação

Calendário

27/02 — Começa a aplicação do reforço com a vacina bivalente para Covid-19 para o grupo de 18 milhões de pessoas de idosos acima de 70 anos, pessoas imunocomprometidas, funcionários e pessoas que vivem em instituições permanentes, indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

Março — A partir desse mês, o reforço da vacinação contra Covid-19 será focado em toda população acima de 12 anos e para as crianças e adolescentes.

Abril — Começa a terceira etapa com campanha da vacinação contra gripe (Influenza).

Maio — Na quarta etapa será realizada uma campanha de atualização da caderneta de vacinação para todas as vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, com ações nas escolas de todo país.

Negacionismo

O presidente insistiu na necessidade de se combater o negacionismo em relação à vacinação. Ponderou que cada um pode ter o direito de não se vacinar, mas que não pode negar isso aos filhos. "Que a gente não acredite no negacionismo, que a gente não acredita nas bobagens que falam contra a vacina. Você pode até não gostar de você e não querer tomar a vacina, mas você tem obrigação de gostar da sua filha, do seu filho, da sua mãe, do seu pai, e é importante a gente garantir que as pessoas tomem a vacina para evitar desgraças maiores na vida da gente" disse o presidente.

Sem citar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Lula criticou aqueles que escolhem não se imunizar. "Vocês sabem que não querer tomar a vacina é um direito de qualquer um, mas tomar vacina é um gesto de responsabilidade, um gesto de garantia que você vai passar para a sua família", afirmou o presidente.

Ele encerrou a fala pedindo que a população procure saber quando o imunizante está disponível para buscar a unidade de saúde mais próxima. "Na hora que vocês lerem um aviso, na televisão, no rádio, na internet, não sejam irresponsáveis, se tiver vacina, vá lá tomar vacina, a vacina é uma garantia de vida". E completou: "Tome vacina, não tenha medo do Zé Gotinha, o Zé Gotinha significa só amor e nada mais que isso. Todo mundo deve tomar a vacina para que o Brasil fique curado da pandemia".

Na abertura da cerimônia, a ministra Nísia Trindade, ao anunciar os nomes dos presentes, escutou um início de uma vaia ao citar a governadora Celina Leão (PP). A uma plateia de apoiadores do presidente Lula, a chefe da pasta da Saúde enfatizou o slogan do governo 'União e Reconstrução'. "Vamos proteger nossas vidas, esse movimento tem que ser do governo federal, dos governos estaduais, dos governos municipais, de toda a sociedade, é um movimento em defesa da vida, união e reconstrução, viva o SUS e viva a volta do Zé Gotinha", exortou a ministra.

Durante o discurso, Trindade abordou a necessidade de haver uma ação integrada entre os entes federativos. Semanas atrás, ela exortou o engajamento da sociedade em favor da imunização. "A vacina tem que deixar de ser um tema de preocupação, tem que passar a ser a rotina de toda a nossa sociedade, sabemos que isso levará um tempo e esta é a nossa principal meta para este ano: recuperar a confiança nas vacinas, na ciência, na saúde e também aumentar essa cobertura vacinal", disse em 16 de fevereiro.

Após o discurso da ministra da Saúde na UBS 1 do Guará, iniciou-se a vacinação. Odete Pessoa Silva, de 84 anos, foi a primeira a receber a dose de reforço da vacina bivalente contra a covid-19.

A iniciativa do governo federal prevê ações para ampliar as coberturas de todas as vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), a data também marcou o início da vacinação com o imunizante bivalente contra a covid-19, que, no primeiro momento, terá reforço de doses para os grupos prioritários.

Em 2008, o mesmo gesto com Serra

» VINICIUS DORIA

» Ao receber a dose da vacina bivalente contra Covid-19, aplicada pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin, Luiz Inácio Lula da Silva repetiu um gesto que já havia feito em abril de 2008, em seu segundo mandato.

» No lançamento da campanha de vacinação contra gripe, Lula fez questão de assumir o papel de garoto-propaganda da imunização, cujo público-alvo eram os idosos. A campanha foi lançada em São Paulo, com a presença do então governador do estado, José Serra, do PSDB, a quem havia derrotado nas eleições presidenciais de 2002.

» A fotografia de 2008 guarda, porém, uma diferença em relação à de ontem, com Alckmin: José Serra não aplicou a vacina em Lula. A tarefa coube a uma enfermeira da Unidade Básica de Saúde de São Bernardo, no ABC paulista, berço político do presidente. Serra, que é economista e dirigiu o Ministério da Saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso, apenas simulou a aplicação.

Conteudo/AE

Lula e Serra: ex-adversários de campanha

» Com 62 anos de idade na época, Lula fez questão de ir a São Paulo para abrir a campanha de vacinação contra gripe para mostrar que a saúde pública deveria estar acima das disputas político-partidárias. Na ocasião, Lula declarou que tomava a vacina havia três anos, e que não havia contraído gripe no período. O então governador de São Paulo, com 65 anos, também se vacinou na ocasião, para dar o exemplo.

Chegada do inverno

Segundo a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, a epidemiologista Ethel Maciel, a campanha contra a covid-19 é fundamental antes do inverno, "Nós estamos numa pandemia ainda, neste momento estamos nos preparando para o inverno, é uma vacinação que tenta proteger as pessoas antes do inverno que vai ter uma transmissão maio", e completou "Temos a meta de atingir 90% de cobertura vacinal em todos os grupos e essa ação é uma das prioridades do governo federal".

As campanhas de vacinação para outras enfermidades devem começar apenas em maio com ações em escolas. "A gente vai ter uma ação específica contra sarampo e pólio nas escolas, vai ser em maio. Vamos fazer um trabalho nas escolas, chegar com uma campanha educativa primeiro, antes da vacinação, e assim conseguir a aceitação das famílias", falou a secretária.

O ministério informou que nessa primeira etapa, a vacinação com doses de reforço bivalentes da Pfizer será para pessoas com maior risco de desenvolver as formas graves da doença. A faixa etária e os grupos prioritários variam e cada município deve organizar esse grupos conforme o recebimento das doses. No início devem ser vacinados idosos acima dos 70 anos, pessoas imunocomprometidas, funcionários e pessoas que vivem em instituições permanentes, indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Cerca de 18 milhões de brasileiros fazem parte desse grupo e o governo já distribuiu cerca de 19 milhões de doses para todos os estados e o Distrito Federal.

A meta do governo federal é recuperar a cobertura vacinal para patamares de 90% em todos os grupos. Para isso, o Ministério da Saúde promete construir uma relação tanto com sociedades científicas quanto com estados e municípios. (**Colaborou Ândrea Malcher**)

Leia mais sobre vacinação na página 23

Testes apontam alta de casos de covid nos dias de carnaval

Na semana do carnaval, os índices de positividade para covid-19 tiveram alta de 20,2% em comparação com a semana anterior. O aumento decorre principalmente dos festejos pré-carnavalescos e foi impulsionado pela expansão da variante XBB no Rio de Janeiro e em São Paulo, segundo levantamento da Dasa, rede de saúde privada que atua em todo o Brasil.

Para o coordenador da pesquisa, José Eduardo Levi, o país deve ter uma minionda de covid, com positividade entre 30% e 40%. Dados da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed) também apontam alta na positividade de covid-19.

Segundo o monitoramento da Dasa, o aumento nos casos de covid vinha ocorrendo desde a metade de janeiro e se acentuou na semana do carnaval. Os índices de positividade para covid-19, na média nacional, chegaram a 23,85%, na semana de 17 a 23 de fevereiro, que incluiu o carnaval, com aumento de 20,2% em comparação com a semana anterior aos festejos, de 10 a 16 de fevereiro. Foram pesquisadas mais de mil unidades da rede em todo o Brasil.

O Rio relatou aumento de 31,5% nas taxas. O estado de São Paulo teve alta de 11,6%. No Nordeste, a taxa de positividade passou de 4,57% para 7,16%, na comparação entre antes e durante o carnaval. A Região Sul e o Distrito Federal mantiveram estabilidade, com 14,48% e 6,67%, respectivamente. De acordo com Levi, a variante XBB do coronavírus se tornou predominante nas amostras positivas.

"Considerando as aglomerações ocorridas durante o carnaval e as características da variante XBB, agora predominante, é bastante provável que as taxas de positividade sejam maiores nas próximas semanas", observa o especialista.

Já os dados da Abramed mostram que a taxa de positividade evoluiu de 12,5% na semana de 14 a 20 de janeiro para 22,01% na de 18 a 24 de fevereiro, semana do carnaval. O médico infectologista Celso Granato, diretor clínico do Grupo Fleury, disse que, desde a metade de janeiro, a taxa de positividade vem se mantendo em 15%, que ele considera muito alta.

"Estamos fazendo dois mil exames para covid de biologia molecular e o número (de positivos) é absurdamente grande. E, com certeza, é subestimado. Muita gente faz o teste de farmácia e não faz os testes mais sofisticados. E quando é transmissor familiar, uma pessoa faz o teste e as outras que pegam não fazem", alerta.

»Entrevista | **JENNIFER JONES** | PRESIDENTE DA ROTARY INTERNATIONAL

Primeira mulher a liderar a organização em nível global está no Brasil para celebrar os 100 anos da entidade no país. A instituição atua há décadas pela erradicação da pólio e está engajada em combater a covid-19 e incentivar a vacinação

"Uma família que quer ajudar"

» VICTOR CORREIA

A presidente da Rotary International, Jennifer Jones, está no Brasil para celebrar os 100 anos da instituição no país, comemorados nesta terça-feira. Do Rio de Janeiro, em entrevista ao **Correio**, *a canadense destacou a importância do cuidado com a vacinação e como a história de combate à pólio ressalta o papel essencial das vacinas. Como primeira mulher a presidir a organização, predominantemente masculina, Jones também defende a importância da presença feminina em posições de liderança para as entidades, e de ações de capacitação profissional voltadas para as mulheres. A Rotary International é uma organização formada por grupos de pessoas que atuam em projetos sociais a nível local, nos chamados Rotary Clubs, e em grandes ações em nível global. Um dos carros-chefe da entidade é a erradicação da poliomielite no mundo, e os esforços de conscientização sobre as vacinas, como a da covid-19. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.*

© Rotary International

> Eu tenho a honra de ser a primeira mulher a presidir a nossa organização, e acho que isso é um passo muito importante até para quebrar uma série de estereótipos que nós temos. As mulheres só puderam participar da Rotary em 1989"

A Rotary investe em projetos sociais por todo o mundo. Como é a organização da entidade, e quais os temas em que vocês atuam?

Nós temos a Rotary International que define o que chamamos de "sete pontos de foco" das nossas ações. Entre eles está o combate à poliomielite, que é uma das nossas maiores bandeiras. Temos também um que se tornou muito importante hoje em dia, que é a proteção ao meio ambiente. E esses temas servem de guia para as ações locais, que os Rotary Clubs fazem em suas comunidades. Então são grupos de pessoas que buscam formas de ajudar suas comunidades locais, as pessoas necessitadas. Mas temos também os grandes projetos globais. A Fundação Rotary já arrecadou e investiu mais de US$ 5 bilhões em sua história pelo mundo.

Quais são as ações mais recentes pelo mundo?

Recentemente, na Turquia, tivemos ações locais e doações por conta do terremoto, para ajudar as pessoas atingidas. Com a guerra na Ucrânia, também arrecadamos doações. Aqui no Brasil, nós temos 49 mil filiados, em mais de 2 mil Rotary Clubs. Nós vemos como uma grande família de pessoas que querem contribuir e ajudar suas comunidades. Dessa forma, temos ações relevantes em todas as cidades nas quais estamos presentes. O que, hoje em dia, são todas as grandes cidades do mundo.

Sobre o combate à poliomielite mencionado pela senhora, o que já foi feito e está sendo feito pela organização?

O combate à pólio é uma das nossas ações mais importantes e um dos maiores projetos da Rotary. Essa atuação já dura mais de três décadas e nunca estivemos tão perto de conseguir completar esse objetivo, que é erradicar a poliomielite no mundo. Hoje em dia, você fala com várias pessoas sobre a pólio, mas elas respondem que 'Ah, isso é coisa do passado, já acabou', mas não é o caso. Nós temos a pólio endêmica ainda em dois países: o Afeganistão e o Paquistão. Neste ano, até o momento não tivemos nenhum caso — bate na madeira — mas, no ano passado, tivemos cerca de 30 casos. E nós estimamos que, para realmente erradicar a doença, ainda precisamos de um investimento de US$ 4,8 bilhões. Dessa forma, estamos muito confiantes de que conseguiremos acabar com a doença até o final de 2026, o que vai ser algo histórico.

Como são as parcerias da Rotary International?

Nós atuamos em parceria com muitas organizações. Apenas para citar algumas, temos a Organização Mundial da Saúde (OMS), os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), e a Fundação Bill e Melinda Gates. E fazemos esse trabalho de campo também. Nós vamos de porta em porta, conversando com as mulheres, como as mães, sobre a importância dessa vacinação.

Com esse histórico de atuação na saúde, como veem os esforços de vacinação contra a covid-19 agora e o combate à pandemia?

O que é interessante é que somos uma organização que não é religiosa nem política. E mesmo assim somos grandes defensores da vacinação. Sabemos, pela nossa história, a importância das ações de vacinação e prevenção no combate às doenças, e é uma pena que isso tenha sido politizado hoje em dia. A pandemia da covid-19 foi uma coisa que afetou todas as pessoas, no mundo inteiro. Todos nós tivemos que nos isolar, todos nós tivemos que lidar com a incerteza, com o medo e com o fato de não sabermos com o que estávamos lidando, até que descobrimos.

Como a instituição atuou no enfrentamento da covid-19?

A Rotary teve também forte atuação contra a pandemia, inclusive no Brasil. Nós usamos nossa experiência de combate à pólio e ajudamos na criação de centros de vacinação, com doações, com auxílio às pessoas que perderam os empregos. E o que é interessante é que as pessoas que já haviam sido conscientizadas sobre a pólio, e isso no mundo todo, já sabiam a importância da prevenção, da vacina, do distanciamento.

A senhora é a primeira mulher a assumir a presidência da Rotary em 2022 e defende a inclusão de mulheres em posições de liderança e maior participação feminina na sociedade. O que é feito pela organização nesse sentido?

Eu tenho a honra de ser a primeira mulher a presidir a nossa organização, e acho que isso é um passo muito importante até para quebrar uma série de estereótipos que nós temos. As mulheres só puderam participar da Rotary em 1989, e isso precisou de uma decisão da Suprema Corte para acontecer. Na história da nossa organização, isso é uma coisa muito recente. Hoje nós temos em torno de 25% de mulheres como nossos membros. Em alguns países estamos bem mais perto da paridade, e em outros nem tanto. Então isso é muito importante para incentivar e mostrar para as mulheres que elas também podem participar da comunidade.

Quais iniciativas a Rotary desenvolve em favor das mulheres?

Sobre as ações voltadas para o que chamamos de "empoderamento das mulheres", eu cito como exemplo um projeto muito interessante que temos no Rio de Janeiro, voltado para capacitação de mulheres em culinária. Nós já investimos cerca de R$ 110 mil no projeto, que não é só sobre cozinhar em si, mas também capacitar de um ponto de vista dos negócios, da profissionalização. Então, na nossa visão, fazendo esse tipo de investimento e capacitação das mulheres, elas conseguem ter uma renda maior para suas famílias, que leva a crianças com melhor educação e melhores oportunidades no futuro.

Qual a importância da visita ao Brasil?

Para mim é muito importante e gratificante estar aqui no Rio de Janeiro e celebrar esses 100 anos da Rotary no Brasil. É a quinta vez que venho ao país. É uma grande oportunidade de rever pessoas que conheci nessas visitas, celebrar o momento e, principalmente, aprender sobre o que está sendo realizado pelas comunidades por aqui e que podem ajudar em outros lugares do mundo. Temos outros países completando 100 anos de Rotary. Em março, nós temos essa celebração nos Países Baixos.

AMAZÔNIA

Promessa de resgatar a lei no Vale do Javari

» ISABEL DOURADO*

Ao lado de representantes dos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, participou ontem de um evento promovido pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, no estado do Amazonas. A reserva fica na região onde o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips foram mortos no ano passado, em um crime que chocou o Brasil e repercutiu pelo mundo.

Por razões de segurança, o horário e local do encontro não foram divulgados. "Nosso intuito é ter uma política efetiva de proteção dos direitos humanos dos povos indígenas, atuando na segurança e na defesa daqueles territórios oprimidos por interesses antidemocráticos", disse a secretária executiva da pasta, Rita Oliveira, que integra o grupo.

A comitiva desembarcou no Aeroporto Internacional de Tabatinga. De lá, seguiu em um avião anfíbio para Atalaia do Norte, município onde está localizada a maior parte do Vale do Javari. Beatriz Matos, viúva de Bruno Pereira, retornou ontem à região onde o indigenista foi assassinado em 2022. Ela comentou o significado da visita.

"É uma sinalização para os indígenas, para a região, que o Estado estará presente e que as instituições precisam ser respeitadas, que nos comprometemos com a retomada da proteção do Vale do Javari. Será um recado de que o Estado está de volta", afirmou Matos, em entrevista à jornalista Eliane Brum. "Nós precisamos enfrentar essa situação do crime organizado que está tomando conta das terras indígenas não só no Vale do Javari, mas em todo o país. É preciso que seja uma ação interministerial, porque estamos combatendo o tráfico internacional", acrescentou a antropóloga.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Encontro organizado pela União dos Povos Indígenas (Univaja): governo quer ação firme contra o crime

Além de integrantes do governo federal, participam da visita o secretário de Estado de Segurança Pública (SSP), general Carlos Alberto Mansur; a secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejusc), Jussara Pedrosa; e o atual diretor-presidente da Fundação Estadual do Índio (FEI), Vandelerlei Alvino.

De acordo com o governo, a presença federal faz parte de iniciativas coordenadas pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). O objetivo é preparar uma megaoperação contra o crime organizado que domina a região de tríplice fronteira do Brasil com Colômbia e Peru.

Crime organizado

Durante o governo Bolsonaro, o território do Vale do Javari foi entregue ao tráfico de peixes, de drogas, ao garimpo ilegal e ao crime organizado. Na última quinta-feira, um funcionário do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Vale do Javari e um auxiliar foram amarrados e assaltados próximo à sede da cidade de Atalaia do Norte (AM). Os criminosos levaram uma embarcação, dois motores e mais de 3 mil litros de combustível.

Em depoimento à Polícia Civil, as duas vítimas informaram que foram abordadas pelos criminosos na região conhecida como Lago Sacambu. Eles contaram que foram amarrados, vendados e obrigados a ficar em uma área de mata na margem do território peruano.

Em junho do ano passado, Bruno Pereira foi assassinado quando fazia uma expedição com o jornalista britânico Dom Phillips. Quando o indigenista foi executado, ele estava licenciado da Funai, ele foi exonerado depois de realizar uma operação contra o garimpo. Rubén Dario da Silva Villar, conhecido como "Colômbia" está preso e foi apontado como mandante do crime.

***Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas
Na segunda-feira

0,08% São Paulo
0,22% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

Dólar
Na segunda-feira
R$ 5,207
(+ 0,16%)

Últimos	
17/fevereiro	5,161
22/fevereiro	5,169
23/fevereiro	5,135
24/fevereiro	5,199

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R$ 5,523

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Mês	IPCA
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53

COMBUSTÍVEIS

Fim da isenção para gasolina e etanol

Produtos terão alíquotas diferentes e governo estuda reduzir preço nas refinarias para amenizar impacto ao consumidor

» RAFAELA GONÇALVES

O governo bateu o martelo e decidiu acabar com a isenção do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre a gasolina e o etanol. A decisão foi resultado de uma extensa discussão entre as alas política e econômica, que adotaram posições opostas com relação ao retorno dos tributos. Os novos valores podem valer já a partir desta quarta-feira.

Segundo comunicado do Ministério da Fazenda à imprensa, a volta da cobrança sobre os combustíveis se dará com alíquotas diferentes. A intenção do governo é promover uma tributação maior sobre combustíveis fósseis, como a gasolina, e mais baixa em relação a combustíveis renováveis, como o etanol. Segundo o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), a reoneração poderá ser feita de maneira gradual. No caso do diesel e do gás de cozinha, os impostos federais seguirão zerados até 31 de dezembro.

Ainda não foram definidas quais serão as novas alíquotas, que devem ser anunciadas após reunião de ministros, na manhã de hoje, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão foi deixada para a última hora, com o fim do prazo da medida provisória (MP) que prorrogou a desoneração de tributos federais, estratégia adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para tentar conter a alta dos combustíveis no primeiro semestre de 2022, que tem validade até esta terça-feira. Logo, o governo precisa divulgar até o final do dia o novo modelo de tributação.

A expectativa é de que haja a reoneração total tenha impacto de R$ 0,69 por litro de gasolina e R$ 0,49 por litro de etanol. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda trabalha com a diretoria da Petrobras em uma estratégia para impedir que os impostos resultem em aumento muito grande no preço dos combustíveis. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, foram ontem ao Rio de Janeiro encontrar o presidente da petroleira, Jean Paul Prates, para tratar do assunto.

"Colchão" da Petrobras

A estratégia pode incluir a compensação da alíquota da gasolina e etanol com uma redução dos preços dos produtos nas refinarias. "A atual política de preços da Petrobras tem um colchão que permite aumentar ou diminuir o preço dos combustíveis e ele pode ser utilizado", afirmou Haddad, ontem à noite, ao ser questionado se haveria alguma medida para evitar que o preço aumente para o consumidor.

"A atual política de preços da Petrobras tem um colchão que permite aumentar ou diminuir o preço dos combustíveis e ele pode ser utilizado"

Fernando Haddad, *ministro da Fazenda*

A atual política de preços da Petrobras estabelece o preço dos combustíveis seguindo os preços do petróleo no mercado internacional. O mecanismo tem o objetivo de evitar que o preço no país fique defasado em relação ao resto do mundo, o que poderia, no limite, desestimular a importação de combustível e levar ao desabastecimento.

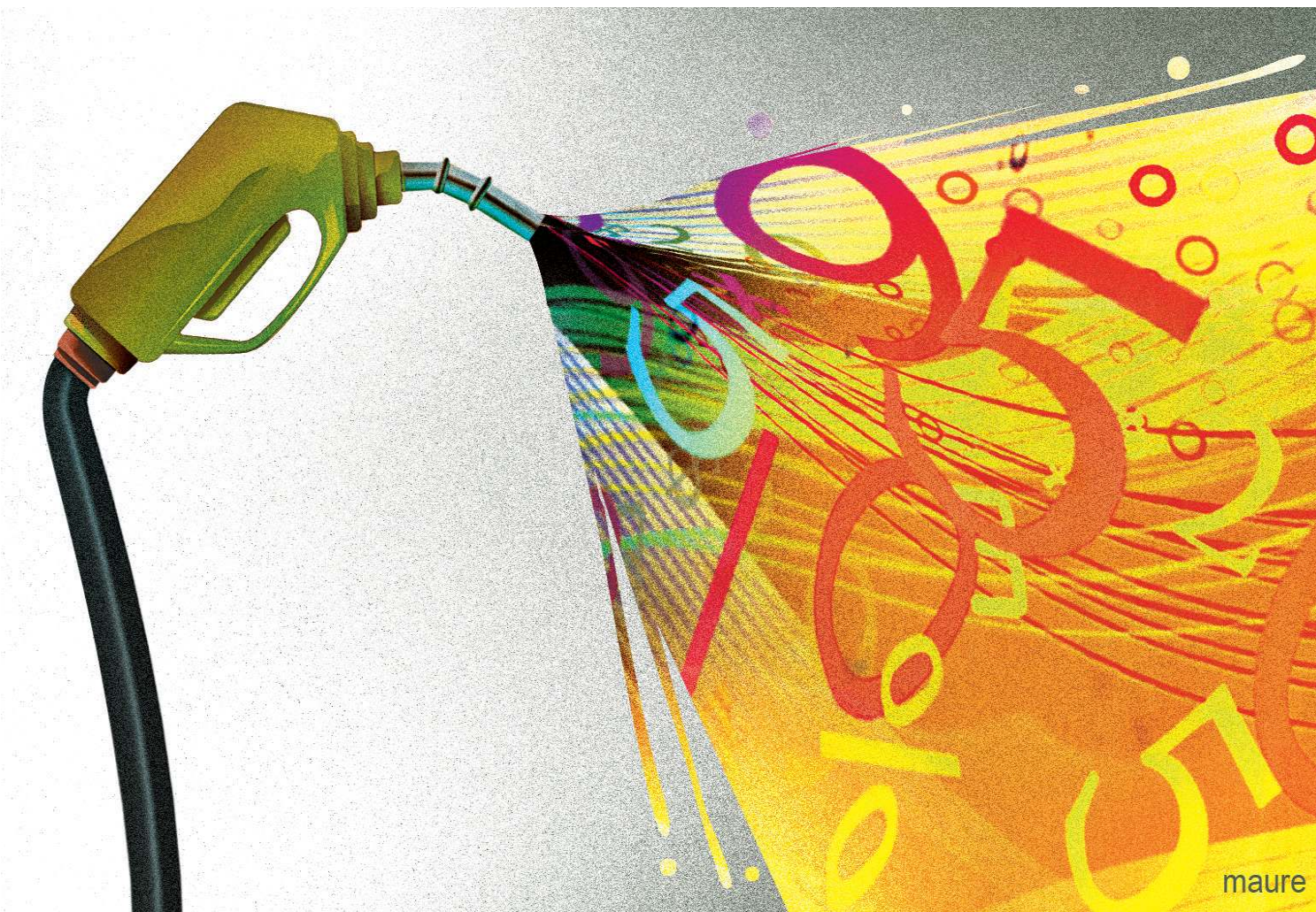
De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), atualmente, os combustíveis estão acima dos preços de paridade internacional: 8% no caso da gasolina e 7% no diesel. Esse seria o "colchão" que a estatal poderia usar. A diferença poderia sustentar uma queda de R$ 0,23 por litro, no caso da gasolina, e de R$ 0,25, no diesel, de acordo com a entidade, amenizando o impacto dos tributos.

Divergências

A princípio, o presidente Lula (PT) havia decidido não estender o benefício, mas recuou depois de ouvir de aliados que isso prejudicaria a popularidade do governo logo nos primeiros meses de mandato. A medida, porém, comprometeu a capacidade de arrecadação da União, além de enfraquecer a indústria de etanol, que depende da diferenciação tributária para competir com a gasolina.

De acordo com a Fazenda, a ideia é manter a arrecadação de R$ 28,9 bilhões previstos no pacote de medidas anunciado em 12 de janeiro, o que está sendo considerado uma vitória para Haddad. Por outro lado, a reoneração dos combustíveis vai provocar aumento para os motoristas nas bombas. A volta integral dos impostos federais representaria um impacto que poderia elevar a inflação em 1% no mês, de acordo com analistas.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defensora da manutenção da desoneração dos tributos, disse que, antes de suspender a medida, é preciso definir uma nova política de preços para a Petrobras. A deputada afirmou que a política de preços atual foi implantada "pelo golpe", o que faz o povo pagar em dólares por gasolina e diesel que são produzidos no Brasil em reais.

"Não somos contra taxar combustíveis, mas fazer isso agora é penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha", escreveu Gleisi em seu perfil no Twitter.

Reoneração

Volta da cobrança de Pis/Cofins e Cide sobre os combustíveis terá alíquotas diferentes

» A intenção do governo é promover uma tributação maior sobre combustíveis fósseis, como a gasolina, e mais baixa sobre combustíveis renováveis, como o etanol

» A expectativa é de que haja uma recomposição em toda a cadeia produtiva, incluindo produtores e distribuidores

» No caso do diesel e do gás de cozinha, os tributos federais continuarão zerados até 31 de dezembro

» Ainda não foram anunciados os percentuais e o modelo da volta da cobrança, que já passa a valer a partir de amanhã, 1º de março

» Uma Medida Provisória (MP) deve ser editada hoje e amanhã, estabelecendo todos os critérios para a volta gradual dos impostos

» A proposta a ser divulgada, segundo integrantes do governo, será baseada em três princípios:

- O da sustentabilidade ambiental, tributando mais o combustível fóssil;
- O social, penalizando menos o consumidor;
- O econômico, garantindo a arrecadação extra de R$ 28 bilhões ao final do ano.

Fonte: Ministério da Fazenda.

Superavit de R$ 78,3 bilhões em janeiro

O Governo Central apresentou superavit primário de R$ 78,3 bilhões em janeiro, de acordo com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional. O resultado sucedeu o superavit de R$ 4,4 bilhões em dezembro e foi o segundo maior para o mês, já descontada a inflação, na série com início em 1997. Os dados foram divulgados no mesmo dia em que se confirmou a volta da incidência de Pis/Cofins sobre combustíveis.

No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R$ 78,3 bilhões. Em janeiro, as receitas tiveram queda real de 2,7% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas subiram 6%.

A variação decorre do efeito de um aumento de R$ 9,9 bilhões de arrecadação com Imposto sobre a Renda, aumento de R$ 3,9 bilhões da arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), aumento de R$ 6,3 bilhões de dividendos e participações e uma redução de R$ 6,3 bilhões do tributo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

No acumulado de 12 meses, o governo central teve superavit de R$ 54,5 bilhões. A meta fiscal para 2023 estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autorizava um deficit de até R$ 65,8 bilhões nas contas do Governo Central. No entanto, após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano contemplou um rombo muito maior, de até R$ 231,5 bilhões.

Edu Andrade/Ascom/MF

Rogério Ceron, secretário do Tesouro: resultado não deve se repetir

Projeção negativa

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou que o superavit recorde é apenas o "começo de trabalho", mas não garante os resultados dos próximos meses, nem a redução do deficit projetado para 2023. "É um bom desempenho de receita, mas a projeção para o ano continua sendo de um deficit expressivo. Essa arrecadação de janeiro é superior ao que se previu para o mês em termos de planejamento, mas, ainda assim, ela não recompõe aquele cálculo do início do exercício, que é uma projeção do deficit primário", afirmou. Tradicionalmente, janeiro costuma ter superavit primário forte, puxado pela alta arrecadação e pelo baixo nível de execução de despesas, em comparação aos outros meses do ano. Ceron explicou que é natural um processo de execução de despesas mais lento, em especial para o início de mandato com alteração de estruturas.

Questionado sobre como explicar a reoneração dos combustíveis à população, em momento de recorde no resultado fiscal, o secretário do Tesouro afirmou que "é preciso acompanhar as metas de arrecadação para os próximos meses". Segundo ele, sem a reoneração do PIS/Cofins sobre o etanol e a gasolina, seriam necessários "outros caminhos" para compensar a perda de arrecadação. **(RG)**

IMPOSTO DE RENDA

Prioridade a restituição via Pix

Quem escolher o sistema, ou adotar o modelo de declaração pré-preenchida, vai esperar menos para receber IR pago a mais

» FERNANDA STRICKLAND

Quem optar por receber a restituição do Imposto de Renda por meio do Pix, ou usar o modelo de declaração pré-preenchida, terá prioridade na devolução dos valores. A novidade foi anunciada ontem pela Secretaria da Receita Federal, que divulgou as principais mudanças nas regras de quem precisa acertar as contas com o Leão. Quem indicar o Pix como meio de receber a devolução do IR só não passará à frente de integrantes dos grupos prioritários, como idosos e professores (**veja quadro**). Só será aceita, porém, a chave cadastrada com o CPF do contribuinte.

A Receita informou que o Pix poderá ser usado também para recolher o Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), para aqueles que tiverem imposto a pagar.

O prazo para declaração começa às 8h de 15 de março e vai até a meia note de 31 de maio, quando os lotes de restituição começam a sair. A Receita estima receber entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações neste ano. Em 2022, foram 36,3 milhões.

Segundo a Receita, a mudança da data de início da entrega dos documentos para 15 de março (geralmente, o prazo era o primeiro dia útil do mês) ocorreu para permitir que, desde o início do prazo, todos os contribuintes possam utilizar a declaração pré-preenchida, o que agiliza o preenchimento da declaração.

O modelo pré-preenchido da declaração estará disponível tanto no Programa Gerador de Declaração (PGD), via computador, quanto pela solução Meu Imposto de Renda, on-line ou em aplicativo para iOS ou Android.

O uso desse sistema é estimulado pela Receita. O Fisco afirma que ele minimizar erros e oferece maior comodidade aos contribuintes, já que traz automaticamente diversas informações que antes precisavam ser preenchidas uma a uma pelo declarante. O contribuinte, porém, continua responsável por confirmar, alterar, incluir ou excluir dados.

No modelo pré-preenchido, o sistema recupera informações da declaração entregue no ano anterior, como identificação, endereço, número de recibo, dependentes, fontes pagadoras, bens e direitos. Também constam rendimentos e pagamentos informados por fontes pagadoras, pagamentos feitos antecipadamente via Carnê-Leão Web e contribuições à previdência privada.

A Receita Federal explicou que, neste ano, os contribuintes que tiveram rendimento tributável acima de R$ 28.559,70 no ano passado estão obrigados a declarar o Imposto de Renda 2023.

Outra novidade é que somente proprietários de ações que fizeram vendas em valor superior a R$ 40 mil em 2022, ou tiveram lucro com operações desse tipo, são obrigados a declarar. No ano passado, qualquer pessoa que possuísse ações era obrigada a entregar a declaração.

A nova faixa de isenção do Imposto de Renda, de R$ 2.112, que entra em vigor a partir de maio, ainda não vale para a declaração de 2023, que tem como base o ano-calendário de 2022.

As regras do Leão

Entenda as novidades da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2023

PIX

Contribuintes que adotarem o modelo de declaração pré-preenchido, ou que optarem por receber a restituição via Pix (sistema de transferências em tempo real) terão prioridade no recebimento da restituição. Isso ocorrerá, porém, somente após o pagamento dos grupos prioritários, que são (por ordem):

» Idosos acima de 80 anos;
» Idosos entre 60 e 79 anos;
» Contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave;
» Contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

RESTITUIÇÃO

» O primeiro lote de restituição será voltado para pessoas de grupos prioritários que tenham entregue a declaração até 10 de maio. Quem entregar depois dessa data, mesmo sendo dos grupos prioritários, segue o calendário abaixo:
Primeiro lote: 31 de maio;
Segundo lote: 30 de junho;
Terceiro lote: 31 de julho;
Quarto lote: 31 de agosto;
Quinto e último lote: 29 de setembro.

Vencimento das cotas de quem tem imposto a pagar

» Quem fizer opção pelo débito automático da 1ª cota ou cota única será descontado até 10 de maio.
» Para quem não fez essa opção, o vencimento da 1ª cota ou cota única será em 31 de maio
» O vencimentos das demais cotas, será no último dia útil de cada mês, até a 8ª cota, em 28 de dezembro

QUEM DEVE DECLARAR

» Contribuintes que tiveram rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 no ano passado
» Quem vendeu ações em valor superior a R$ 40 mil, ou cuja apuração de ganhos líquidos esteja sujeita à incidência do imposto também são obrigados a declarar.

ISENÇÃO

» A nova faixa de isenção do Imposto de Renda, de R$ 2.112, que entra em vigor a partir de maio, ainda não vale para a declaração de 2023, que tem como base o ano-calendário de 2022.

Fonte: Receita Federal

Detalhamento

"Temos várias modificações e evoluções, todas elas benéficas à sociedade. Mas é importante destacar que, desde o primeiro dia em que as declarações poderão ser transmitidas, já estará disponível para todo e qualquer cidadão a declaração pré-preenchida", disse o subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Receita Federal, Mário Dehon. Segundo ele, isso deverá reduzir os riscos de enganos e, consequentemente, o volume de declarações retidas em malha fina.

"Facilitar o processo de preenchimento e entrega da declaração é uma constante", reforçou o responsável pelo programa do Imposto de Renda 2023, José Carlos da Fonseca. Ele reforçou a importância do avanço da oferta da declaração pré-preenchida aos cidadãos e, nesse contexto, destacou que a mudança do prazo de entrega permitirá que um maior número de brasileiros seja beneficiado com essa alternativa. "É necessário processo tecnológico pesado para consolidar todas as informações", afirmou Fonseca.

Segundo o conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade coordenador da Comissão do Imposto de Renda 2023, Adriano Marrocos, as mudanças não afetam a arrecadação. "A própria Receita Federal levantou que quem irá se beneficiar com a isenção, por causa dos R$ 40 mil de venda das ações, estava na restituição ou declaração simplificada. Então não afeta significativamente", explicou.

"A única mudança significativa foi da venda das ações. Antes, o simples fato de ter ações na Bolsa já obrigava a declarar. Agora, apenas se fez vendas acima de R$ 40 mil no ano ou, se apurou ganho líquido, ainda que tenha vendido valor menor", pontuou Marrocos. "O outro 'benefício' foi para quem utilizar a declaração pré-preenchida e informar Pix para a restituição. Quem fizer essa opção estará no grupo das prioridades." Ele ressaltou que, na dúvida, o melhor é consultar um profissional contábil e evitar problemas com o Leão.

SISTEMA FINANCEIRO

BC reabre busca por "dinheiro esquecido"

Após ser suspenso em maio do ano passado, o Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central (BC) está de volta. A partir das 10h de hoje, as pessoas poderão consultar se deixaram algum valor em instituições financeiras e, em caso positivo, programar o recebimento, a partir de 7 de março. O BC estima que haja um total de R$ 6 bilhões em "dinheiro esquecido" no sistema financeiro.

Nesta etapa, o sistema traz novidades importantes, como a possibilidade de impressão de telas, sala de espera virtual e consulta de valores de pessoas falecidas.

Com a reabertura, o Banco Central (BC) voltou a alertar para o risco de golpes. Por isso, alertou que o único site onde será possível fazer a consulta e saber como solicitar a devolução dos valores para pessoas jurídicas ou físicas, incluindo falecidas, é o https://valoresareceber.bcb.gov.br.

Neste retorno, o BC implementou algumas importantes melhorias para os usuários. Foram incluídos, por exemplo, todos os tipos de valores previstos na norma do SVR, ampliando a possibilidade e o montante a receber. Ao utilizar o sistema, as pessoas poderão imprimir e compartilhar telas e protocolos de solicitação do dinheiro, inclusive pelo WhatsApp, facilitando o acesso e guarda das informações do sistema.

Outra novidade foi a criação de uma sala de espera virtual para manter o SVR aberto por prazo indeterminado, com acesso sem agendamento. Além disso, será possível consultar valores de pessoas falecidas, com acesso para herdeiros, testamentários, inventariantes ou representantes legais

O BC informou, ainda que haverá mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares solicitar o valor via SVR, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações da solicitação: valor, data e CPF de quem solicitou.

O BC também destaca que todas as modificações foram realizadas prezando a segurança, facilidade de uso e conforto das pessoas, principalmente para os usuários de celular.

Os R$ 6 bilhões estimados que as pessoas têm a receber estão distribuídos, segundo o BC, entre 38 milhões de CPFs e 2 milhões de CNPJs. Os valores se referem a diversos tipos de contas ou aplicações financeiras, como contas corrente ou de poupança encerradas com saldo disponível; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados; tarifas cobradas indevidamente; parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas; contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas com saldo disponível; contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas com saldo disponível; e outros recursos disponíveis nas instituições para devolução.

Cuidados

O Banco Central destacou que todos os serviços do Valores a Receber são totalmente gratuitos. A autarquia não envia links nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais. Somente a instituição que aparece no Sistema de Valores a Receber é que pode fazer contato com o cidadão, e, portanto, as pessoas nunca devem fornecer senhas. **(FS)**

Billy Boss/Camara dos Deputados

Campos Neto: bloco de países latinos vai operar Pix internacional

Testes com real digital começam em março

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o modelo de uma moeda digital brasileira deve ser apresentado em breve. A ideia, segundo ele, é ter algo funcionando no máximo até 2024. "No mês que vem, a gente já vai ter um piloto da moeda digital. O Brasil vai ser um dos primeiros países a fazer isso. A gente vai avançando à medida que vai tendo segurança", disse Campos Neto, ao participar de palestra realizada aos alunos do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília.

De acordo com o chefe da autoridade monetária, o objetivo é fomentar novos negócios no segmento de serviços financeiros, diferentemente do que é visto por outros países em seus estudos de tokenização das moedas soberanas. Campos Neto enquadrou a moeda digital como um próximo passo em relação ao Pix, destacando que a modalidade de pagamento passa a ser feita por contrato digital.

O objetivo final do BC é criar uma plataforma que integre diversos dados financeiros de diferentes contas bancárias do usuário. No aplicativo, o cidadão conseguirá ver saldos, o fluxo de caixa, realizar transferências via Pix no débito e no crédito, além de acessar outros serviços como investimento e seguros.

"O ente recebedor deixa de ser uma pessoa e vira um contrato digital. Isso tem uma grande melhoria, em vários aspectos", afirmou. Com a moeda será possível vincular uma transferência a determinadas condições. O cidadão poderá, por exemplo, programar o uso do dinheiro, que só será liquidado se respeitar as condições acordadas.

A criação da nova versão do real promete ser uma resposta incisiva à atuação dos emissores de criptomoedas, como o Bitcoin e o Ethereum. O presidente do BC disse estar trabalhando também com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na regulação de criptoativos. "É importante a CVM estar 100% alinhada com a gente", avaliou.

Pix internacional

Campos Neto afirmou ainda que a autoridade monetária está negociando a formação de um bloco de pagamentos instantâneos com Colômbia, Uruguai, Chile e Equador, nos moldes do Pix. "Estamos pensando em como fazer o Pix internacional. Alguns países da América Latina já estão discutindo conosco como eles vão adotar o Pix. Achamos que vai ter um bloco. Você viaja entre os países e faz o pagamento automático. Assim, se resolve o problema do pagamento transfronteiriço", disse.

O anúncio ocorre no momento em que o governo federal defende a criação de uma moeda comum para transações comerciais e financeiras entre Brasil e Argentina, que foi alvo de críticas. "Acho que isso é uma forma de unificar o bloco, sem necessidade de falar em termos de moeda única. Se a gente tem um pagamento instantâneo, já unificado, nós já fazemos o trabalho de pagamento transfronteiriço", afirmou.

Mercado S/A

AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"Não faz sentido discutir uma iniciativa que não traria impacto algum para o escoamento de mercadorias"

Para Guedes, Haddad encontrará "pedreira" pela frente

O ex-ministro Paulo Guedes, homem forte da economia no governo Bolsonaro, tem dito a assessores que Fernando Haddad, atual chefe da Fazenda, encontrará uma "pedreira" pela frente. De acordo com Guedes, o cenário internacional permanecerá desafiador ao longo do ano e, ao contrário do que ocorreu nos outros dois governos Lula, desta vez o petista não surfará a onda favorável das commodities. Guedes acha que a situação tende a piorar, especialmente, a partir do segundo semestre.

Pfizer negocia compra de gigante de biotecnologia

A indústria farmacêutica está prestes a fechar uma dos maiores operações dos últimos anos. Segundo o jornal americano *The Wall Street Journal*, a Pfizer negocia a aquisição da Seagen, empresa de biotecnologia americana que desenvolve tratamentos de imunoterapia contra o câncer. A transação está avaliada em US$ 30 bilhões (R$ 160 bilhões). A Pfizer tem ido às compras. No ano passado, comprou a Global Blood Therapeutics, fabricante de remédios para doenças genéticas, por US$ 5 bilhões.

Trem-bala de novo? Ninguém acredita

O governo petista decidiu ressuscitar velhas ideias. Nos últimos dias, voltou à baila a famigerada ideia do trem-bala, que ligaria São Paulo e Rio de Janeiro. A proposta nasceu em 2007, no segundo governo Lula, e jamais prosperou. Agora, uma deliberação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou a construção da tal ferrovia de alta velocidade, mas ninguém acredita que o projeto vingará. Resta saber por que o governo decidiu lançar este balão de ensaio novamente. "É mais fácil inventarem caminhões autônomos que transportariam mercadorias sem motoristas do que acreditar numa proposta furada dessas", diz um empresário do ramo de logística. Ele lembra que, em um país como o Brasil, com enormes deficiências de infraestrutura, não faz sentido discutir uma iniciativa que não traria impacto algum para o escoamento de mercadorias. "Precisamos melhorar antes nossos portos, aeroportos e estradas", diz o executivo.

Confiança da indústria continua em queda

Apesar dos discursos do presidente Lula e de seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em defesa da indústria brasileira, a verdade é que os empresários do setor continuam ressabiados com o futuro do país. O Índice de Confiança da Indústria (ICI), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), recuou 1,1 ponto em fevereiro, para 92 pontos. Trata-se do patamar mais baixo desde julho de 2020, quando o indicador chegou a 89,8 pontos.

Junia Garrido/Divulgação

78%

dos reajustes salarias realizados em janeiro ficaram acima da inflação, segundo o boletim "Salariômetro", da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

Rosana Hessel/CB

"Se Lula enquadrasse o Banco do Brasil, incluindo a redução de lucros, a intervenção constituiria abuso do acionista controlador, punível pela Comissão de Valores Mobiliários. O BB não precisa passar por isso"

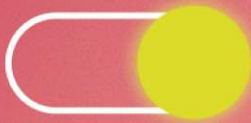
Maílson da Nóbrega, *economista e ex-ministro da Fazenda*

RAPIDINHAS

A americana Harley-Davidson, ícone da indústria de motocicletas, aproveitará a comemoração de seus 120 anos para lançar os primeiros modelos fabricados em parceria com a chinesa Qianjiang Group. Com 350 e 500 cilindradas, as motos são menores e terão preços mais acessíveis. Por enquanto, não há previsão de chegada ao Brasil.

A Alvoar Lácteos, empresa resultante da fusão entre a cearense Betânia Lácteos e a mineira Embaré Indústrias Alimentícias, pretende investir R$ 100 milhões em 2023 na construção de quatro centros de distribuição e no aumento de sua capacidade fabril. No ano passado, a empresa faturou R$ 4,3 bilhões, ou 15% acima de 2021.

Depois da explosão de consumo de vinhos durante a pandemia, o mercado brasileiro passa agora por um período de acomodação. No ano passado, conforme dados apurados pela consultoria Ideal BI, o volume importado caiu 7%. Em 2023, a tendência é de que o número diminua ainda mais, já que os níveis de estoques permanecem elevados.

Uma projeção feita pela consultoria Bright Consulting indica que a indústria automotiva brasileira deverá superar a simbólica marca de 3 milhões de carros fabricados em um único ano apenas a partir de 2030. A última vez que isso ocorreu foi em 2014, mas o recorde histórico é de 2013, com 3,7 milhões de unidades produzidas.

ÚLTIMO IMPASSE

Londres e UE tentam superar divergência

Após reunião em Windsor, premiê britânico e presidente da Comissão Europeia anunciam novo pacto sobre controles comerciais na Irlanda do Norte, controverso ponto pendente do Brexit. Acordo, que ainda tem questões sensíveis, precisa da aprovação do Parlamento

Passados três anos do Brexit, Reino Unido e a União Europeia (UE) anunciaram, ontem, o início de "um novo capítulo" em suas relações bilaterais, após chegarem a um acordo sobre os controles comerciais na Irlanda do Norte. Foram vários meses de longas e tensas negociações até que Londres e Bruxelas conseguissem chegar a um denominador comum em torno da questão aduaneira, o último e principal ponto de discordância em torno da saída dos britânicos do bloco europeu.

"É o começo de um novo capítulo em nossas relações", disse o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak. "O Reino Unido e a União Europeia tiveram suas diferenças no passado, mas somos aliados, parceiros comerciais e amigos", assinalou, ao fim da reunião com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em Windsor, no oeste de Londres.

Von der Leyen ressaltou o fato "histórico" e também garantiu um novo ponto de partida nas relações entre Bruxelas e Londres. Ainda em Windsor, ela foi recebida pelo rei Charles III.

De acordo com Sunak, o acerto facilita significativamente a alfândega estabelecida no Mar da Irlanda para proteger o mercado único europeu na província britânica após o Brexit. Com o novo pacto, apenas as mercadorias com destino à República da Irlanda, ou seja, ao mercado único da UE, estarão sujeitas a controles. Já os artigos destinados à Irlanda do Norte têm passagem livre. "A complexa burocracia alfandegária será abolida", prometeu o premiê britânico.

AFP

Sunak e Ursula von der Leyen se cumprimentam antes de explicar a negociação: promessa de fim da "complexa burocracia alfandegária"

> É o começo de um novo capítulo em nossas relações. O Reino Unido e a União Europeia tiveram suas diferenças no passado, mas somos aliados, parceiros comerciais e amigos"
>
> ***Rishi Sunak,*** *premiê britânico*

Polêmica

O acordo modifica o protocolo para a Irlanda do Norte, assinado em janeiro de 2020, à época da formalização do divórcio entre o Reino Unido e o bloco europeu. Até então, o texto mantinha a província britânica da Irlanda do Norte como parte do mercado único europeu de mercadorias e previa controles alfandegários sobre produtos vindos do Reino Unido. O objetivo principal era evitar uma fronteira terrestre "dura" entre a província britânica e a República da Irlanda.

O protocolo também foi considerado um passo essencial para a estabilização na Irlanda do Norte, ainda marcada por três décadas de conflito armado, desde o acordo de paz assinado em 1998.

Contudo, o texto gerou tensões entre os unionistas, contrários aos controles alfandegários no Mar da Irlanda e rejeitam qualquer medida que questione a presença da Irlanda do Norte no Reino Unido. O governo britânico chegou a ameaçar uma reforma unilateral do protocolo, o que esfriou as relações e ameaçou uma guerra comercial.

O premiê britânico deve agora "vender" o acordo aos unionistas da Irlanda do Norte e aos membros do Partido Conservador que foram favoráveis à saída do bloco econômico. Pelo pactuado, há pontos a serem implementados gradualmente ao longo de 2023 e 2024.

"Não tenho dúvidas que recuperamos o controle", disse Sunak no Parlamento. "Cumprimos com o que o povo da Irlanda do Norte pediu, eliminamos a fronteira no mar da Irlanda", asseverou. Sunak prometeu que o novo acordo será submetido à votação no Parlamento "no momento certo e o resultado será respeitado".

Para responder às preocupações dos sindicalistas, explicou o premiê, o Parlamento local terá um "freio de emergência". Se ativado, "o governo britânico terá o direito de veto", acrescentou.

Um dos temas mais complexos consiste em o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) manter seu papel na administração do acordo. "O TJUE terá a última palavra em questões relativas ao mercado único (europeu) e às leis na UE", declarou Von der Leyen.

Em uma rede social, Jeffrey Donaldson, líder do Partido Unionista Democrático (DUP, na sigla em inglês), afirmou que a legenda "tomará o tempo que for necessário para estudar os detalhes e avaliar o acordo". Ele acrescentou que, embora tenha visto "avanços significativos" em vários pontos, há questões que inspiram "preocupação", como o papel do Tribunal de Justiça da UE.

Os unionistas rejeitam qualquer aplicação de fato da legislação europeia na província britânica e bloqueiam há um ano o funcionamento do Executivo local.

CISJORDÂNIA

Colonos atacam cidade palestina

Em represália à morte de dois irmãos israelenses, colonos atacaram a cidade palestina de Huwara, no norte da Cisjordânia ocupada, deixando um rastro de destruição. Casas e carros foram incendiados na brutal ação, que deixou um morto e mais de 350 feridos. A ofensiva ocorreu poucas horas depois de uma reunião na Jordânia durante a qual representantes israelenses e palestinos firmaram o compromisso de "evitar novos atos de violência" e buscar formas de acalmar a situação após vários dias sangrentos na região. Em um fato raro, as autoridades israelenses pediram calma aos colonos.

Revoltados com o assassinato dos irmãos, mortos a tiros por um atirador palestino, dezenas de colonos israelenses entraram em Huwara atirando pedras contra as residências. Não demorou para que começassem a atear fogo em imóveis e em dezenas de veículos. "Queimaram tudo que encontraram pela frente", declarou o morador Kamal Odeh à agência France Presse. "Nem as árvores escaparam", acrescentou.

"Consideramos essas ações como atos de terrorismo", observou um dirigente do exército israelense. Ele relatou que entre 300 e 400 colonos entraram na localidade palestina com desejo de "vingança". Oito pessoas foram detidas — a maioria liberada em seguida, informou a polícia.

Ainda na tarde de domingo, um palestino também foi assassinado a tiros quando as forças de Israel e colonos entraram em Zaatara, outra localidade próxima de Nablus, no norte da Cisjordânia.

O governo israelense classificou a morte dos colonos como um "ataque terrorista palestino". "Queremos segurança, mas a responsabilidade de garanti-la depende exclusivamente do Exército", ressaltou Esty Yaniv, mãe dos dois colonos mortos.

Centenas de pessoas foram aos funerais em Jerusalém. Os caixões dos colonos, carregados por familiares e soldados, estavam cobertos com bandeiras israelenses. "Eu peço que não façam justiça por conta própria e que deixem que as forças de segurança cumpram sua missão", destacou o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu. Na mesma linha, o ministro da Defesa do Estado hebreu, Yoav Gallant, insistiu durante uma visita a Huwara que "não se pode tolerar essa situação, na qual os cidadãos fazem justiça por conta própria".

AFP

Prédios e veículos incendiados em Huwara em resposta ao assassinato de dois irmãos israelenses

O episódio teve imediata repercussão internacional. A França criticou o ataque dos colonos e considerou "inaceitável a violência contra civis palestinos". O governo da Alemanha afirmou que é "urgente" trabalhar para "evitar que a situação, já muito tensa, se agrave ainda mais".

O porta-voz do Departamento de Estado americano, Ned Price, se somou às condenações dos últimos atos de violência e informou que um israelense morto, ontem, em Jericó, também tinha nacionalidade americana.

O movimento islamita palestino Hamas, que governa a Faixa de Gaza, defendeu o combate "ao terrorismo dos colonos". Há quase um ano, o Exército israelense intensifica as operações no norte da Cisjordânia, apresentadas como ações "antiterroristas". Na quarta-feira passada, 11 palestinos morreram em Nablus na incursão militar israelense com o maior número de vítimas na Cisjordânia desde 2005.

Desde o começo do ano, o conflito custou a vida de 63 palestinos, incluindo integrantes de grupos armados, bem como de 11 civis e um policial israelenses, além de uma cidadã ucraniana, segundo contagem feita pela AFP com base em fontes oficiais.

VISÃO DO CORREIO

O dever de zelar pelo patrimônio

A grandeza e a perenidade de uma nação podem ser observadas pelo modo como a sociedade e o governo preservam o seu legado para a humanidade. Não faltam exemplos de civilizações que superaram a barreira do tempo, atravessaram séculos de história e permanecem referência no mundo, tanto no Ocidente quanto no Oriente. Basta recordar a herança proveniente da Roma dos Césares, com extensões no direito, na engenharia e nas artes; o monumental tesouro arquitetônico do Egito e da Grécia Antiga; os valores humanistas estabelecidos pela França a partir de 1789.

O Brasil também possui riquezas únicas. À semelhança de outros países, o patrimônio nacional pode ser dividido, em linhas gerais, em material e imaterial. A primeira categoria inclui monumentos, sítios e localidades, naturais ou fruto de obra humana, que se destacam pela sua originalidade e relevância. Apenas para citar alguns, registre-se como parte dessa lista o Plano Piloto de Brasília, ou o conjunto arquitetônico de Olinda, Salvador e Ouro Preto. O patrimônio imaterial, por sua vez, abrange tesouros menos tangíveis, mas de extrema importância. O samba, o forró, a culinária brasileira figuram nesse rol.

Nesta terça-feira, os Diários Associados promovem um debate sobre os desafios de manter Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Com transmissão pelas redes sociais do **Correio Braziliense**, jornal fundado no mesmo dia da inauguração da capital federal em 1960, especialistas e autoridades discutirão o atual estágio da cidade que exerce um papel vital para o país. Desde suas origens, Brasília representa a amálgama nacional, pois atrai cidadãos de todas as regiões brasileiras, é palco de debates que mobilizam o país e reúne o poder central da federação. No início e sempre, Brasília é a síntese do Brasil.

Os atentados ocorridos em 8 de janeiro, com a invasão e a depredação dos símbolos da República, golpearam esse patrimônio que pertence não apenas aos moradores do Distrito Federal, mas a todos os brasileiros. A infâmia praticada por falsos patriotas ofende gravemente o legado construído e mantido por gerações que dedicaram a vida para tornar o Brasil um país mais democrático, mais desenvolvido e mais justo. De forma criminosa, repugnante e grotesca, esse ardil atingiu um patrimônio nacional. Mas sabemos que o descaso e a violência contra os tesouros brasileiros não se resumem a esse evento. Diária e constantemente, riquezas culturais e naturais do Brasil são alvo de agressão, negligência e esquecimento.

No evento, denominado *Entre Eixos — Quem ama preserva*, os convidados debaterão o que precisa ser feito para evitar que barbáries semelhantes à cometida em Brasília no início do ano não se repitam. Buscar-se-á apontar soluções que combatam o desprezo pelos símbolos nacionais, pela história brasileira e pela contribuição de muitos em favor do país.

Nesse sentido, é fundamental implementar uma educação patrimonial — e não apenas no ambiente escolar. Não faltam razões para cidadãos e autoridades se conscientizarem de que preservar a história do Brasil é assegurar a identidade de uma nação. Zelar pelo patrimônio nacional significa garantir que futuras gerações tenham acesso ao conhecimento de um país que construiu e preservou, à custa de muito esforço, maravilhas como a Praça dos Três Poderes, o centro histórico de Diamantina, o Pantanal ou a Amazônia. Trata-se, em suma, de cuidar para que o Brasil permaneça no caminho da posteridade

IRLAM ROCHA LIMA
irlam.rochabsb@gmail.com

Sagrado e profano

Confesso que, em tempo algum, vivenciei férias tão movimentadas e diversas — que foram do sagrado ao profano. Refiro-me à programação à qual eu me submeti de 1º a 26 de fevereiro, entre Santo Amaro da Purificação, Salvador e Barreiras — minha terra natal.

Tudo começou por Santo Amaro, onde participei do ciclo de novenas de Dona Canô — cantado por Caetano Veloso em *Reconvexo*, um clássico de sua obra. Assisti a três missas na igreja de Nossa Senhora da Purificação e acompanhei a procissão da padroeira pelas ruas da cidade.

Ah, sim, depois das missas eram apresentados shows de samba de roda e samba chula, além de outras manifestações culturais do Recôncavo Baiano na Praça da Matriz. E ainda tive o privilégio de saborear quitutes com a assinatura da matriarca dos Veloso — as receitas foram reunidas pela primogênita Mabel no livro *O sal é um dom* — num almoço da família Veloso, com a presença de Maria Bethânia e dos irmãos Rodrigo e Roberto e da irmã Irene.

Entre 3 e 13 de fevereiro, aproveitei ao máximo o clima festivo do pré-carnaval da capital soteropolitana. Destaco inicialmente o Festival da Paz promovido pelo legendário afoxé Filhos de Ghandy, coletivo criado por estivadores baianos sob a inspiração da não violência. O evento, que ocorreu no largo do Pelourinho foi aberto por Gerônimo Santana (autor de *É d'Oxum*), e contou com Gilberto Gil no encerramento.

Foi igualmente emocionante a homenagem prestada à inesquecível Gal Costa pela Orquestra Sinfônica da Bahia, na Concha do Teatro Castro Alves. No concerto, denominado *O carnaval de Gal*, sob a regência do maestro Carlos Prazeres. Embevecida, a plateia que superlotou aquele espaço, localizado no Campo Grande, ouviu desde a marchinha *Balancê*, de Braguinha e Alberto Ribeiro, a composições de Caetano Veloso como *Chuva, suor e cerveja*, *Frevo novo*, *Frevo rasgado* e *Aquele frevo axé*. Houve a participação da cantora Claudia Cunha e do cantor Zé Ibarra.

No último dia em Salvador, a distância, testemunhei uma avalanche sonora protagonizada pela Bahiana System (nova sensação da música baiana) numa gigantesca muvuca, chamada de *Furdunço*, que arrebanhou algo em torno de 100 mil pessoas,entre os bairros Ondina e Barra Avenida.

Já o carnaval, eu vivenciei em Barreiras, minha cidade-natal. Fui homenageado pelo tradicional e irreverente Bloco da Rola — criado por Bené 70 há mais de 50 anos. No sábado e na terça-feira esta instituição momesca desfilou por várias ruas da chamada capital do Oeste Baiano, até desembocar na Praça do Vieirinha, no Centro Histórico — palco da folia de raiz. Durante o percurso cantamos marchinhas clássicas da história o carnaval brasileiro e, claro, a que dá nome ao bloco, cuja letra diz: "Olha a rola, olha a rola/ Olha a atola fogo-pagô/ Que vai correndo, que vai correndo, atrás da pomba que já voou/ Todo mundo me dizia/ Que esta rola não saía/ Mas a rola está na rua/ Com prazer e alegria".

Daqui, faço justos e necessários agradecimento aos conterrâneos pela carinhosa acolhida que recebi, especialmente dos casais formados por Regina e Djalma e Jorge e Carla, que mantêm viva, firme e forte esta manifestação da cultura popular barreirense; além de outro querido casal formado por Zeca e Xica Alkmin, responsáveis pelo apoio logístico.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Enchentes

Se Brasília fosse cidade de planejada teria enormes galerias para conter as águas das chuvas torrenciais do período chuvoso. Como não tem essas galerias e as chuvas são intensas, é de se esperar os alagamentos em diversos pontos do Plano Piloto e das muitas RAs porque a cidade se tornou polinucleada, como a denominei, e o controle das torrentes é frágil e sem controle. As mudanças climáticas serão cada vez mais danosas ao ambiente urbano e rural. Por isso, será importante que o governo inicie desde já a construção de galerias para conter as intempéries frequentes. Isso irá compensar o investimento a se fazer, pois dará mais segurança ao comércio e a todas as atividades sociais e econômicas. Já não é sem tempo que o GDF tome medidas nesse sentido. A população agradece.

» **Aldo Paviani**
Lago Sul

Brasil na F-1

Confesso que fiquei até emocionado na reportagem *Brasileiro pode voltar ao grid* (27/2, pag. 20). Nossos parabéns ao nosso Felipe Drugovich que ainda trará muitas glórias ao nosso país. E o Brasil vai a loucura — Astron Martin confirma que seu piloto reserva brasileiro Felipe Drugovich fará sua estreia na Formula 1 no Bahrein no próximo fim de semana, caso Lance Stroll não se recupere a tempo após um acidente de bicicleta. Drugovich está no seu melhor momento. Se isso acontecer, essa será melhor corrida da temporada. Boa sorte Felipe Drugovich, chegou a sua hora! É a chance de impressionar as outras equipes.

» **José R. Pinheiro Filho**
Asa Norte

Redes sociais

Estou impactado pela leitura de Dez Argumentos para Você Deletar Agora Suas Redes Sociais, de Jaron Lanier, um dos pioneiros da internet. Apesar do título exagerado e de soluções um pouco utópicas, o livro desnuda um fenômeno coletivo que está minando nosso livre-arbítrio. Para quem se acha imune, vale pôr a cabeça no travesseiro e conscientizar-se. Afinal, todo viciado sempre diz "posso parar quando eu quiser". As redes sociais exploram nossas fraquezas mais íntimas, nossa vaidade, vontade de ser aceito, de ter amigos, de ser revelante, o desafio de envelhecer com dignidade ou até da insuportável pressão de existir. Postagens com mais curtidas aguçam nossos instintos como uma droga. As redes sociais coletam inúmeras informações sobre você... do que você gosta, desgosta, o que comenta, com o que se enerva, suas expressões faciais e transformam tudo numa base de dados de números imensos, capazes de revelar tendências que podem ser usadas para influenciar. Essas informações acabam sendo vendidas a terceiros para não só manipular o comportamento, como também medir os resultados da manipulação, seja para anunciar produtos, seja para moldar opiniões ou fraudar a democracia. A beleza da democracia é sua capacidade de utilizar a inteligência coletiva de um país para entender a melhor maneira de seguir adiante. É preciso um conjunto de indivíduos pensantes, independentes, com experiências de vida distintas. Quando esse processo é infectado por manipulações em massa, perdemos a inteligência coletiva e nos reduzimos a um feudalismo digital, inviabilizando o processo político. Há algo estranho em um mundo em que as pessoas parecem viver para ejacular sua existência pelo celular.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Qualidade dos nossos relacionamentos é a chave de nossa felicidade e saúde. Solidão e o isolamento são estressantes. Cuide-se!

José Matias-Pereira — Lago Sul

O deputado federal, o 03 de Bolsonaro, se tornou camelô virtual e motivo de chacota nas redes sociais, ao abrir uma store para vender calendário com o registros dos feitos do papi.

Joaquim Honório — Asa Sul

Agora que os combustíveis voltam a ser tributados, sai de baixo, pois os empresários do setor vão querer tratorar o bolso dos consumidores.

Raphael Weiks — Águas Claras

CORREIO BRAZILIENSE

*"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"*
Camões, e VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214-1211; Fax. (61) 3214.1205 - **Sucursal São Paulo**: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar – Jardim Paulista – CEP: 01403-000 – São Paulo/ SP, Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadossp@uaigiga.com.br. **Sucursal Rio de Janeiro**: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar – São Cristóvão – CEP: 20940-200 – Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. **REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo** – Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 – Barro Preto – CEP: 30.180-070 – Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiabrasilcomunicacao.com.br. **Região Sul** – HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 – Menino Deus – CEP: 90.160-240 – Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrm@hrmmultimidia.com.br. **Regiões Nordeste e Centro Oeste – Goiânia:** Êxito Representações — Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C 2, Jardim Planalto — CEP: 74333-140, Goiânia-GO — Telefones:62 3085-4770 e 62 98142-6119. **Brasília:** Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D – 15º andar – Ed. Oscar Niemeyer – salas 1502/3 – CEP: 70.316-900 – Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. **Região Norte** – Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K – Ed Embassy Tower, salas 701/2 – CEP: 73.340-000 – Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.

ANJ Associação Nacional de Jornais — IVC

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e D.A Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: **3342-1000**

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	**R$ 4,00**	**R$ 6,00**

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Agenciamento de Publicidade

Reforma tributária não pode ser arbitrária

» FRANCISCO BALESTRIN
Médico e presidente do Sindicato de Hospitais, Clínicas, Laboratórios e Estabelecimentos de Saúde do Estado de São Paulo (SindHosp)

» RENATO NUNES
Advogado, doutor em direito tributário pela PUC/SP, professor da FGV e da USP/Esalq

"Nada é mais certo neste mundo do que a morte e os impostos." A frase é do pai da Revolução Americana, Benjamin Franklin, e mostra que a cobrança de tributos sempre foi controversa. No Brasil, segundo declaração recente do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, vivemos um "manicômio tributário". E não há exagero nessa afirmação.

Nos últimos 35 anos, ou desde a Constituição de 1988, foram editadas mais de 320 mil leis, instruções e outras normas tributárias, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Ainda de acordo com a instituição, tal arcabouço de regras obriga as empresas a gastarem, todos os anos, cerca de 2.600 horas apenas para cumprir com suas obrigações com o Fisco. É o pior resultado entre 189 países.

A boa notícia é que a reforma tributária é uma das prioridades da União, que pretende aprová-la ainda este ano. O Executivo federal manifestou apoio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, que tramita na Câmara dos Deputados, na qual deverão ser incluídos dispositivos da PEC 110, em trâmite no Senado. Para o setor de serviços, que agrega Saúde e Educação, que são áreas de interesse público, essas duas PECs não são boas, pois, além de serem muito complexas, poderão resultar num aumento expressivo da carga tributária, ao proporem a unificação dos ditos tributos sobre o consumo (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS) e a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), nos moldes do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), presente em diversos países.

Um dos principais pontos da reforma tributária é a adoção do regime de não cumulatividade, o que, para o segmento de serviços, pode gerar impactos altamente negativos, já que sua despesa mais expressiva é com mão de obra e isso não gera direito a crédito. No setor da Saúde, que possui média salarial elevada, o problema se agrava, pois comprime ainda mais a base de creditamento e aumenta a carga do IBS proposto nas PECs.

O setor de serviços é o maior empregador do país e foi responsável por 72% do PIB nacional em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Somente na Saúde, hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços empregam, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), cerca de 2,6 milhões de trabalhadores diretos. Calcula-se que o setor gere outros 2,5 milhões de postos de trabalho indiretos.

No afã de reformar a tributação do consumo, não é admissível que haja transferência de carga tributária para um setor tão relevante para a sociedade brasileira.É imperioso que a reforma aspire por isonomia entre os setores, sem perder de vista as suas diferenças e os impactos para a sociedade. Em fevereiro, o Executivo instituiu um grupo de trabalho (GT) para analisar, em 90 dias, a PEC 45. Estudo feito pela consultoria LCA, porém, mostra que essa PEC poderá fazer a carga tributária da Saúde mais que dobrar, se adotada uma alíquota única de 26,9% para todos os setores. A proposta aumentaria as mensalidades dos planos de saúde em aproximadamente 22%, o que pode expulsar cerca de 1,2 milhão de beneficiários desse sistema, levando-os ao SUS, que está com os recursos engessados.

Nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que adotam o IVA, a alíquota média aplicada é de 19,3%.Há anos, o Brasil tenta aprovar uma reforma tributária, sem sucesso. Além da dificuldade em contemplar os anseios de todos os envolvidos, o país precisa vencer a ansiedade em aprovar algo tão complexo de uma única vez, ou seja, numa tacada só. Somos um país com diferenças socioeconômicas, culturais e ambientais enormes, por isso a maneira mais produtiva e segura para avançar com o tema seria, talvez, introduzir as mudanças de forma gradativa.

A discussão sobre a reforma tributária já começou. Esperamos que o Executivo e o Legislativo abram espaços para debates com o setor de serviços, outros setores econômicos e a sociedade civil organizada. O Brasil precisa não só de redução de impostos, mas de impostos melhores. Além de simplificar e desburocratizar o sistema, a reforma almejada precisa criar um ambiente de negócios que garanta segurança jurídica, favoreça o empreendedorismo e a competitividade, gere empregos, traga mais justiça social, não onere a carga para nenhum setor da economia, agrade a todos os entes federativos e que, enfim, possa levar o país ao tão desejado desenvolvimento socioeconômico.

Fortalecer os catadores é avançar na logística reversa

» VICTOR BICCA
Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir)

A discussão sobre a reciclagem no país entrou em outro patamar na última semana com os dois decretos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eles representam um passo muito importante para o fortalecimento da atividade dos catadores de materiais recicláveis, para a defesa dos direitos desses profissionais e para que ocupem o merecido lugar de protagonistas na caminhada que o país está empreendendo rumo à economia circular e a um futuro mais sustentável.

O primeiro decreto institui o Programa Diogo Sant'ana Pró-Catadoras e Catadores para a Reciclagem Popular, que recria e atualiza o antigo Programa Pró-Catador. O segundo revoga o Recicla+, lançado no ano passado, e institui três novos instrumentos para favorecer os catadores na logística reversa: o Certificado de Crédito de Reciclagem, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral, e o Crédito de Massa Futura.

São medidas como essas que dão a estrutura necessária para que a reciclagem avance no país. Ela tem crescido muito, mas sabemos que há um longo caminho a percorrer. E temos a convicção de que ele passa pelo apoio e a valorização desses trabalhadores, que são fundamentais para que as empresas, pequenas, médias e grandes, possam cumprir os ambiciosos compromissos ESG.

Na cerimônia no Palácio do Planalto, a ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, Marina Silva, destacou que as medidas assinadas pelo presidente para apoiar esse segmento da sociedade fazem parte de "um compromisso ético e político de cuidar do meio ambiente ao mesmo tempo em que se cuida das pessoas". O setor de bebidas não alcoólicas que, como presidente da Abir eu represento, está em total consonância com essa filosofia.

Hoje, as empresasdo setor são as que têm o melhor portfólio de circularidade do Brasil: 57% das garrafas PET e 99% das latas de alumínio são recicladas e todo o vidro é retornável. Os catadores, grandes parceiros da indústria, têm um papel fundamental nesses resultados.

Já temos, até, um dever de casa antecessor aos novos decretos com o protocolo de informações com a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Ancat), assinado em dezembro na Expocatadores. Tenho certeza de que, diante desse novo contexto e das possibilidades que se abrem para o fortalecimento da classe, muito será feito.

A união de esforços no avanço da gestão de resíduos envolve responsabilidades compartilhadas entre indústria, sociedade e governo. E o reconhecimento aos catadores de materiais recicláveis logo no início deste ano, com compromissos públicos firmados, é a sinalização de importante avanço rumo a soluções práticas de uma agenda complexa mas de vital importância.

O que o metaverso reserva para crianças e jovens?

» ROBERTA PERAZZO CAMPANINI_
Diretora adjunta de Marketing, Produtos e Experiência do Cliente da FTD Educação do Grupo Marista

Lançado na década de 1960 e relançado em 1980, o desenho *Os Jetsons* trazia inúmeras tecnologias que, na época, julgávamos impossíveis de serem reproduzidas. A animação, que mostrava a vida em família de um casal, seus dois filhos, um cachorro e uma robô, se passava em 2062, mas nós, ainda em 2022, já usufruímos de muitas daquelas tecnologias que pareciam tão distantes.

Uma dessas grandes descobertas ainda caminha no campo da curiosidade e exploração tanto para adultos quanto para crianças. O novo ambiente — ou podemos chamar de mundo virtual — traz diversas oportunidades para o desenvolvimento e, por que não, para a educação infantil. Tal tecnologia promete possibilitar grandes avanços para nossas crianças e jovens, pois explicar conceitos abstratos pode se tornar muito mais fácil com o metaverso.

Passeios virtuais para mostrar planícies em uma aula de geografia, visitas em cidades históricas ou dentro das pirâmides do Egito, nas aulas de história, ou até mesmo visitar bibliotecas para estudar um pouco mais sobre literatura, são algumas das infinitas possibilidades que podem ser vivenciadas praticamente in loco e com uma experiência quase real entre alunos e professores.

Em alguns ambientes educacionais, essa ideia começa a ser colocada em prática e com boa aceitação, oferecendo novas possibilidades e experiências para estudantes, professores, gestores educacionais e famílias. Uma das formas de exploração desse metaverso será com as aulas especiais ou espaços ambientados para estudos de literatura, por exemplo, onde os livros poderão ser apresentados como um jogo diferente; ou ainda salas para seminários, palestras e outros momentos educacionais interativos.

A iniciativa pioneira visa recuperar a sensação interativa de uma sala de aula e resgata o propósito da escola, por ser um ambiente completamente voltado à educação. Além disso, a própria estética da experiência imersiva remete aos games, que tantas vezes competem pela atenção de crianças e adolescentes, facilitando assim a adesão e permanência dos jovens que, passando mais tempo na plataforma, acabam expostos ao conteúdo educacional com curadoria pedagógica por mais horas no dia.

Outra grande vantagem está na socialização — uma das atuais preocupações de pais com filhos que passam muito tempo nos computadores e videogames. No metaverso, a ideia é que as interações sejam muito mais dinâmicas, por meio de avatares personalizados e em mundos virtuais tecnicamente seguros e controlados, que podem se tornar ambientes saudáveis para estimular a criatividade e a convivência em sociedade. A ideia é oferecer experiências interativas e gamificadas no segmento educacional brasileiro de forma aberta e gratuita.

Minecraft e Roblox_ são exemplos de jogos que já organizam momentos de educação e entretenimento entre os jovens fora do ambiente educacional. Porém, é preciso sim ficar atento. Os riscos de violação dos direitos das crianças são muito elevados e alguns especialistas ainda temem os efeitos do metaverso sobre os pequenos. É importante lembrar que o espaço on-line é propício para crimes, inclusive contra crianças. Por isso, o acompanhamento da escola e dos pais segue sendo indispensável nesses casos.

No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu a privacidade, proteção, educação e diversão no mundo digital como direitos das crianças. Ou seja, é preciso acompanhar a evolução virtual para garantir que elas estejam protegidas e seguras. Esse é um terreno ainda muito novo, que promete uma gama incrível de oportunidades, mas ainda necessita de cuidados especiais.

Adoçante zero é ligado a maior risco de infarto

Procurado por ser pouco metabolizado pelo corpo, o eritritol pode aumentar a formação de coágulos, levando também à ocorrência de AVC, mostra estudo americano com 1,1 mil pessoas

» PALOMA OLIVETO

Anunciado como natural, zero caloria e com dulçor semelhante ao do açúcar, o eritritol foi promovido, nos últimos anos, a adoçante da moda. A substância, porém, pode não ser tão inócua assim. Um estudo da Clínica New Cleveland, nos Estados Unidos, publicado na revista *Nature Medicine*, indica que o produto está associado a um risco aumentado de distúrbios cardiovasculares, especialmente infarto e acidente vascular cerebral (AVC). Os cientistas, porém, ressaltam que entre os 4 mil participantes, havia uma alta prevalência de fatores de risco e que mais pesquisas precisam confirmar se as descobertas também se aplicam a pessoas aparentemente saudáveis.

O eritritol está presente em pequenas quantidades em frutas e legumes. "Mas quando incorporado a alimentos processados, normalmente seus níveis são 1 mil vezes superiores às quantidades naturalmente encontradas no organismo", explica Stanley Hazen, presidente do Departamento de Ciências Cardiovasculares e Metabólicas da Clínica New Cleveland e autor correspondente do artigo. Isso é necessário porque a substância é menos doce que a sacarose. Em alguns artigos de confeitarias, o teor do adoçante chega a representar 60% do peso do alimento, explica Hazen.

Segundo o pesquisador, depois da ingestão, a substância é pouco metabolizada, e a maior parte dela é excretada na urina. "Consequentemente, o eritritol é caracterizado como um adoçante 'zero em calorias' e 'natural', levando a uma popularidade crescente, com previsão de a participação no mercado de adoçantes duplicar nos próximos cinco anos", diz Hazen.

Porém, pouco se sabe sobre os níveis circulantes de eritritol e os riscos cardiometabólicos. Enquanto os primeiros estudos a respeito encontraram benefícios potenciais, como ação antioxidante em modelos animais e melhora na função vascular em pessoas com diabetes, outros detectaram aumento de peso em estudantes com níveis mais altos do adoçante na corrente sanguínea. Também já se sugeriu que o eritritol tem associação com aparecimento de distúrbios metabólicos.

Três anos

O novo estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira, os autores selecionaram 1.157 participantes que passaram por testes para identificar moléculas na corrente sanguínea e, assim, detectar a presença e os níveis do eritritol. Essas pessoas foram acompanhadas por três anos, e monitoradas quanto a desfechos cardiovasculares, incluindo morte. Em seguida, os dados foram confrontados aos de pesquisas semelhantes realizadas nos Estados Unidos e na Europa com, respectivamente, 2.149 e 833 indivíduos.

Nos três grupos, os resultados indicaram que pessoas com níveis mais elevados de eritritol no sangue tinham probabilidade maior de sofrer um evento cardíaco adverso grave em três anos, como infarto, AVC ou morte. Todos os participantes tinham fatores de risco no início, como colesterol alto, hipertensão e índice de massa corporal (IMC) na faixa da obesidade.

Em seguida, os cientistas fizeram estudos em laboratório com amostras de oito indivíduos saudáveis que tomaram um líquido contendo concentrações da substância semelhantes à média observada na corrente sanguínea das pesquisas prévias. O efeito do eritritol foi avaliado tanto no sangue total quanto apenas nas plaquetas (células que se agrupam para evitar sangramento e, em excesso, contribuem para a formação de coágulos).

Os resultados revelaram que o eritritol ativou mais facilmente as plaquetas, aumentando o risco da formação de coágulos. Segundo Stanley Hazen, estudos com animais confirmaram que a ingestão da substância pode ter esse efeito adverso. "As doenças cardiovasculares aumentam com o tempo, e as doenças cardíacas são a principal causa de morte em todo o mundo. Precisamos garantir que os alimentos que ingerimos não sejam contribuintes ocultos", afirma. "É importante que mais estudos de segurança sejam conduzidos para examinar os efeitos a longo prazo dos adoçantes artificiais em geral, e do eritritol especificamente, sobre os riscos de ataque cardíaco e derrame particularmente em pessoas com maior risco de doença cardiovascular", conclui.

Mali maeder/Divulgação

Há baixa quantidade da substância em frutas e legumes. Em industrializados, o nível chega a ser mil vezes maior

As doenças cardíacas são a principal causa de morte em todo o mundo. Precisamos garantir que os alimentos que ingerimos não sejam contribuintes ocultos"

Stanley Hazen,
autor correspondente do artigo

Cautela

Professor de nutrição e ciência alimentar na Universidade de Reading, no Reino Unido, Gunther Kuhnle é cauteloso ao avaliar o estudo. Ele destaca, por exemplo, que, no teste com os indivíduos saudáveis que tomaram um líquido contendo eritritol, a quantidade da substância na amostra foi 10 vezes maior que a permitida em bebidas pelos órgãos regulatórios. "A dose única usada foi mais do que a maioria de nós ingeriria durante um dia inteiro", diz. "Esse é um dos motivos pelos quais os reguladores estabelecem limites para o uso de aditivos alimentares em adoçantes: para proteger o público e garantir ingestão está em uma faixa segura."

Kuhnle esclarece que o eritritol não é usado apenas em alimentos, mas em produtos como pasta de dente e alguns medicamentos, o que poderia afetar o resultado do estudo, já que não é possível identificar a origem da substância detectada no sangue. "Especialmente os medicamentos podem afetar os resultados observados, pois concentrações plasmáticas mais altas podem indicar que os participantes recebem tratamentos médicos diferentes. Concordo que a informação é interessante e útil, mas definitivamente não deve causar preocupação a ninguém."

Os sete hábitos para evitar a demência

Sete hábitos saudáveis podem desempenhar um papel na redução do risco de demência, segundo um estudo preliminar divulgado ontem e que será apresentado na íntegra na 75ª Reunião Anual da Academia Americana de Neurologia, em Boston. Os fatores são: ser ativo, comer melhor, manter um peso saudável, não fumar, manter uma pressão arterial segura, controlar o colesterol e ter baixo nível de açúcar no sangue.

"Como agora sabemos que a demência pode começar no cérebro décadas antes do diagnóstico, é importante aprendermos mais sobre como seus hábitos na meia-idade podem afetar o risco de demência na velhice", disse Pamela Rist, pesquisadora do Brigham and Women's Hospital em Boston e membro da Academia Americana de Neurologia. "A boa notícia é que fazer escolhas de estilo de vida saudáveis na meia-idade pode levar a uma diminuição do risco de demência mais tarde na vida."

O estudo envolveu 13.720 participantes do sexo feminino com idade média de 54 anos no início. Após duas décadas de acompanhamento, os pesquisadores analisaram os dados do Medicare (o sistema de seguro de saúde norte-americano) para identificar aquelas que haviam sido diagnosticadas com demência. Do total, 1.771 (13%) desenvolveram o problema.

Para cada um dos sete fatores de saúde, as participantes receberam uma pontuação de 0 (ruim) a 7 (a melhor possível). O escore médio foi de 4,3 no início do estudo e 4,2 uma década depois. Depois de ajustar fatores como idade e nível de educação formal, os pesquisadores descobriram que, para cada um ponto de aumento, o risco individual de demência diminuía 6%. "Pode ser empoderador para as pessoas saber que, ao tomar medidas como se exercitar meia hora por dia ou manter a pressão arterial sob controle, elas podem reduzir o risco de demência", acrescentou Rist.

Ana Rayssa/Esp. CB/D.A Press

Ser ativo e manter um peso saudável fazem parte da lista

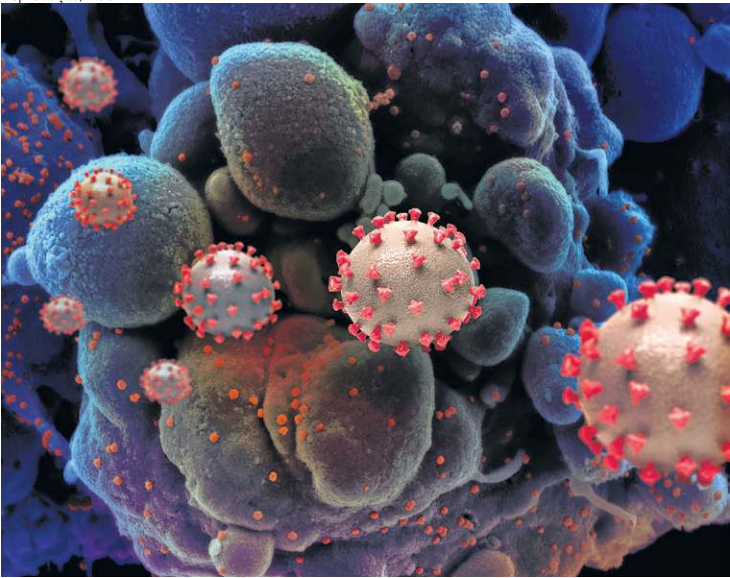
COVID-19

OMS diz desconhecer investigação sobre vazamento do vírus

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou desconhecer as investigações do Departamento de Energia norte-americano que teriam indicado a origem antinatural do Sars-CoV-2. Segundo um relatório considerado confidencial, o coronavírus foi criado em um laboratório chinês e vazou por acidente. Porém, fontes citadas pelos jornais *The Wall Street Journal* (*WSJ*) e *The New York Times* afirmam que o departamento fez seu julgamento com "baixa confiança".

Quatro agências de Inteligência norte-americanas acreditam que o vírus da covid-19 surgiu por transmissão natural, enquanto outras duas permanecem indecisas, segundo o *WSJ*. Além do Departamento de Energia, o FBI aposta na teoria do vazamento do Sars-CoV-2. Na noite de domingo, o conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan, enfatizou que "vários pontos de vista" persistem sobre o tema. "No momento, não há uma resposta definitiva que tenha surgido da comunidade de Inteligência sobre essa questão."

O porta-voz da OMS Tarik Jasarevic assegurou à agência France-Presse (AFP) que não recebeu qualquer informação sobre as investigações do Departamento de Energia e que continua examinando todas as evidências científicas disponíveis. "Instamos a China e a comunidade científica a realizarem os estudos necessários para determinar a origem do vírus. Até que tenhamos mais evidências, todas as hipóteses estão sobre a mesa."

Reprodução/ Flickr

Relatório confidencial americano informa que o Sars-CoV-2 foi criado em um laboratório chinês e vazou por acidente

Resposta crucial

Há algumas semanas, a OMS prometeu fazer todo o possível até encontrar uma resposta sobre a origem da covid, ao mesmo tempo em que negou as informações que sugeriam ter abandonado a investigação. A comunidade científica considera crucial determinar o que causou a pandemia para combater, e inclusive evitar, a próxima.

Pequim rejeitou, de maneira veemente, a hipótese do Departamento de Energia dos Estados Unidos e pediu aos envolvidos que "parem de difamar a China e parem de politizar a questão do rastreamento de origem". "Um vazamento de laboratório não foi considerado possível por conclusões científicas autorizadas apresentadas por uma equipe de especialistas da China e da OMS", declarou o porta-voz do Ministério chinês das Relações Exteriores, Mao Ning.

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

ECONOMIA

Chance para limpar o nome no Serasa

Além de poder renegociar débitos pelo aplicativo, o inadimplente pode fazê-lo pessoalmente num estande na Rodoviária do Plano Piloto. Confira dicas de especialistas sobre educação financeira e como evitar ficar no vermelho

» JOSÉ AUGUSTO LIMÃO*
» MILA FERREIRA

Mais da metade da população adulta do Distrito Federal está endividada. Em números absolutos, há 1,2 milhão de pessoas com o nome negativado no DF, com inadimplência de cerca de R$ 8,6 bilhões. Brasilienses relatam a luta diária para sair do vermelho, como o geógrafo David Dias de Araújo, 40 anos, que está trabalhando em dois empregos para quitar uma dívida resultante de um golpe que levou. Entre hoje e sábado, moradores de Brasília e de regiões próximas terão a oportunidade de renegociar presencialmente suas dívidas no Feirão Serasa Limpa Nome, que acontecerá na Rodoviária do Plano Piloto. Economistas ouvidos pelo **Correio** apontam que a educação financeira é essencial para que a população não se afogue em dívidas.

No perfil dos devedores, 53,1% são do sexo masculino, e a maior parte (35,6%) tem entre 26 e 40 anos, seguido pelas pessoas com idade entre 41 e 60 anos (34,7% do total). David Dias faz parte desse grupo de inadimplentes. Ele tinha a vida financeira sempre controlada, mas viu sua estabilidade se desmoronar após problemas com contratos na reforma de sua casa. O geógrafo sofreu um golpe de R$ 20 mil de uma empresa de móveis planejados, e agora está sem os móveis e o dinheiro. "Foi um baque, pois sempre fui muito bem planejado com todos os gastos da obra, agora tenho de me virar para resolver o problema", ressalta. O morador da Asa Sul teve que fazer uma dívida para contratar outro serviço que realizasse o trabalho da empresa anterior. "Dei uma entrada para empresa que deu o golpe que foi muito grande, estou tendo que trabalhar em dois empregos, fazendo um extra e dormindo apenas três horas por dia", destaca David. Ele diz que as novas dívidas estão apertando o orçamento. No entanto, não descarta fazer um empréstimo para quitação das cobranças.

A servidora pública Lívia Veleda de Sousa e Melo, 40, também tinha a vida financeira controlada, mas por causa de um consignado acabou sendo prejudicada. Ela fez a portabilidade de um consignado que tinha num banco para outro, mas se tratava de um golpe. "Foi a primeira vez que acumulei uma dívida desse tamanho, fiz o financiamento do meu apartamento dentro dos meus limites. Agora acumulou tudo e minha vida financeira ficou uma bagunça", lamenta. A moradora da Asa Norte diz que o valor da dívida está sendo descontado direto no contracheque dela e que metade do seu salário está indo embora.

Bola de neve

Economista e professor de mercado financeiro da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo explica que o endividamento, geralmente, decorre da falta de educação financeira. "Aquelas pessoas que não têm um conhecimento adequado gastam mais do que elas recebem, virando uma bola de neve. Você vai aumentando seu endividamento até um ponto que não consegue pagar mais", comenta. "Nem todo endividamento é ruim, desde que você faça isso como um investimento. "Às vezes, você compra uma casa financiada por exemplo, você pode estar se endividando, mas se fez as contas, tem uma renda que pode pagar é mais tranquilo", explica.

César Bergo destaca ainda a importância do Estado na conscientização da população com relação à educação financeira. "Enquanto responsável pela educação no país, o Estado deveria incluir nos currículos escolares a obrigatoriedade de noções de educação financeira. Além disso, a responsabilidade deveria ser também de toda sociedade organizada como: associações, entidades, bancos, comércio, indústria, escolas etc", salienta o professor.

De acordo com o economista, é preciso mais consciência dos bancos no momento de propor financiamento e empréstimos para seus clientes evitando piorar ainda mais sua situação. Ele explica que é papel dos bancos orientar a população quanto ao uso consciente de crédito mas que, na prática, isso acontece de uma maneira um pouco diferente. "O banco deve fidelizar o cliente, mas não é o que acontece na maioria das vezes. Pois, os gerentes acabam sendo cumpridores de metas e começam a empurrar crédito no consumidor", salienta.

No DF, de acordo com o Serasa, o maior número de inadimplentes está no segmento financeiro (bancos e cartões de crédito). Segundo César, uma opção é a negociação. "O cliente pode buscar junto ao banco pedindo um bom desconto, com um longo prazo de prestação e uma fatura menor que caiba no bolso dele", conta. Usar os conhecimentos e habilidades para fazer uma renda extra ou vender itens de valor também são citados pelo economista como soluções para a população levantar verba e abater no valor das dívidas.

Para o economista e educador financeiro Francisco Rodrigues, é importante fazer sempre um pente fino financeira na própria conta. "Acompanhar constantemente extratos bancários para saber se está usando do limite de cheque especial ou cartão de crédito e gastar sempre dentro da própria receita", orienta. O educador sugere ainda que a população monitore constantemente a situação do próprio CPF para ver se não caiu em golpes financeiros, além de tomar cuidado com a generosidade excessiva. "Segundo o SPC, 15% das pessoas que estão com nome no SPC e Serasa é porque emprestaram o nome para terceiros", revela. Por fim, o profissional orienta as famílias a conversarem entre si sobre finanças e terem consciência coletiva. "É importante evitar desperdícios, consumir conscientemente a água, energia e alimentos", pontua.

Como renegociar

A partir de hoje, Brasília recebe, pela primeira vez, a edição física do Feirão Serasa Limpa Nome, o maior evento de renegociação de dívidas do país. De hoje até sábado, moradores do DF e regiões próximas poderão renegociar presencialmente suas dívidas. O feirão acontece no estacionamento superior da Rodoviária do Plano Piloto. Na ocasião, também será possível renegociar débitos em aberto com a Caixa Econômica Federal, que estará com atendimento presencial em tenda montada na Rodoviária. De acordo com o economista-chefe do Serasa, Luiz Rabi, o principal fator que levou o Serasa a levar o primeiro Feirão presencial do ano foi o grande número de pessoas endividadas no DF.

O Feirão Limpa Nome também está disponível pelos canais digitais da Serasa até 31 de março. Esta edição traz 425 empresas parceiras, de diversos segmentos, como bancos, financeiras, securitizadoras (que compram dívidas), companhias de telefonia, varejistas, universidades e outros, oferecendo opção de pagamento via Pix, a baixa da negativação instantânea e descontos de até 99%. Confira no quadro ao lado o passo a passo para renegociação no app do Serasa.

***Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira**

Dicas de especialistas

1) Fazer um planejamento financeiro. Colocar no papel qual a receita mensal familiar e os gastos;

2) Evitar lançar mão de soluções que apenas jogam o problema para o futuro como cartão de crédito e cheque especial;

3) Separar o que é gasto essencial e supérfluo, usando o bom senso;

4) Procurar uma renda extra, caso não consiga encaixar os gastos na renda familiar;

5) Rever prioridades

Como negociar pelo app do Serasa?

1º PASSO – BAIXE O APP
Faça o download do aplicativo do Serasa no celular (disponível para Android e iOS), digite o seu CPF e preencha um breve cadastro. Ao acessar a plataforma, todas as informações financeiras do consumidor já aparecerão na tela.

2º PASSO – ESCOLHA A OFERTA
Após selecionar a opção "Ver ofertas", é possível verificar as condições oferecidas para pagamento com o desconto do Serasa Limpa Nome já aplicado. Basta clicar em uma das dívidas disponíveis e serão apresentadas as opções para renegociar cada débito.

3º PASSO – REVISE E FINALIZE O ACORDO
Escolha a opção que desejar e a forma de pagamento de sua preferência. Caso opte pela opção do Pix, selecione o dia para vencimento e a quantidade de parcelas desejada. Depois, confirme as informações, revisando todas as condições apresentadas, e clique em "Fechar acordo".

4º PASSO – FAÇA O PAGAMENTO DO ACORDO
Ao fechar seu acordo, você deve realizar o pagamento de acordo com as condições definidas na etapa anterior. Para pagar com o Pix, clique em "Copiar chave Pix" e cole no aplicativo da instituição bancária para prosseguir.

Feirão Serasa Limpa Nome

Data: de hoje até sábado

Horário: 8h às 18h

Local: Estacionamento Superior Sul, Terminal rodoviário do Plano Piloto — Zona Central Brasília. CEP: 70297-400

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Celina e os novos aliados

Ed Alves/CB/D.A Press

A governadora em exercício do DF, Celina Leão (PP), participou ontem ao lado do presidente Lula e da primeira-dama Janja Lula da Silva do lançamento da campanha nacional de vacinação contra a covid-19. Integrante do grupo que apoiou a reeleição de Jair Bolsonaro, Celina estava sorridente no evento e foi tratada com cortesia pelo governo Lula. Mas a militância não perdoa. Quando o nome de Celina foi anunciado pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, houve um foco de vaias. Mas Celina não se constrangeu. Manteve o sorriso e agiu como se não fosse com ela. Aos poucos, a governadora vai se entrosando.

Vacina é gesto de responsabilidade

Do presidente Lula: "Você pode não gostar do presidente, mas deve gostar e cuidar da sua família. Por isso, vacinem. É um gesto de responsabilidade".

A volta da ciência

A senadora Leila Barros (PDT-DF) considerou ontem a imagem do presidente Lula tomando vacina, aplicada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, um momento histórico no país: "A cena marca o recomeço das grandes campanhas de imunização no Brasil e representa a esperança de que os brasileiros voltarão a acreditar na ciência".

Instagram/Reprodução

Na onda do Zé Gotinha

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) entrou na campanha do Zé Gotinha e criou um avatar vacinado contra covid-19. Apoio para ampliar o número de imunizados no país.

Ed Alves/CB/D.A Press

Mais de 900 pessoas denunciadas pelos atos antidemocráticos

O número total de denunciados pela Procuradoria-Geral da República pelos atos antidemocráticos chegou a 912 pessoas ontem, com mais 80 ações penais protocoladas. Os denunciados são distribuídas entre os núcleos de executores e incitadores. As investigações continuam, inclusive para apurar eventual participação de financiadores e agentes públicos.

MPF diz que situação de Anderson Torres só piora

Ed Alves/CB/D.A Press

Ao se manifestar contra a revogação da prisão preventiva de Anderson Torres, o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos deixou claro que, ao não entregar o celular, o ex-secretário de Segurança criou uma suspeição de que, em liberdade, poderá atrapalhar as investigações. Para o representante do MPF, as investigações têm agravado as suspeitas de omissão do então secretário que permitiram a invasão das sedes dos três poderes da República.

Mais 60 dias de inquérito

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico dos Santos cita o documento apreendido na casa de Anderson Torres, a minuta da decretação de Estado de Defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com o representante do Ministério Público, a apreensão só foi possível porque Torres estava fora do país no momento da operação de busca e apreensão. O MPF argumenta que, se o investigado tivesse possibilidade, esse e outros elementos de prova teriam sido destruídos, como aconteceu com o aparelho celular deixado nos Estados Unidos, o que impediu a perícia e extração de dados. "Estando em curso as investigações, pendente a apuração de alguns contornos fáticos, a constrição cautelar da liberdade do investigado tem sido determinante para seu êxito", explica o MPF. O pior para Anderson Torres é que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou a ampliação em mais 60 dias o prazo para a Polícia Federal concluir as investigações.

Vinicius Cardoso/Esp. CB/D.A Press

Câmara prepara homenagem para desembargadora Ivatônia

Primeira desembargadora negra do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Maria Ivatônia Barbosa dos Santos é homenageada pelo deputado Jorge Vianna (PSD) com projeto em que a magistrada será agraciada com o título de cidadã honorária de Brasília. A proposta será apreciada hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, com parecer do presidente, Thiago Manzoni (PL), pela admissibilidade.

Cotações para a Consultoria Jurídica do governo do DF

A governadora em exercício Celina Leão convidou a procuradora Ana Carolina Magalhães para assumir a Consultoria Jurídica do governo. Filha da ministra Assussete Magalhães, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi convidada para o cargo, mas tinha outros compromissos. Carolina foi procuradora-geral da Câmara Legislativa quando Celina foi presidente. Agora a escolha está parada à espera da volta de Ibaneis Rocha. Um dos nomes cotados é o procurador Márcio Wanderley.

Boas notícias para as forças de segurança

A governadora Celina Leão vai anunciar hoje o envio da mensagem ao governo federal do reajuste das forças de segurança do DF.

Secretário vai a feira de turismo em Portugal

Minervino Júnior/CB/D.A Press

O secretário de Turismo, Cristiano Araújo, embarca nesta semana para participar de evento em Portugal, com os maiores operadores e agentes de turismo do país e arredores. Brasília estará presente com stand próprio para potencializar a promoção do turismo do Distrito Federal, considerando a facilidade de termos voos diretos partindo de Lisboa com destino a Brasília, o que torna mais viável a vinda de turistas europeus. Promovida pela Fundação AIP e realizada na Feira Internacional de Lisboa desde 1989, a BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), entre primeiro e cinco de março, é reconhecida no setor como o evento mais importante na área do turismo em Portugal e como um ponto de encontro de profissionais.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | JOÃO HERMETO | RELATOR DA CPI DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

No programa *CB.Poder*, o deputado distrital do MDB deu detalhes sobre o funcionamento dos trabalhos, que iniciam na próxima quinta-feira, com a fase de oitivas das testemunhas dos ataques de 8 de janeiro às sedes dos Três Poderes

"CPI não terminará em pizza"

» CARLOS SILVA*

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura os atos antidemocráticos de 12 de dezembro de 2022 e de 8 de janeiro 2023 foi tema do CB.Poder de ontem. À jornalista Samanta Sallum, o deputado distrital João Hermeto (MDB), relator das investigações, falou sobre o trabalho, que inicia as oitivas das testemunhas, na quinta-feira. O parlamentar comentou, ainda, sobre a participação dele na Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) e a importância da revitalização do Setor Comercial Sul.

A CPI dos atos antidemocráticos vai investigar o que aconteceu em duas datas: 12 de dezembro e o 8 de janeiro. Qual é a expectativa?

Temos três momentos distintos: o dia 12 foi a diplomação do presidente Lula e a tentativa de invasão na sede da Polícia Federal. Mas não podemos esquecer do dia 1º de janeiro, que foi a posse do presidente, onde tudo funcionou. Toda a PM, todos os órgãos de segurança, funcionaram impecavelmente. No dia 8 aconteceu aquela tragédia, em que bandidos entraram no Congresso e no Palácio do Planalto. Na minha opinião, houve uma falta de planejamento, houve um erro gravíssimo, que foi o então secretário de segurança pública Fernando (Sousa) ter assumido. Do que me consta, nem Brasília ele conhecia direito.

Então, o senhor está apontando que foi um erro gravíssimo, na verdade, o secretário do Anderson ter saído de férias?

Por que a coisa não funcionou, como no dia primeiro? Nós vamos investigar, individualizando as condutas, sem generalizar. A PM, o Exército, todos os que estavam naquele dia tinham a obrigação de proteger o patrimônio público. Essa CPI não vai terminar em pizza, vai trazer um relatório final ouvindo e buscando sempre individualizar condutas.

Quinta-feira há um depoimento marcado para a CPI. De quem será?

Nós vamos ouvir o ex-secretário executivo (da SSP-DF) Fernando (Sousa), que mandou o áudio, tranquilizando o governador (Ibaneis Rocha) sobre a situação.

Mariana Lins/CB/D.A Press

O senhor foi líder do governo na CLDF e é oriundo da Polícia Militar. Como o senhor defende sua isenção?

Fiquei 30 anos, praticamente, na PM. Participei do impeachment do (ex-presidente) Collor. Conheço o procedimento da corporação. Sei daqueles policiais que honram a farda. Pode ter certeza absoluta de que nós vamos individualizar as condutas de cada um doa a quem doer. Fui membro da Polícia Militar, sou da reserva, mas também tenho um compromisso com as minhas comunidades e com a população que me elegeu. Não foi só a Polícia Militar que me elegeu. Quanto à isenção, tenho tranquilidade para isso, porque, durante a minha vida na corporação, sempre pautei o meu comportamento, na isenção, no profissionalismo. Hoje, como deputado, posso ver e fazer um relatório com todos os membros da CPI.

Quem será ouvido?

Os trabalhos sempre serão às quintas-feiras. Vamos ouvir Fernando Sousa e depois vamos ouvir os comandantes coronel Jorge Eduardo Naime e coronel Fábio Augusto Vieira, além de alguns policiais que estavam naquele dia.

O ministro da Justiça Flávio Dino, em entrevista ao Correio, afirmou que, segundo as apurações e depoimentos de policiais do DF e de integrantes da PF, teria havido participação de integrantes do Exército. A CPI vai seguir por essa linha?

Se tiver condições jurídicas, nós vamos. O Exército se colocou com tanques na frente, como se fossemos uma ameaça. Quem financiou aquele acampamento, que era regado a música, cerveja e picanha?

Qual é a previsão do depoimento do do ex-secretário Anderson Torres?

Está na pauta. Vamos ver o dia certo para que ele possa depor.

O senhor assumiu a presidência da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF). Quais são as perspectivas?

Os projetos mais importantes de Brasília vão passar pela CAF, como o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Tudo isso será mandado para a Câmara Legislativa. Meu trabalho será acolher as emendas, buscar a solução para a área e fomentar o desenvolvimento do DF. Por exemplo, o Setor Comercial Sul: se não tomarmos uma providência o que que vai acontecer. É o centro de Brasília ser tomado por "craqueiros" e moradores de rua. Se não tomarmos uma atitude e tentar redirecionar o setor comercial funcionalmente, vamos ter um dos grandes centros do Brasil em um abandono total.

Estagiário sob a supervisão de Suzano Almeida

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

Teatro do cerrado

Enquanto o mundo explode, aproveito para dar uma volta pelas ruas do condomínio horizontal onde moro. Ele é fronteiriço a uma mata e, por isso, reserva, quase sempre, surpresas no convívio com os animais silvestres.

Já relatei, neste mesmo alto de página, o êxtase com a coreografia, a concatenação, a sincronia, a elegância e o ritmo das evoluções das andorinhas no céu em um dia que se armava uma chuva. Elas botavam no chinelo a Esquadrilha da Fumaça, com voos rasantes, acrobacias e deslocamentos rápidos no espaço.

Riscavam o azul, se reduziam a pontos negros minúsculos e, em seguida, retornavam com a mesma euforia. O condomínio é íngreme, quase tropecei e levei um tombo ao me concentrar na apreciação das nuvens de andorinhas, pois não queria perder nenhum lance. Felizmente, me reequilibrei e saí da experiência sem nenhuma avaria.

Durante o feriado, dei umas voltas pelas cercanias para desenferrujar os ossos, tomar um pouco de sol e espairecer. Estava entretido na marcha quando, de repente, ouvi um grasnido metálico, um grito de bicho em guerra. Olhei para os lados, mas logo constatei que o drama se passava no espaço, era preciso olhar para o alto.

Mirei e avistei um grupo de carcarás assanhados por alguma ação. A princípio, pensei que esquadrinhavam o espaço em busca de alguma presa. Mas, ao observar mais atentamente, percebi que o embate era entre eles. De repente, divisei duas aves de porte médio grasnando e despencando. Ambas eram carcarás.

Parecia aquelas cenas de filmes de guerra em que o avião abatido por uma rajada rola no espaço aéreo, vertiginosamente, para se espatifar no chão. No entanto, em uma manobra espetacular, o carcará atacado se recuperou e retomou o voo para o alto em um arranque vigoroso.

Talvez tenha sido alguma intriga amorosa, pois, passado o arranca-rabo, o grupo voltou a planar no teto do céu, em voo imponente, de olho em alguma presa. De lá, perto das nuvens, eles monitoram tudo o que acontece aqui embaixo.

Certo dia, estava fazendo tai chi lá pelas 6 da matina, quando avistei a cena surreal: penas brancas flutuavam levemente no ar. Cheguei mais perto da porta de vidro para averiguar o que acontecia ou se eu sonhava acordado.

Não era sonho. Um carcará destrinchava uma ave menor e as penas se moviam no espaço. Cogitei dar uma bronca no predador, mas me lembrei do personagem de Monteiro Lobato e recuei no intento. Américo Pisca-Pisca queria inverter a posição das frutas: botar as melancias no alto e as jabuticabas nas ramas pelo chão.

Certo dia, ele dorme e lhe cai uma jabuticaba na cabeça. Desistiu da utopia ao imaginar que uma melancia poderia desabar sobre ele enquanto dormia embaixo de uma árvore. Também desisti de reformar a natureza. O cerrado é um teatro da vida e da morte.

SAÚDE / Secretaria de Saúde liberou 181 mil doses, nesta primeira fase da campanha, para pessoas a partir de 70 anos

Ed Alves/CB/DA.Press

Novo imunizante está à disposição do público

Ed Alves/CB/DA.Press

No primeiro dia de aplicações posto na Asa Norte teve longas filas

Ed Alves/CB/DA.Press

Fórmula combate novas variáveis da doença

Vacinas bivalentes aplicadas no DF

» ELLEN TRAVASSOS
» NAUM GILÓ

Ed Alves/CB/DA.Press

Aos 76 anos, o aposentado Nelson Monteiro recebeu sua quinta dose do imunizante contra a covid-19

Começou, ontem, a aplicação de doses dos imunizantes da Pfizer Bivalente. Em um primeiro momento, a Secretaria de Saúde recebeu 181.440. O público contemplado na primeira etapa é aquele com mais de 70 anos; as pessoas abrigadas em instituições de longa permanência com idade a partir de 12 anos; os imunocomprometidos; os indígenas; a população ribeirinha e os quilombolas.

Com as quatro doses imunizantes contra a covid-19 no braço, a aposentada Teresinha Alves, 72 anos, procurou a unidade básica de saúde nº 13 para receber o reforço da bivalente. "Estar aqui é cumprimentar meu bem-estar. Quantas doses forem necessárias, eu estarei aqui tomando", comenta a senhora, que sempre procura os postos no primeiro dia de campanha. "A gente viu o resultado da vacina, e foi a melhor coisa que já apareceu", destaca a moradora da Asa Norte, ressaltando que incentiva outras pessoas a tomarem.

Para a gerente da Rede de Frios Central, Tereza Luíza Pereira, o avanço da vacina contra a covid-19, entre os brasileiros, é de extrema importância, pois a vacina bivalente oferece proteção contra a variante original do vírus causador da covid-19 e contra as cepas que surgiram depois, como a Ômicron. "A importância dessas doses é impedir uma nova onda agressiva, reduzir os casos graves, hospitalizações e óbitos", diz.

Nesta primeira fase da campanha, Maria Lúcia Guimarães, 79 anos, e o marido Carlos Fernando Guimarães, 83, procuraram o posto para tomar a vacina logo no primeiro dia. O clima nos postos de vacinação eram de felicidade por parte da população por estarem tomando mais uma dose contra a covid-19, que levou mais de 11 mil pessoas ao óbito no DF. "Desde 2000, estamos sempre aqui vacinando. Tudo que é recomendado a gente vem atrás no posto", comenta Carlos.

Para a maioria da população, é ótimo saber que existem mais doses disponíveis na rede pública, como explica Maria Lúcia. "O bom de tomarmos a vacina é porque podemos sair de casa sem tantas preocupações com a nossa saúde."

O que é a bivalente?

A vacina bivalente é uma atualização da imunização contra a covid-19. Ela continua protegendo contra a cepa original (aquela que iniciou a pandemia) e também protege o organismo contra as subvariantes, como a ômicron, que hoje domina o cenário epidemiológico e são responsáveis pela maior parte das infecções, explica o médico infectologista, Hemerson Luz.

Hemerson destaca que os estudos indicam que quatro meses após a segunda dose ou após a dose de reforço, ocorre uma queda dos níveis de anticorpos neutralizantes, aqueles que são capazes de combater o vírus. "A vacina bivalente tem a capacidade de aumentar a proteção do sistema imunológico e combater as subvariantes da ômicron", diz.

O intuito é vacinar toda a população acima de 12 anos, mas como não há doses suficientes para todos neste momento inicial, elas deverão ser aplicadas em grupos que foram escolhidos de acordo com as prioridades.

O infectologista ressalta que o número de doses necessárias a serem tomadas se torna maior a cada dia por conta das subvariantes que têm a capacidade de infectar as pessoas que foram vacinadas. "Essas cepas têm uma maior transmissibilidade que a cepa original, a vacina bivalente vai aumentar os níveis de anticorpos para proteger contra a subvariantes da ômicron diminuindo a possibilidade de casos mais graves, diminuindo a possibilidade de casos mais graves, diminui o risco de internação ou mesmo de óbito", explica.

Fases

A vacinação com a bivalente será dividida em etapas. A segunda fase terá como prioridade pessoas de 60 a 69 anos de idade. A terceira incluirá gestantes e puérperas. Já a quarta fase terá os trabalhadores da saúde, pessoas com deficiência permanente a partir dos 12 anos, população prisional, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e funcionários do sistema prisional e socioeducativo.

Boletim

O Distrito Federal não tem mortes causadas pela covid-19 desde meados de dezembro, quando uma senhora da faixa de 70 a 79 anos, moradora de Águas Claras, morreu por causa da doença. Nas últimas semanas, a taxa de transmissão voltou a subir da capital, ficando alguns dias acima de 1.

Ontem, segundo o boletim informativo divulgado pela Secretaria de Saúde, o índice ficou em 0,99, o que significa que cada 100 brasilienses contaminados pelo vírus transmitem a doença para outros 99. Especialistas recomendam que a taxa de transmissão fique abaixo de 1, o que aponta que as contaminações estão em desaceleração. Ainda de acordo com os números divulgados pela pasta, o DF teve 250 diagnósticos confirmados de covid-19, na segunda-feira (27/2).

Vacinômetro Distrito Federal até 27/2

Total de Dose Aplicadas 7.160.787

Pessoas com a 1ª dose	**2.546.383**
Pessoas com a 2ª dose	**2.372.757**
Pessoas com a 3ª dose	**281**
Pessoas com a dose de reforço	**1.469.769**
Pessoas com a 1ª dose de reforço	**5**
Pessoas com a 2ª dose de reforço	**634.858**
Pessoas com a 3ª dose de reforço	**6.581**
Pessoas com a dose adicional	**63.911**
Pessoas com a dose única	**66.242**

Aponte a câmera do seu celular e confira os pontos de vacinação

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 27 de fevereiro de 2023

» Campo da Esperança

Allan de Almeida Sousa, 43 anos
Delmar de Souza e Silva, 88 anos
Fábio Campos Morais, 41 anos
Hélio Gonçalves da Silva, 55 anos
Jaciara Araújo Soares, 64 anos
João Aragão Campos, 84 anos
Kátia do Nascimento Nóbrega, 67 anos
Maria Abadia da Silva Santos, 93 anos
Maria de Fátima Fernandes Santos, 61 anos
Maria Esperança Ismênia Carmo de Sousa Menezes, 99 anos
Noimi Terezinha Deboni, 82 anos
Orlando Grassio, 76 anos
Wildjan da Fonseca Magno, 83 anos

» Taguatinga

Abadia Damasceno, 91 anos
Antônio José da Silva Santos, 69 anos
Eunice Flausina Quispe, 76 anos
Glaci Maria Bezerra Liberal, 70 anos
Izabel Evangelista de Souza, 85 anos
Joaquim Araújo de Moraes, 84 anos
Jose Costa de Araújo, 84 anos
Waldilea Pereira Teixeira, menos de 1 ano
Vanderlan Alves Pacheco, 44 anos

» Gama

Bruno César da Silva Moreira, 38 anos
Joaquina Rosa da Conceição, 71 anos
Renato Bispo de Franca, 87 anos

» Planaltina

Adolfo Pereira Lemos, 86 anos
Edileusa De Oliveira Silva, 60 anos
Hildete Torres Maia, 68 anos
Lúcia Glaciene Ribeiro, 49 anos

» Brazlândia

Felícia Alexandra Duque Rebouças, 5 anos
Maria de Lourdes Lorencone Zanoli, 69 anos

» Sobradinho

Roseni de Carvalho Gomes Jesus, 69 anos

» Jardim Metropolitano

Álvaro José Alves, 66 anos
Regina Maria Marchini, 77 anos
Vânia Leila de Castro Nogueira Linhares, 60 anos

CORREIO DEBATE

É HOJE

das 14h às 18h

Abertura:

Wellington Luiz de Sousa Silva
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)

Moderação:

Ana Maria Campos
Colunista

Carlos Alexandre de Souza
Editor de Política

Presenças confirmadas:

Painel 1 - Por que é preciso preservar o tombamento de Brasília?

Virginia Casado, oficial de Projetos do Setor de Cultura na Representação da UNESCO no Brasil

Cláudia Conceição Garcia, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB

Andrey Rosenthal Schlee, diretor de Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Painel 2 - O despertar para a educação patrimonial

Thiago Perpétuo, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Bartolomeu Rodrigues, secretário de Cultura do Distrito Federal

Dênio Augusto de Oliveira Moura, promotor de Justiça da 1ª Promotoria da Ordem Urbanística (Prourb) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), coordenador da Rede Urbanidade

Painel 3 - Mobilidade, densidade urbana e envelhecimento da capital

Mateus Leandro de Oliveira, secretário de Estado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh)

Izidio Santos, presidente da Terracap

José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

ENCERRAMENTO

Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, procurador-geral de Justiça do Distrito Federal

Realização:
CORREIO BRAZILIENSE

CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CNP Capitalização S.A. (anteriormente denominada Caixa Capitalização S.A.), ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O lucro líquido da Companhia atingiu R$ 57,5 milhões, propiciando assim uma expressiva rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 22,4%. A receita com arrecadação de títulos de capitalização em 2022 foi de R$ 841,3 milhões, ficando 26,2% inferior ao valor registrado em 2021 de R$ 1.139,3 milhões. O resultado financeiro de 2022, de R$ 100,8 milhões, ficou 35,7% inferior ao resultado alcançado em 2021.

Os ativos financeiros da Companhia ao final do exercício de 2022 totalizaram R$ 3.092,3 milhões, indicando um decréscimo de 4,0% em relação ao valor alcançado em 2021, que foi de R$ 3.220,7 milhões. O patrimônio líquido da Companhia no final do exercício de 2022 atingiu o patamar de R$ 267,1 milhões, ficando 9,1% superior ao período comparativo.

Continuamos com um resultado consistente, impulsionado em grande parte pelo resultado financeiro do exercício e pela variação positiva do IGP-M que impactou no faturamento de 90% da carteira. A Companhia terminou o ano com 934,52 mil clientes ativos. Destes, cerca de 5,1 mil foram contemplados no último ano e receberam um total de R$ 22,6 milhões em prêmios (líquidos).

Distribuição de Dividendos

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos, a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício.

Reestruturação Societária

A CNP Assurances passou a deter 100% das ações da Companhia. O negócio foi concluído após aquisição de 51% de participação da Caixa Seguridade na CNP Participações em Seguros Ltda, "CNP Seguros Holding" e da compra de 49% das ações da ICATU na CNP Capitalização. As transações foram responsáveis por encerrar o projeto de aquisições anunciadas em 14 de setembro de 2022, nas quais a CNP Assurances acertou a compra da participação da Caixa Seguridade em cinco empresas: Holding Saúde, Previsul, Odonto Empresa, CNP Cap e CNP Consórcios.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo Financeiro, do Conselho Fiscal e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura.

Por fim, reconhece os colaboradores que trabalharam com dedicação exclusiva para a finalização desse importante negócio para a reestruturação societária do Grupo no Brasil. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023.

A Administração

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE		**2.048.759**	**844.673**
Disponível		**2.546**	**561**
Caixa e bancos		2.546	561
Aplicações	5	**2.040.925**	**820.570**
Títulos e créditos a receber	6	**2.216**	**18.698**
Títulos e créditos a receber	6.1	1.524	17.598
Créditos tributários e previdenciários	6.2	568	943
Outros créditos		124	157
Outros valores e bens		**138**	**208**
Outros valores		138	208
Despesas antecipadas		**106**	**108**
Custos de aquisições diferidos	7	**2.828**	**4.528**
Capitalização		2.828	4.528
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**1.243.536**	**2.824.440**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**1.242.168**	**2.822.443**
Aplicações	5	**1.051.359**	**2.400.166**
Títulos e créditos a receber		**180.839**	**397.041**
Créditos tributários e previdenciários	6.2	56.857	92.053
Depósitos judiciais e fiscais	11	123.982	304.988
Outros valores e bens	8	–	4.690
Custos de aquisição diferidos	7	**9.970**	**20.546**
Capitalização		9.970	20.546
Investimentos		**4**	**4**
Outros Investimentos		4	4
Imobilizado	14	**13**	**13**
Bens móveis		13	13
Intangível	15	**1.351**	**1.980**
Outros intangíveis		1.351	1.980
TOTAL DO ATIVO		**3.292.295**	**3.669.113**

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**2.924.548**	**3.136.567**
Contas a pagar		**54.086**	**88.441**
Obrigações a pagar	9.1	23.822	31.252
Impostos e encargos sociais a recolher		516	1.064
Encargos trabalhistas		265	474
Impostos e contribuições	9.2	22.457	52.541
Outras contas a pagar	9.3	7.026	3.110
Débitos de operações com capitalização		**11.010**	**10.836**
Débitos operacionais		11.010	10.836
Depósitos de terceiros	11	**384**	**748**
Provisões técnicas - capitalização	13	**2.859.068**	**3.035.968**
Provisão para resgates		2.813.231	2.982.345
Provisão para sorteio		29.760	37.481
Provisão Administrativa		16.077	16.142
Outros débitos		**–**	**574**
Débitos diversos	10	–	574
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**100.600**	**287.706**
Outros débitos		**100.600**	**287.706**
Provisões judiciais	12	100.335	283.440
Débitos diversos	10	265	4.266
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	**267.147**	**244.840**
Capital social	16.1	210.000	210.000
Reservas de lucros	16.3	83.726	116.775
Ajuste de avaliação patrimonial		(26.579)	(81.935)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.292.295**	**3.669.113**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida com títulos de capitalização		**52.101**	**128.418**
Arrecadação com títulos de capitalização		841.322	1.139.345
Variação da provisão para resgate		(789.221)	(1.010.927)
Variação das provisões técnicas		**65**	**(2.819)**
Resultado com sorteio		**(23.886)**	**(34.660)**
Custos de aquisição	19.a	**(29.947)**	**(49.839)**
Outras receitas e despesas operacionais	19.b	**48.790**	**41.582**
Outras receitas operacionais		59.127	56.122
Outras despesas operacionais		(10.337)	(14.540)
Despesas administrativas	19.c	**(44.967)**	**(44.069)**
Pessoal próprio		(16.177)	(17.662)
Serviços de terceiros		(16.088)	(10.876)
Localização		(5.928)	(7.159)
Publicidade e propaganda		(6.176)	(7.945)
Publicações		(164)	(102)
Donativos e contribuições		(172)	(183)
Outras despesas administrativas		(262)	(142)
Despesas com tributos	19.d	**(5.837)**	**(8.470)**
Resultado financeiro	19.e	**100.812**	**156.826**
Receitas financeiras		246.188	267.848
Despesas financeiras		(145.376)	(111.022)
Resultado operacional		**97.131**	**186.969**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**182**	**(40)**
Resultado antes dos impostos e participações		**97.313**	**186.929**
Imposto de renda	20	(24.272)	(47.532)
Contribuição social	20	(14.896)	(31.481)
Participações sobre o resultado		(685)	(408)
Lucro líquido do exercício		**57.460**	**107.508**
Quantidade de ações		**8.000**	**8.000**
Lucro líquido por ação em R$		**7.182,48**	**13.438,57**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**210.000**	**114.673**	**99.417**	**–**	**424.090**
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	–	(79.873)	–	–	(79.873)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	(181.352)	–	(181.352)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	107.508	107.508
Proposta de destinação do Resultado					
Reserva legal	–	5.375	–	(5.375)	–
Reserva de lucros	–	76.600	–	(76.600)	–
Dividendos (R$ 3.191,66 por ação)	–	–	–	(25.533)	(25.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**210.000**	**116.775**	**(81.935)**	**–**	**244.840**
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2022	–	(76.600)	–	–	(76.600)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	55.356	–	55.356
Lucro líquido do exercício	–	–	–	57.460	57.460
Proposta de destinação do Resultado					
Reserva legal	–	1.825	–	(1.825)	–
Reserva de lucros	–	41.726	–	(41.726)	–
Dividendos (R$ 1.738,60 por ação)	–	–	–	(13.909)	(13.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**210.000**	**83.726**	**(26.579)**	**–**	**267.147**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**57.460**	**107.508**
Outros resultados abrangentes	**55.356**	**(181.352)**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**55.356**	**(181.352)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	92.259	(302.253)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(36.903)	120.901
Total dos resultados abrangentes para o exercício	**112.816**	**(73.844)**
Quantidade de ações	**8.000**	**8.000**
Lucro/prejuízo líquido por ação em R$	**14.101,94**	**(9.230,43)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**57.460**	**107.509**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	(38)	1.361
Juros em passivos de arrendamento IFRS 16	83	–
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	–	40
Ajuste de prescrição e penalidades de títulos por resgate antecipado	(58.523)	(55.588)
Custos de aquisição diferidos	12.276	18.543
Variação de provisões técnicas	(65)	2.819
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	183.807	212.839
Créditos fiscais e previdenciários	156	1.503
Ativo fiscal diferido	35.416	(86.673)
Depósitos judiciais e fiscais	181.005	(10.442)
Despesas antecipadas	2	23
Outros ativos	16.506	(8.373)
Impostos e contribuições	40.024	42.017
Outras contas a pagar	8.110	(481)
Débitos de operações com capitalização	174	(815)
Depósitos de terceiros	(364)	(143)
Provisões técnicas - capitalização	(118.313)	(60.259)
Provisões para contingências	(183.105)	2.097
Outros passivos	(26)	(362)
Caixa gerado pelas operações	**174.585**	**165.615**
Juros recebidos	430	361
Imposto sobre o lucro pagos	(70.656)	(59.794)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**104.359**	**106.182**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela Compra:	**(19)**	**(5)**
Imobilizado	(5)	–
Intangível	(14)	(5)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(19)**	**(5)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos	(102.133)	(106.497)
Pagamento de arrendamento	(222)	(536)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**102.355**	**(107.033)**
Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**1.985**	**(856)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**561**	**1.417**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.546**	**561**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CNP Capitalização S.A. (anteriormente denominada CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A.), sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta no Brasil a CNP Participações em Seguros Ltda., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e tem por objeto social atuar no segmento de capitalização. A Companhia iniciou suas operações em julho de 1997 e mantém atualmente a comercialização dos seguintes produtos:

- Pagamento mensal: Cap Vencedor;
- Pagamento único: Cap Vencedor;
- Pagamento único: Acoplados.

A partir de 01/08/2021, a Companhia deixou de comercializar os produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da Caixa. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continuará comercializando os produtos em outros canais de venda.

Atualmente a distribuição comercial do produto Cap Vencedor é realizada com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) e o produto Acoplados pelo Grupo CNP.

1.1. Cisão

1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária

No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora indireta da Companhia, firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária indiretamente detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.

1.1.2. Restruturações internas

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, mencionado na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.

No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a transferência do controle acionário direto, até então, detido pela CNP Participações Securitárias Ltda., para a CNP Participações em Seguros Ltda.

No momento seguinte, ainda na mesma data, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A, que até então era a controladora indireta da Companhia, transferindo o investimento na CNP Participações em Seguros Ltda., para seus acionistas.

Após as cisões, a composição acionária da Companhia, ficou:

- CNP Participações em Seguros Ltda - 51%
- Icatu Seguros S.A. - 49%

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em reunião realizada em de 27 de fevereiro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real (R$) a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e bancos

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos da categoria "valor justo por meio do resultado", antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta da receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponível para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

2.4.2 Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

c. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5 *Impairment*

2.5.1 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

a. Ativos registrados ao custo amortizado

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como disponível para venda

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.5.2 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6 Arrendamentos

Definição de arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.7 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto.

A Provisão para Resgate (PR) contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contatos a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.

A Provisão de Sorteios a Pagar (PSP) é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, através de comparação da projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos, sendo a parcela de carregamento liquida das despesas de comercialização e todas as projeções efetuadas considerando um cenário de *run-off*.

2.7.1 Características dos Produtos

O quadro a seguir apresenta as modalidades, taxas de carregamento e taxa de juros dos produtos comercializados pela Companhia em 31/12/2022:

Produto	Modalidade	Taxas de carregamento	Taxas de juros
CAP Ganhador PM72	PM	1ª a 3 ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Vencedor	PM	1ª a 3 ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Ganhador PU48	PU	12,1916%	0,35%
CAP Aluguel 15 meses 95	PU	9,80917%	0,35%
CAP Aluguel 12 meses 95	PU	10,50231%	0,50%
SuperXCap (versão 2019)	PM	1ª 85,6415% 2ª 86,4184% 3ª 85,4159% 4ª a 5ª 26,4184% A partir da 6ª Parcelas múltiplas de 3: 0,0583% Demais: 1,0608%	0,35%
Acoplados	Acoplados	Entre 11,1693% e 33,3185%	0,16%

continua→★

CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

2.8 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

2.9 Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, são aqueles pagos pelas vendas realizadas nos parceiros, e que possuem uma relação direta e incremental com a emissão dos títulos de capitalização. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de vigência do título e seu prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2022 foi de 69 meses (31 de dezembro de 2021 - 68 meses).

2.10 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.11 Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática de 2 a 5 % e veículos - 5% a.a.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia é de 5% a.a.

2.12 Apuração do resultado

As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.

Em relação aos títulos de pagamento único (PU), conforme previsto no inciso II, parágrafo 3º, art. 101º à Circular SUSEP nº 648/21, a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de sua emissão.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data. Destacamos que mesmo a legislação informando o prazo de 5 anos, a CNP Capitalização aguarda o prazo de 6 anos para prescrição e ainda assim, caso o cliente questione o valor após esse prazo estendido, o valor é disponibilizado.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a julho de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021, majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sendo essa a alíquota aplicada nesse período. Com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a Companhia aplicou essa alíquota.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.446, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2022 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14 Norma emitida ainda não em vigor

A nova norma e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

Circular SUSEP nº 678

A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma temos reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Capitalização e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia está em processo de avaliação dos impactos, e concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor da norma.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 12 - Provisões técnicas;

Nota 5 - Instrumentos financeiros; e

Nota 11 - Provisões judiciais.

4. Gestão de risco

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos S*olvency II e Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1 Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	31/12/2022		
		Mais de 1 ano	
	Até 1 ano	Até 5 anos	Total
Valor justo por meio do resultado	20.372	–	20.372
Disponíveis para a venda	2.020.553	1.051.359	3.071.912
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	1.648	–	1.648
Caixa e bancos	2.546	–	2.546
Total dos ativos financeiros (*)	**2.045.119**	**1.051.359**	**3.096.478**
Passivos financeiros - capitalização (**)	1.338.716	1.520.351	2.859.067
Passivos financeiros	65.480	265	65.746
Total dos passivos financeiros	**1.404.196**	**1.520.616**	**2.924.813**

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates a pagar e das provisões matemáticas.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de derivativo e o risco de liquidez.

4.2.2 Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 4.523 (31 de dezembro de 2021 - R$ 7.582).

Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.2.3 Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

4.3 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor´s, Fitch Ratings e Moody´s*). Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*:

	31/12/2022			31/12/2021		
Composição dos ativos	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**16.695**	**3.677**	**20.372**	**486.959**	**1.614**	**488.573**
Fundos	–	3.688	3.688	–	1.664	1.664
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	297.102	–	297.102
Operação compromissada (*)	16.695	–	16.695	189.857	–	189.857
Outros	–	(11)	(11)	–	(50)	(50)
Disponíveis para venda	**3.071.912**	**–**	**3.071.912**	**2.732.163**	**–**	**2.732.163**
Letras do tesouro nacional	2.707.313	–	2.707.313	2.164.255	–	2.164.255
Notas do tesouro nacional	364.599	–	364.599	567.908	–	567.908
Títulos e créditos a receber	–	1.648	1.648	–	17.755	17.755
Exposição máxima ao risco de crédito	**3.088.607**	**5.325**	**3.093.932**	**3.219.122**	**19.369**	**3.238.491**

(*) O lastro total é em título público federal.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022			
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Percentual
Valor justo por meio do resultado	**20.372**	**20.372**	**488.573**	**488.872**	**3.677**	**16.695**	**–**	**0,66%**
Fundos de investimento não exclusivo	3.688	3.688	1.664	1.664	3.688	–	–	0,12%
Letras financeiras do tesouro	–	–	297.102	297.401	–	–	–	0,00%
Operações compromissadas	16.695	16.695	189.857	189.857	–	16.695	–	0,54%
Outros valores	(11)	(11)	(50)	(50)	(11)	–	–	0,00%
Disponível para venda	**3.071.912**	**3.116.211**	**2.732.163**	**2.868.721**	**–**	**2.020.553**	**1.051.359**	**99,34%**
Letras do tesouro nacional	2.707.313	2.746.800	2.164.255	2.281.475	–	1.706.209	1.001.104	87,55%
Notas do tesouro nacional	364.599	369.411	567.908	587.246	–	314.344	50.255	11,79%
Total	**3.092.284**	**3.136.583**	**3.220.736**	**3.357.593**	**3.677**	**2.037.248**	**1.051.359**	**100,00%**

5.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**3.220.736**	**3.614.928**
Aplicações	2.196.854	3.183.686
Resgates	(2.658.649)	(3.542.526)
Rendimentos	241.083	266.901
Ajuste ao valor justo	92.260	(302.253)
Saldo final	**3.092.284**	**3.220.736**

5.3 Hierarquia do valor justo

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimento	3.688	–	3.688	1.664	–	1.664
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	297.102	–	297.102
Operações compromissadas	–	16.695	16.695	–	189.857	189.857
Outros	(11)	–	(11)	(50)	–	(50)
Total	**3.677**	**16.695**	**20.372**	**298.716**	**189.857**	**488.573**
Disponível para venda						
Letras do tesouro nacional	2.707.313	–	2.707.313	2.164.255	–	2.164.255
Notas do tesouro nacional	364.599	–	364.599	567.908	–	567.908
Total	**3.071.912**	**–**	**3.071.912**	**2.732.163**	**–**	**2.732.163**

5.4 Análise de sensibilidade

5.4.1 Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: mantidos até o vencimento, disponível para venda e valor justo por meio do resultado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	**Value-at-Risk**	**DV-1**
Fundos	538	–
Cupom de IPCA	365	(786)
Curva de juros Pré	3.619	(17.020)
Total	**4.523**	**(17.807)**

5.5 Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia dos títulos possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Letras do tesouro nacional	Pré 5,34% a 14,63%	Pré 5,34% a 8,74%
Notas do tesouro nacional	IPCA 6,71% a 6,83%	Pré 6,77% a 8,76%
Notas do tesouro nacional	Pré 6,77% a 8,65%	–

6. Títulos e créditos a receber

6.1 Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Resgates pendentes de baixa *(i)*	523	16.701
Créditos a receber - Caixa Seguradora S.A.	61	63
Créditos a receber - Caixa Vida e Previdência S.A.	250	506
Créditos a receber - Previsul	86	–
Créditos a receber - Odonto empresas	1	–
Créditos a receber - XS2 Vida e Previdência S.A.	385	255
Títulos de capitalização a receber *(ii)*	218	26
Outros títulos e créditos a receber	–	47
Total	**1.524**	**17.598**

(i) O saldo está substancialmente concentrado no fluxo de retornos bancários, referentes aos resgates antecipados e vencidos.

(ii) Valores a receber de títulos de capitalização com baixa financeira em 30 dias.

6.2 Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

6.2.1 Composição dos créditos tributários e previdenciários

	31/12/2022				31/12/2021			
	Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante	
	Contribuição social	Imposto de renda	Outros tributos	Total	Contribuição social	Imposto de renda	Outros tributos	Total
A compensar	–	5.600	568	6.168	–	5.381	943	6.324
Adições temporárias	12.874	20.663	–	33.537	12.318	19.731	–	32.049
Tributos diferidos - TVM	6.645	11.075	–	17.720	20.484	34.140	–	54.623
Total dos créditos tributários	**19.519**	**37.338**	**568**	**57.425**	**32.802**	**59.252**	**943**	**92.997**

6.2.2 Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários

	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
Ano de Realização	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
2023	7.392	22,0%	7.561	42,7%	14.953	29,2%
2024	35	0,1%	8.138	45,9%	8.173	15,9%
2025	25.548	76,2%	2.021	11,4%	27.569	53,8%
2026	128	0,4%	–	0,0%	128	0,2%
2027	157	0,5%	–	0,0%	157	0,3%
A partir 2028	277	0,8%	–	0,0%	277	0,5%
Total	**33.537**	**100%**	**17.720**	**100%**	**51.257**	**100%**

6.2.3 Movimentação do ativo e passivo diferido

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	**32.802**	**53.871**	**86.673**	**(11.755)**	**(19.591)**	**(31.346)**
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias						
Contingências cíveis	(18)	(31)	(49)	(12)	(20)	(32)
Contingências trabalhistas	(20)	(34)	(54)	(2)	(3)	(5)
Provisão para risco de crédito	14	30	44	(73)	(921)	(994)
Provisão para participações nos lucros	(18)	(30)	(48)	(46)	(76)	(122)
Operações de arrendamento - CPC 06	(23)	(38)	(61)	23	38	61
Outras provisões	621	1.035	1.656	(671)	(1.119)	(1.790)
Tributos diferidos - TVM	(13.839)	(23.064)	(36.903)	45.338	75.563	120.901
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**19.519**	**31.739**	**51.258**	**32.802**	**53.871**	**86.673**
Efeito no resultado das constituições e realizações	(556)	(932)	(1.488)	781	2.101	2.882

continua →★

CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

7. Custos de aquisições diferidos

A composição dos custos de aquisições diferidos pode ser resumida como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição Balcão	9.721	18.361
Aquisição Indicador *(i)*	3.077	6.713
Total	**12.798**	**25.074**

(i) Refere-se à remuneração paga aos funcionários da CEF (indicador) pela indicação de negócios comercializados no canal CEF até 31 de junho de 2021.

8. Outros valores e bens - Ativo de direito de uso

Refere-se ao imóvel onde está situada a sede para a condução dos negócios da Companhia. Esse ativo é mensurado pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente à medida que são identificados arrendamentos segundo os critérios do CPC 06 (R2):

		Movimentações			
Direito de uso	Saldo em 01/01/2022	Novos contratos	Alterações/cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	4.690	–	(5.376)	686	–
Total	**4.690**	**–**	**(5.376)**	**686**	**–**

Em abril de 2022, a Capitalização deixou de integrar o quadro de arrendatários do contrato de aluguel da sede, resultando na baixa das obrigações de arrendamento, bem como o ativo de direito de uso. Atualmente a Companhia compartilha as despesas de localização com a Caixa Seguradora S.A.

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, não apresenta taxa em 31 de dezembro de 2022 em função do zeramento do saldo, e em 31 de dezembro de 2021 uma taxa de 12,77% a.a.

9. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

9.1 Obrigações a pagar

A composição de obrigações a pagar é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	298	204
Dividendos	13.909	25.533
Honorários e remunerações a Pagar	309	519
Ressarcimento de custos a pagar	9.014	3.716
Obrigações a pagar Previsul	118	–
Aluguéis a pagar	–	148
Operação de seguros	–	216
Outras obrigações a pagar	174	916
Total	**23.822**	**31.252**

9.2 Impostos e contribuições

A composição de impostos e contribuições é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL a recolher	22.311	52.312
PIS e COFINS a recolher	146	229
Total	**22.457**	**52.541**

9.3 Outras contas a pagar

A composição de outras contas a pagar é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar *(i)*	6.751	2.540
Fornecedores	25	24
Outras obrigações a pagar	250	546
Total	**7.026**	**3.110**

(i) Refere substancialmente contas a pagar em aberto, sendo que o pagamento é finalizado no início do mês subsequente.

10. Débitos diversos

A composição dos débitos diversos é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento	–	4.840
Outras Provisões administrativas	265	–
Total	**265**	**4.840**

Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos:

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	6.088	(1.248)	4.840
Apropriação de juros transcorridos	–	83	83
Pagamentos	(223)	–	(223)
Outras/Baixas	(5.865)	1.165	(4.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	–	–	–

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento não é apresentada em 31 de dezembro de 2022 em função do zeramento do saldo, conforme mencionado na nota 8, e em 31 de dezembro de 2021 era de 7,14% a.a.

11. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	23	–	23	256	–	256
De 31 a 60 dias	2	–	2	2	–	2
De 61 a 120 dias	2	–	2	6	–	6
De 121 a 180 dias	3	–	3	10	–	10
De 181 a 365 dias*	10	–	10	39	–	39
Acima de 365 dias*	87	257	344	112	323	435
Total	**127**	**257**	**384**	**425**	**323**	**748**

São valores pendentes de baixa de mensalidade: quitação de mensalidade, pagamentos após resgate, entre outros. A redução nos valores, se deve as ações já implementadas, que impactaram diretamente no quantitativo de novas entradas e pendências.

12. Depósitos judiciais e fiscais, passivos contingentes e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contingências cíveis	38	12	1.465	1.589
Contingências trabalhistas	303	196	314	450
Contingências fiscais	1.898	1.898	–	–
Obrigações legais - fiscal	121.743	302.882	98.556	280.994
Outras Obrigações	–	–	–	407
Total	**123.982**	**304.988**	**100.335**	**283.440**

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a: (i) questões relativas a sorteios e; (ii) questões relativas ao valor de resgates e devoluções.

Em 2021, a ação que discutia judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15%, através da Lei 11.727/2008, teve uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101. Em 2022, o processo foi arquivado definitivamente e os depósitos judiciais foram revertidos para a União, motivo pelo qual foi realizada a baixa do valor contábil de depósito e do respectivo passivo sem impacto no resultado da Companhia no período. Período discutido de 01/2009 até 09/2021. No ano de 2022 o valor baixado foi de R$ 182.438.

Fiscais - A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se substancialmente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 63.734 (31 de dezembro de 2021 - R$ 63.734).

(ii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração. Período de 09/2015 a 12/2018 - O valor em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 34.812 (31 de dezembro de 2021 - R$ 34.812).

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - O valor em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 30.710 (31 de dezembro de 2021 - R$ 30.710);

(ii) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a aplicação da modulação do STF na ação da empresa. O valor em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.188 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1.188).

12.1 Segregação em função da probabilidade de perda

31/12/2022	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	998	499	1.465	2.963
Trabalhistas	1.390	1.262	314	2.966
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	–	98.556	98.556
Natureza fiscal - Contingências	–	1.919	–	1.919
	2.388	**3.680**	**100.335**	**106.404**

31/12/2021	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	635	674	1.589	2.898
Trabalhistas	–	1.281	450	1.731
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	63.743	217.251	280.994
Natureza fiscal - Contingências	–	1.912	–	1.912
Outras Obrigações	–	–	407	407
	635	**67.610**	**219.697**	**287.942**

12.2 Movimentação das contingências

	Saldo 31/12/2021	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2022
Contingências cíveis	1.589	275	(574)	(7)	182	1.465
Contingências trabalhistas	450	–	(170)	–	34	314
Natureza fiscal - Obrigações legais	280.994	–	–	(182.438)	–	98.556
Outras Obrigações	407	–	(407)	–	–	–
Total	**283.440**	**275**	**(1.151)**	**(182.445)**	**216**	**100.335**

13. Provisões técnicas

13.1 Abertura e movimentação das provisões técnicas

	Provisões							
Movimentação das Provisões Matemáticas	Matemática	De resgates	Subtotal	Sorteios a Realizar	Sorteios a pagar	Subtotal	Demais Provisões	Total
Saldos em 31/12/2021	**2.393.867**	**588.478**	**2.982.345**	**30.069**	**7.412**	**37.481**	**16.142**	**3.035.968**
Constituição de provisão	789.911	–	**789.911**	24.326	31.693	**56.019**	174.299	**1.020.229**
Cancelamento de títulos/reversão provisão	(420)	(1.893)	**(2.313)**	(32.408)	–	**(32.408)**	(174.364)	**(209.085)**
Encargos financeiros sobre provisões	130.323	10.122	**140.445**	690	104	**794**	–	**141.239**
Solicitações de resgates antecipados	(523.486)	523.486	**–**	–	–	**–**	–	**–**
Prescrição de títulos	–	(36.776)	**(36.776)**	–	(573)	**(573)**	–	**(37.349)**
Vencimento de títulos	(593.166)	593.166	**–**	–	–	**–**	–	**–**
Reativação de títulos	2.612	(2.600)	**12**	–	–	**–**	–	**12**
Revenda de títulos	–	(5)	**(5)**	–	–	**–**	–	**(5)**
Pagamentos efetuados	–	(1.040.216)	**(1.040.216)**	–	(31.553)	**(31.553)**	–	**(1.071.769)**
Outras movimentações de provisões	–	(20.172)	**(20.172)**	–	–	**–**	–	**(20.172)**
Saldos em 31/12/2022	**2.199.641**	**613.590**	**2.813.231**	**22.677**	**7.083**	**29.760**	**16.077**	**2.859.068**

	Provisões							
Movimentação das Provisões Matemáticas	Matemática	De resgates	Subtotal	Sorteios a Realizar	Sorteios a pagar	Subtotal	Demais Provisões	Total
Saldos em 31/12/2020	**2.690.243**	**406.581**	**3.096.824**	**30.766**	**8.083**	**38.849**	**13.323**	**3.148.996**
Constituição de provisão	1.014.492	–	**1.014.492**	33.502	35.876	**69.378**	150.276	**1.234.146**
Cancelamento de títulos/reversão provisão	(4.269)	(2.513)	**(6.782)**	(35.123)	–	**(35.123)**	(147.457)	**(189.362)**
Encargos financeiros sobre provisões	108.795	388	**109.183**	924	123	**1.047**	–	**110.230**
Solicitações de resgates antecipados	(588.202)	588.202	**–**	–	–	**–**	–	**–**
Prescrição de títulos	–	(30.518)	**(30.518)**	–	(125)	**(125)**	–	**(30.643)**
Vencimento de títulos	(830.362)	830.362	**–**	–	–	**–**	–	**–**
Reativação de títulos	3.170	(3.161)	**9**	–	–	**–**	–	**9**
Revenda de títulos	–	(49.140)	**(49.140)**	–	–	**–**	–	**(49.140)**
Pagamentos efetuados	–	(1.129.802)	**(1.129.802)**	–	(36.545)	**(36.545)**	–	**(1.166.347)**
Outras movimentações de provisões	–	(21.921)	**(21.921)**	–	–	**–**	–	**(21.921)**
Saldos em 31/12/2021	**2.393.867**	**588.478**	**2.982.345**	**30.069**	**7.412**	**37.481**	**16.142**	**3.035.968**

13.2 Garantia das provisões técnicas

A composição da garantia das provisões técnicas é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	**2.859.068**	**3.035.968**
Total a ser coberto	**2.859.068**	**3.035.968**
Total dos ativos garantidores:	**3.088.595**	**3.219.072**
Títulos da dívida pública	3.071.912	2.732.163
Quotas de outros fundos financeiros (i)	16.684	486.909
Suficiência de cobertura	**229.527**	**183.105**
Suficiência de Ativos Garantidores (%)	**8,03%**	**6,03%**

(i) Para a cobertura de provisão técnica é utilizado apenas o fundo exclusivo.

14. Imobilizado

O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

31/12/2022	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo inicial	Aquisições	Depreciação	Saldo final
Equipamentos	2 a 5	1	5	(3)	3
Móveis, máquinas e utensílios	10	12	–	(2)	10
Total		**13**	**5**	**(5)**	**13**

15. Intangível

A composição do ativo intangível está composta da seguinte forma:

31/12/2022	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo inicial	Aquisições	Amortização	Saldo final
Marcas e patentes (a)	–	41	–	–	41
Sistemas aplicativos	5	5	–	(2)	3
Sistemas de computação	5	1.931	–	(641)	1.290
Sistemas de computação em desenvolvimento (b)	–	3	14	–	17
Total		**1.980**	**14**	**(643)**	**1.351**

(a) Marcas e patentes não são amortizadas;

(b) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. é de R$ 210.000, representado por 8.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

16.2 Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

16.3 Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 42.000 (31 de dezembro de 2021 - R$ 40.175).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo mínimo e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 41.726 (31 de dezembro de 2021 - R$ 76.600).

16.4 Dividendos

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	57.460	107.508
(–) Reserva Legal	(1.825)	(5.375)
Base de cálculo de dividendos	**55.635**	**102.133**
Dividendo mínimo - 25%	13.909	25.533
Dividendos propostos	13.909	25.533
Total provisionado	**13.909**	**25.533**

17. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº432/2021 e atualizações da Resolução nº 448/2022, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco - CR.

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
	267.147	**244.840**
Ajustes contábeis	**(56.081)**	**(104.696)**
(–) Despesas antecipadas	(106)	(108)
(–) Créditos tributários de dif. temporárias que excederem 15% do CMR	(41.821)	(77.529)
(–) Ativos Intangíveis	(1.351)	(1.980)
(–) Obras de arte	(4)	(4)
(–) Custos de aquisição diferidos	(12.799)	(25.075)
(–) PLA Nível 3 - (C)	**9.435**	**9.143**
PLA Nível 1 - (A)	**201.631**	**131.001**
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.6.14, Limite def. item 2.6.16) (*)	34.933	22.129
PLA Nível 2 - (B)	**34.933**	**22.129**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	9.425	9.143
PLA Nível 3 - (C)	**9.435**	**9.143**
PLA Nível 2 - (B) + PLA Nível 3 - 50% do CMR	12.917	795
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	**(12.917)**	**(795)**
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	**233.082**	**161.478**
Capital base	**10.800**	**10.800**
Capital de risco de crédito	4.698	9.018
Capital de risco de subscrição	47.129	34.649
Capital de risco de mercado	24.011	32.517
Capital de risco operacional	2.377	2.973
Benefício da correção entre risco	(15.312)	(18.204)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**62.902**	**60.953**
Suficiência de capital (PLA - CMR) - (F)	**170.179**	**100.523**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))	**271%**	**165%**

(*) Acréscimo do superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

18. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações em Seguros Ltda. (Controladora direta), CNP Assurances (Controladora indireta), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Participações em Seguros Ltda.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), as demais empresas identificadas são Controladas e Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa Seguradora S.A. *(i) (v) (vii)*	61	(9.817)	125	(4.798)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(v) (vii)*	86	(296)	46	(617)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. *(vi)*	–	–	1	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. *(viii)*	–	(7.093)	–	(13.022)
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v)*	250	(4.479)	506	(8.649)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(v)*	385	(7.687)	255	(4.621)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	2.542	–	445	–
Icatu Seguros S. A. *(viii)*	–	(6.815)	–	(12.511)
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda. *(iv)*	–	(86)	–	–
Barigui Corretora de Seguros Ltda. *(iii)*	–	–	–	(18)

	31/12/2022		31/12/2021	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Caixa Seguradora S.A. *(i) (v) (vii)*	793	(30.688)	1.049	(29.538)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(v) (vii)*	172	(1.756)	557	(248)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. *(vi)*	–	(14)	–	(20)
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v) (vii)*	4.321	(2.022)	8.863	(4.083)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(v)*	7.502	(629)	4.596	(162)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	–	(121)	–	(5.736)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	–	–	(528)
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda. *(iv)*	–	(1.317)	–	(2.179)
Jadlog Logística S.A. *(iv)*	–	(80)	–	(136)
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal chave da Administração	–	(579)	–	(1.446)

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo, dos membros do conselho da administração e diretoria executiva;

(ii) Despesas Comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos e disponibilidade financeira;

(iii) Despesas referentes ao comissionamento, incentivos às vendas;

(iv) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;

(v) Refere-se aos produtos acoplados;

(vi) Plano odontológico oferecido aos funcionários;

(vii) Seguro de vida dos funcionários;

(viii) Dividendos e ou Juros sobre o capital próprio.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal chave da Administração.

continua →★

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

19. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

O quadro a seguir traz o detalhamento das contas de resultado:

	31/12/2022	31/12/2021
Custos de Aquisição		
Despesas de corretagem	–	(236)
Despesas de custeamento de venda	(17.671)	(31.060)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(12.276)	(18.543)
Total	**(29.947)**	**(49.839)**
Outras receitas e despesas operacionais		
Resgates antecipados	21.174	24.945
Receita com títulos prescritos	37.349	30.643
Central de relacionamento	(2.286)	(3.454)
Incentivo e manutenção de vendas	(6)	(59)
Fretes e correspondências	(1.507)	(1.788)
Custos Processuais	(492)	(886)
Publicidade e propaganda - produto	(2.601)	(2.380)
Serviços com manuseio de documentos	(14)	(150)
Serviços de terceiros	(369)	(2.224)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.458)	(3.065)
Total	**48.790**	**41.582**
Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(16.177)	(17.662)
Serviços de terceiros	(16.088)	(10.876)
Localização	(5.928)	(7.159)
Publicidade e propaganda	(6.176)	(7.945)
Publicações	(164)	(102)
Donativos e contribuições	(172)	(183)
Outras despesas administrativas	(262)	(142)
Total	**(44.967)**	**(44.069)**
Despesas com Tributos		
PIS	(580)	(979)
COFINS	(3.572)	(6.027)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.527)	(1.340)
Outras despesas com tributos	(158)	(124)
Total	**(5.837)**	**(8.470)**
Receitas e despesas financeiras		
Resultado com títulos de renda fixa	221.118	246.673
Resultado com fundos de investimentos	19.965	20.318
Despesas com provisões técnicas - capitalização	(141.239)	(110.230)
Outras receitas e despesas financeiras	968	65
Total	**100.812**	**156.826**

20. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	96.628	96.628	186.521	186.521
Base de cálculo	**96.628**	**96.628**	**186.521**	**186.521**
Taxa nominal do tributo	16,00%	25,00%	20,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(15.460)**	**(24.157)**	**(37.304)**	**(46.630)**
Ajustes do lucro real	4.362	4.362	(4.860)	(4.633)
Ajustes temporários diferidos	(3.474)	(3.728)	3.908	8.405
Efeito do de diferencial da alíquota	(4.415)	–	(28.166)	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(3.527)**	**634**	**(29.118)**	**3.772**
Tributos sobre os ajustes	**564**	**(158)**	**5.824**	**(943)**
Incentivos fiscais		43		42
Despesa contabilizada	**(14.896)**	**(24.272)**	**(31.481)**	**(47.532)**
Taxa efetiva	**15,42%**	**25,12%**	**14,55%**	**25,04%**

21. Plano de previdência

A Companhia é co-patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*) contratado junto à coligada Caixa Vida e Previdência S.A. O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 168 (31 de dezembro de 2021 - R$ 269).

22. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A., com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Companhia. Apesar da reorganização societária reportada na NE 1 - Contexto Operacional, a implementação das estruturas de controle e governança no âmbito da nova instituição líder encontra-se ainda em desenvolvimento em decorrência da necessidade de prévia aprovação das medidas nos órgãos reguladores. Os acionistas pactuaram acordo segundo o qual poderá haver compartilhamento de estruturas (mediante ressarcimento das despesas), pelo período de até 12 meses a partir do closing da Companhia na antiga formatação societária.

23. Evento subsequente

23.1 Conclusão do processo de reestruturação societária

Em 27 de janeiro de 2023, a Caixa Seguridade realizou o desinvestimento na CNP Participações em Seguros Ltda., sendo substituída pela CNP Assurances Participações Ltda., estando esta operação ainda pendente de homologação pela SUSEP.

Em 30 de janeiro de 2023, a Icatu Seguros S.A. realizou o desinvestimento na Companhia, passando esta a ser 100% detida pela CNP Participações em Seguros Ltda, fica finalizado o processo de reestruturação societária, descrito na nota 1.1.

23.2 Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recurso Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria Executiva

André Mourão Passos Coutinho
Diretor

Eduardo Fabiano Alves da Silva
Diretor Presidente

Fernando Gonçalves de Moraes
Diretor de Riscos e Controles Internos

Contadora

Ana Paula Rodrigues Coelho
CRC PE - 020428/O-0 T-DF

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A., com base na Resolução CNSP N. 432/21, tendo alcance sobre a CNP Capitalização S.A. Apesar da reorganização societária reportada na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, a implementação das estruturas de controle e de governança na nova instituição líder encontra-se ainda em desenvolvimento em decorrência da necessidade de prévia aprovação das medidas dos órgãos reguladores. Os acionistas pactuaram acordo segundo o qual poderá haver compartilhamento de estruturas (mediante ressarcimento das despesas), pelo período de até 12 meses a partir do *closing* da Empresa na antiga formatação societária.

Principais Atividades

O Comitê realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente, dos representantes da auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, contabilidade, financeiro, investimentos e atuária. Além disso, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê de Transações entre Partes Relacionadas. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

No decorrer do exercício de 2022, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo os principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e os relatórios dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2022, da CNP Capitalização S.A.

Conclusões:

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;
- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
- Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;
- Avaliou como satisfatória a evolução do sistema de controles internos; e
- Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados-Susep, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa do Grupo.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023.

Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria

João Decio Ames

Rogério Vergara

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Capitalização S.A.
Brasília - DF

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da CNP Capitalização S.A.("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da CNP Capitalização S.A.é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da CNP Capitalização S.A.são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da CNP Capitalização S.A.em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023.
Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
04719-002
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I - CNP Capitalização S.A.- *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas	**31/12/2022**
Total de provisões técnicas auditadas	2.859.068
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2022**
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	62.902
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**62.902**
3. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2022**
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	233.082
Ajustes Econômicos do PLA	34.933
Exigência de Capital (CMR) (b)	62.902
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**170.179**
Ativos Garantidores (d)	3.088.595
Total a ser Coberto (e)	2.859.068
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**229.527**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da CNP Capitalização S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CNP Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CNP Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para resgates	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.7 e 13, a CNP Capitalização possui provisão para resgates que são mensuradas conforme metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos as provisões para resgates como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos perante as demonstrações financeiras.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: i) Entendimento do processo de mensuração das provisões para resgates, compreendendo: (i) parametrização do cálculo da provisão no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto; (ii) processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; e (iii) precisão dos dados dos títulos de capitalização que foram utilizados no cálculo da provisão para resgates oriundos do sistema de administração de títulos; ii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores pagos de resgates, bem como dos valores arrecadados com os respectivos comprovantes de liquidação financeira; iii) envolvimento de especialistas atuariais para o recálculo da provisão para resgates, conforme as condições gerais do produto, bem como da respectiva incidência de juros e atualização monetária; iv) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras . • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

CNP Consórcio

CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS ("Companhia"), anteriormente denominada CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
A Companhia obteve no exercício de 2022 um lucro líquido de R$ 49,3 milhões, representando uma redução na ordem de 58,6%, quando comparado ao resultado alcançado no ano de 2021. O resultado foi fortemente impactado pela interrupção da comercialização dos seus produtos na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal. Com esse resultado, a taxa de rentabilidade sobre o seu patrimônio líquido médio foi de 18,7%.
Ao longo do ano de 2022, a Companhia acumulou uma receita de prestação de serviços de R$ 345,7 milhões, representando uma redução de 31% em relação aos R$ 500,8 milhões auferidos em 2021.
O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2022 atingiu R$ 241,4 milhões, o que representa uma redução de 15,9% em relação ao valor de R$ 286,9 milhões alcançado em 2021.
Os investimentos em instrumentos financeiros atingiram o valor de R$ 257,9 milhões em 2022, ficando 40,7% inferior ao exercício de 2021, que foi de R$ 435,2 milhões.
A Companhia encerrou o exercício de 2022 com 8.674 bens entregues.
Distribuição de Dividendos
A Companhia tem como prática a distribuição de seus resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.
Reestruturação Societária
A CNP Assurances finalizou em novembro a aquisição das ações da Caixa Seguridade na Companhia, passando a deter 100% das ações da empresa. A transação realizada por um valor aproximado de R$ 408,6 milhões - já descontados dos dividendos distribuídos pela Companhia - faz parte das aquisições anunciadas em 14 de setembro de 2022, nas quais a CNP Assurances acertou a compra da participação da Caixa Seguridade em cinco empresas: Holding Saúde, Previsul, Odonto Empresa, CNP Cap e CNP Consórcios.
Considerações Finais e Agradecimentos
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e conselheiros. Agradece também o apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) à regulação do setor, ao profissionalismo dos parceiros que distribuem os produtos da empresa e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.
Por fim, a empresa reconhece os colaboradores que trabalharam com dedicação exclusiva para a finalização desse importante negócio para a reestruturação societária do Grupo no Brasil. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023
A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		**138.292**	**361.828**
Disponibilidade		**599**	**304**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	**5**	**91.711**	**350.454**
Carteira Própria		92.109	350.878
Provisões para Desvalorizações		(398)	(424)
Outros créditos	**6**	**35.714**	**10.910**
Rendas a Receber	6.1	30.114	–
Diversos	6.2	24.548	10.910
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	6.3	(18.948)	–
Outros valores e bens		**10.268**	**160**
Outros Valores e Bens		82	160
Despesas Antecipadas	7	10.186	–
Ativo realizável a longo prazo		**356.802**	**153.263**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	**5**	**166.178**	**84.761**
Carteira Própria		166.178	84.761
Outros créditos		**106.110**	**68.502**
Diversos	6.2	106.110	68.502
Outros valores e bens		**84.514**	**–**
Despesas Antecipadas	7	84.514	–
Permanente		**2.989**	**3.558**
Imobilizado de uso		**155**	**158**
Outras Imobilizações de Uso		379	319
Depreciações Acumuladas		(224)	(161)
Intangível		**2.834**	**3.400**
Ativos Intangíveis		8.654	8.615
Amortização Acumulada		(5.820)	(5.215)
TOTAL DO ATIVO		**498.083**	**518.649**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		**155.135**	**225.495**
Outras obrigações	**8**	**155.135**	**225.495**
Sociais e Estatutárias	8.1	13.786	30.499
Fiscais e Previdenciárias	8.2	8.841	12.486
Diversas	8.3	132.508	182.510
Passivo exigível a longo prazo		**101.521**	**6.213**
Outras obrigações		**101.521**	**6.213**
Diversas	8.3	101.521	6.213
Patrimônio líquido	**9**	**241.427**	**286.941**
Capital		105.000	105.000
Reservas de Lucros	9.2	140.256	187.908
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(3.829)	(5.967)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**498.083**	**518.649**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira	**12**	**20.270**	**39.967**	**24.302**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		20.270	39.967	24.302
Resultado bruto da intermediação financeira		**20.270**	**39.967**	**24.302**
Outras receitas/despesas operacionais		**(47.823)**	**35.088**	**158.407**
Receitas de prestação de serviços	13	158.079	345.672	500.842
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	(5.713)	(18.948)	–
Despesas de pessoal	14	(14.676)	(28.476)	(30.012)
Outras despesas administrativas	15	(112.849)	(183.290)	(299.483)
Despesas tributárias	16	(24.282)	(51.817)	(69.938)
Outras receitas operacionais	17	44.801	86.351	97.764
Outras despesas operacionais	17	(93.183)	(114.404)	(40.766)
Resultado operacional		**(27.553)**	**75.055**	**182.709**
Resultado não operacional		852	1.948	354
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**(26.701)**	**77.003**	**183.063**
Imposto de renda e contribuição social	19	9.584	(25.660)	(61.335)
Provisão para imposto de renda	19	7.058	(18.889)	(45.068)
Provisão para contribuição social	19	2.526	(6.771)	(16.267)
Participações estatutárias no lucro	18	(1.434)	(2.043)	(2.507)
Prejuízo/lucro líquido do período		**(18.551)**	**49.300**	**119.221**
Quantidade de ações		**7.711.637**	**7.711.637**	**7.711.637**
Prejuízo/lucro por ação em R$		**(2,41)**	**6,39**	**15,46**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ganhos/Perdas não Realizados com T.V.M.	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**100.000**	**–**	**18.768**	**146.234**	**2.962**	**–**	**267.964**
Aumento de capital AGOE em 30.03.2021	–	5.000	(5.000)	–	–	–	–
Dividendos complementares AGOE de 29.04.2021	–	–	–	(63.000)	–	–	**(63.000)**
Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/DEORF/GTCUR	5.000	(5.000)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	119.221	**119.221**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(8.929)	–	**(8.929)**
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal - (Nota 9.2.i)	–	–	5.961	–	–	(5.961)	–
Dividendos propostos (R$ 3.671,74 por lote de mil ações) - (Nota 9.3)	–	–	–	–	–	(28.315)	**(28.315)**
Reserva de retenção de lucros - (Nota 9.2.ii)	–	–	–	84.945	–	(84.945)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**105.000**	**–**	**19.729**	**168.179**	**(5.967)**	**–**	**286.941**
Dividendos complementares AGOE de 30.03.2022	–	–	–	(84.945)	–	–	**(84.945)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	49.300	**49.300**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	2.138	–	**2.138**
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal - (Nota 9.2.i)	–	–	1.270	–	–	(1.270)	–
Dividendos propostos (R$ 1.557,02 por lote de mil ações) - (Nota 9.3)	–	–	–	–	–	(12.007)	**(12.007)**
Reserva de retenção de lucros - (Nota 9.2.ii)	–	–	–	36.023	–	(36.023)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**105.000**	**–**	**20.999**	**119.257**	**(3.829)**	**–**	**241.427**
SALDOS EM 30 JUNHO DE 2022	**105.000**	**–**	**20.999**	**133.170**	**(6.424)**	**–**	**252.745**
Prejuízo do período	–	–	–	–	–	(18.551)	**(18.551)**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	2.595	–	**2.595**
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Dividendos propostos (R$ -601,39 por lote de mil ações)	–	–	–	–	–	4.638	**4.638**
Reserva de retenção de lucros - (Nota 9.2.ii)	–	–	–	(13.913)	–	13.913	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**105.000**	**–**	**20.999**	**119.257**	**(3.829)**	**–**	**241.427**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo/lucro líquido do período	**(18.551)**	**49.300**	**119.221**
Outros resultados abrangentes	**2.595**	**2.138**	**(8.929)**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**2.595**	**2.138**	**(8.929)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	3.931	3.239	(13.772)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(1.336)	(1.101)	4.843
Total dos resultados abrangentes para o período	**(15.956)**	**51.438**	**110.292**
Quantidade de ações	**7.711.637**	**7.711.637**	**7.711.637**
Prejuízo/lucro por ação em R$	**(2,07)**	**6,67**	**14,30**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo/lucro líquido do período	**(18.551)**	**49.300**	**119.221**
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	286	669	1.239
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(18.948)	(18.948)	–
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	–	–	66
Rendas antecipadas	55.726	114.313	–
Custos de Aquisição Diferidos	(32.350)	(94.701)	–
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	(11.787)	181.837	(16.063)
Créditos fiscais e previdenciários	(16.939)	(22.379)	(4.223)
Ativo fiscal diferido	(30.195)	(28.464)	(684)
Depósitos judiciais e fiscais	(245)	(917)	(1.269)
Despesas antecipadas	–	–	526
Outros Ativos	18.144	3.205	(1.348)
Impostos e contribuições	25.384	53.135	57.048
Outras contas a pagar	59.992	61.016	(10.544)
Depósitos de terceiros	(1.125)	(568)	2.160
Provisões para contingências	(544)	(571)	1.169
Outros passivos	(4.689)	(131.662)	(8.643)
Caixa gerado pelas operações	**24.159**	**165.265**	**138.655**
Juros pagos	–	(1)	(5)
Juros recebidos	(2.086)	–	3.065
Recebimento de Dividendos	5.170	5.170	–
Imposto sobre o lucro pagos	(26.846)	(56.780)	(57.462)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**397**	**113.654**	**84.253**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Pagamento pela Compra:	**(27)**	**(98)**	**(603)**
Imobilizado	(27)	(60)	–
Intangível	–	(38)	(603)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(27)**	**(98)**	**(603)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Distribuição de Dividendos	–	(113.261)	(84.293)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**–**	**(113.261)**	**(84.293)**
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**370**	**295**	**(643)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**229**	**304**	**947**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**599**	**599**	**304**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Circulante		**5.447.864**	**5.122.460**
Disponibilidades		**352**	**666**
Depósitos bancários		352	666
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**19**	**2.335.245**	**2.206.851**
Disponibilidade do grupo	19	186.896	185.087
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC	19	2.148.114	2.021.764
Recursos de Grupos em Formação	19	235	–
Outros créditos		**3.112.267**	**2.914.943**
Direitos junto a consorciados contemplados - normais		3.056.464	2.863.759
Direitos junto a consorciados contemplados - em atraso		55.803	51.184
Compensação		**19.828.634**	**22.414.365**
Previsão mensal receitas a receber de consorciados		125.871	136.726
Contribuições devidas ao grupo		10.536.736	11.798.092
Valor dos bens ou serviços a contemplar		9.166.027	10.479.547
TOTAL GERAL DO ATIVO		**25.276.498**	**27.536.825**
Circulante		**5.447.864**	**5.122.460**
Obrigações com consorciados		2.073.355	1.988.665
Valores a repassar		60.713	56.941
Obrigações por contemplações a entregar		2.148.114	2.021.764
Recursos a devolver a consorciados		821.977	715.055
Recursos do grupo		343.705	340.035
Compensação		**19.828.634**	**22.414.365**
Recursos mensais a receber de consorciados		125.871	136.726
Obrigações do grupo por contribuições		10.536.736	11.798.092
Bens ou serviços a contemplar		9.166.027	10.479.547
TOTAL GERAL DO PASSIVO		**25.276.498**	**27.536.825**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades no início do período	**2.405.680**	**2.207.517**	**2.095.831**
Depósitos bancários	3.259	666	940
Aplicações financeiras - grupos	169.628	185.087	188.751
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	2.232.793	2.021.764	1.906.140
(+) Recursos coletados	**1.562.447**	**3.149.076**	**3.183.136**
Contribuições para aquisição de bem	1.157.793	2.350.063	2.445.561
Taxa de administração	209.634	436.365	510.320
Contribuições ao fundo de reserva	49.604	100.940	105.032
Rendimento de aplicações financeiras	122.502	216.896	73.875
Multas e juros moratórios	6.497	12.527	10.990
Prêmios de seguros	10.311	21.495	25.008
Custas judiciais	–	–	160
Outros	6.106	10.790	12.190
(-) Recursos utilizados	**1.632.530**	**3.020.996**	**3.071.450**
Aquisição de bens	1.176.415	2.171.447	2.154.879
Taxa de administração	210.629	438.241	510.356
Multas e juros moratórios	3.184	6.179	5.402
Prêmios de seguros	10.557	21.886	25.419
Custas judiciais	–	–	162
Devolução a consorciados desligados	65.291	124.907	143.929
Outros	166.454	258.336	231.303
Disponibilidades no final do período	**2.335.597**	**2.335.597**	**2.207.517**
Depósitos bancários	352	352	666
Aplicações financeiras - grupos	187.131	187.131	185.087
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	2.148.114	2.148.114	2.021.764

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios, (Anteriormente denominada Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios), doravante referida também como "Companhia", iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, é controlada pela CNP Assurances. A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis e serviços, conforme definido na legislação em vigor.

A partir de 23/08/2021 a Companhia deixou de comercializar os produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA.

A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continua comercializando os produtos nos mais de 344 parceiros comerciais que atuam em parceria com a Companhia.

1.1. Cisão

1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária

No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora da Companhia, firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.

1.1.2. Restruturações internas

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade S.A., mencionado na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.

No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A, que até então era a controladora direta da Companhia, transferindo o investimento para os acionistas, conforme proporção a seguir:

- CNP Assurances - 50,75%
- CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
- Caixa Seguridade S.A. - 48,25%

Em 14 de novembro de 2022, a CNP Assurances, através da sua subsidiária CNP Assurances Participações Ltda., efetuou a aquisição integral das ações da Caixa Seguridade, sendo que a partir dessa data, a CNP Assurances diretamente ou através de suas subsidiárias, possui a totalidade das ações da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas estão descritas na nota 3.10.

Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023.

3. Principais práticas contábeis da Administradora

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2. Disponibilidades

A Companhia considera como caixa e bancos e os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

3.3. Ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.4. Títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros

O registro e a avaliação da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração, sendo a carteira própria alocada em títulos para negociação (valor justo por meio do resultado) e disponíveis para venda.

- Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado): os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

- Títulos disponíveis para venda: nessa categoria os títulos são ajustados ao valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações são levadas aos resultados, quando das realizações dos respectivos títulos.

3.5. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas (*impairment*), quando aplicável a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas informatizados e são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica, a serem amortizados a partir da data de sua utilização.

3.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

3.7. Apuração do resultado

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas sejam reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

Com relação à taxa de administração que no primeiro semestre de 2021 era reconhecida pelo regime de caixa, em 2022 foram apuradas pelo regime de competência em atendimento à Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, com entrada em vigor em janeiro/2022 (Nota 3.10). Dessa forma, são registrados como receita do período as parcelas mensais de cotas contempladas e de não contempladas recebidas ou não, e os recebimentos antecipados em que tenha cessado a obrigação de desempenho do contrato. Já em relação aos recebimentos antecipados (lances ou antecipações de cotas) em que não houve a quitação do contrato, são registrados como receita antecipada e apropriados pelo prazo remanescente da obrigação de desempenho perante o consorciado. Vide maiores detalhes na nota explicativa 3.10.

As despesas de comissão sobre venda de cotas de consórcio, anteriormente reconhecidas no momento da inclusão dos consorciados nos grupos, conforme determinava a Carta Circular 2.598/1995, passaram a ser diferidas pelo prazo da obrigação de desempenho a partir de janeiro de 2022, com a publicação da Instrução Normativa BCB n° 187, que revogou a referida Carta Circular. Vide maiores detalhes na nota explicativa 3.10.

As despesas de formalização de garantia e custo de contemplação são reconhecidas por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

3.8. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.9. Alteração nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações financeiras individuais equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.12.2021, exceto nos casos indicados no item "3.10".

3.10. Normas recentemente adotadas

As normas descritas a seguir foram adotadas a partir de 01 de janeiro de 2022:

Resolução BCB nº 66 - Emitida pelo Banco Central do Brasil em 26 de janeiro de 2021, a norma consolida os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das administradoras de Consórcio e das instituições de pagamento e sobre os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no registro contábil de aumento e de redução do capital social.

A CNP Consórcios avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos significativos.

Resolução BCB nº 120 - Em 27 de julho de 2021, foi emitida pelo Banco Central do Brasil a norma que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de Consórcios e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida resolução revogou o § 2º do art. 8º da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de janeiro de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no exercício de 2021, as

continua →★

CNP Consórcio

CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no exercício de 2022 pelo regime de competência, considerando a aplicação prospectiva da referida norma como preconiza o artigo 23 da Resolução BCB nº 120/2021.

O processo de reconhecimento da receita inicia-se com a identificação do contrato, onde a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

i. quando as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

ii. quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;

iii. quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;

iv. quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e

v. quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência e refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado.

Com a adoção do CPC 47, foram realizadas as seguintes contabilizações no exercício:

	31/12/2022
Outros créditos	
Taxa de administração a receber líquido de PDD	11.166
Outras obrigações	
Rendas antecipadas *(i)*	114.314
Outras receitas/despesas operacionais	**(103.148)**
Receitas com taxas de administração emitidas	30.114
Rendas antecipadas *(i)*	(114.314)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.948)

(i) Valores a serem reconhecidos como receita de prestação de serviço quando satisfeitas as obrigações de desempenho.

Com a revogação da Carta Circular nº 2.598, de 27 de novembro de 1995, que vetava o diferimento dos valores relativos as comissões sobre vendas das cotas de consórcios, a Companhia passou a fazer o diferimento desses valores, buscando seguir o regime de competência, da mesma forma das receitas. Foram realizadas as seguintes contabilizações no exercício:

	31/12/2022
Outros valores e bens	
Despesas antecipadas (i)	94.701
Outras receitas/despesas operacionais	
Outras despesas administrativas	(94.701)

(i) Informações adicionais podem ser encontradas nas notas 3.7 e 7.

Resolução BCB nº 156 - Emitida em 19 de outubro de 2021, a norma dispõe sobre os critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio.

A CNP Consórcios avaliou a norma e registrou nas adequadas contas de compensação os valores relativos aos grupos encerrados, conforme nota 19.3.

3.11. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Resolução BCB nº 178 - Emitida em 19 de janeiro de 2022, a norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

A Resolução BCB nº 178/2022 entrará em vigor em 01.01.2025.

A Companhia iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução BCB nº 219 - Emitida em 30 de março 2022, a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o

reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

Entrará em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

Os itens normativos vigentes a partir de 01.05.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24);
- determinou a elaboração de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 67), até 31.12.2022, devendo esse plano ser divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício/2022. As informações resumidas do plano, constam da Nota 22;
- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil COSIF, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 (art. 68).

A Companhia não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes dos itens normativos vigentes a partir de 01.05.2022, e iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício/2024, conforme requerido pelo art. 69 dessa Resolução.

3.12. Gerenciamento de riscos

O Gerenciamento de Riscos segue a política de riscos adotada na estrutura do Grupo CNP Seguros. Neste contexto, os riscos que foram mapeados e aplicáveis à operação de Consórcios são: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional. Contudo não observamos exposição significativa da Companhia.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

3.13. Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 21.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:

i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras;

ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros;
- Nota 7.d - Depósitos judiciais e provisões passivas.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2022		31/12/2021					31/12/2022
Valor justo por meio do resultado	**Valor de Mercado**	**Valor do Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Valor do Custo Atualizado**	**Sem Vencimento**	**Até 01 ano**	**Entre 01 e 05 anos**	**Percentual**
Ações	–	–	5.177	5.138	–	–	–	0,00%
Fundos de investimento	79.614	79.614	301.556	301.556	79.614	–	–	30,87%
Letras financeiras do tesouro	1.058	1.057	1.086	1.087	–	593	465	0,41%
Operações compromissadas	307	307	602	602	–	307	–	0,12%
Outros valores	(58)	(59)	103	103	(58)	–	–	-0,02%
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	176.968	182.770	126.691	135.731	–	10.790	166.178	68,62%
Total	**257.889**	**263.689**	**435.215**	**444.217**	**79.556**	**11.690**	**167.643**	**68,62%**

O saldo do balanço é representado pelo valor de mercado.

5.1. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Valor justo por meio do resultado						
Ações	–	–	–	5.177	–	5.177
Fundos de investimento	79.614	–	79.614	301.556	–	301.556
Letras financeiras do tesouro	1.059	–	1.059	1.086	–	1.086
Operações compromissadas	–	307	307	–	602	602
Outros valores	(59)	–	(59)	103	–	103
Total	**80.614**	**307**	**80.921**	**307.922**	**602**	**308.524**
Disponíveis para a venda						
Letras do tesouro nacional	176.968	–	176.968	126.691	–	126.691
Total	**176.968**	**–**	**176.968**	**126.691**	**–**	**126.691**

6. Outros créditos - Administradora

6.1 Rendas a Receber

Os valores registrados em rendas a receber são integralmente compostos pelas taxas de administração registradas conforme determinação da norma BCB nº 120/2021.

			31/12/2022
	Taxa de administração a receber	**Provisão para risco de crédito**	**Taxa de administração a receber líquida**
De 1 a 30 dias	8.612	(3.102)	5.510
De 31 a 60 dias	6.438	(3.254)	3.184
De 61 a 120 dias	8.651	(6.922)	1.729
De 121 a 180 dias	3.789	(3.664)	124
De 181 a 365 dias	2.625	(2.006)	619
Total	**30.114**	**(18.948)**	**11.166**

6.2 Créditos diversos

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários curto prazo (nota 6.2.1)	20.526	6.372
Adiantamentos e antecipações salariais	138	115
Títulos e créditos a receber s/característica de concessão crédito	2.048	3.620
Outros títulos a receber	1.836	803
Total circulante	**24.548**	**10.910**
Créditos tributários longo prazo (nota 6.2.1)	100.384	63.695
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (nota 7.4)	5.726	4.807
Total não circulante	**106.110**	**68.502**

6.2.1 Créditos Tributários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

a. Composição

							31/12/2022
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos		
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Longo Prazo**	**Total**
Antecipações	3.764	–	7.011	–	–	–	10.775
A compensar *(i)*	–	1.173	9.660	59.996	91	1.239	72.159
Adições temporárias	–	7.050	–	19.482	–	9.472	36.004
Tributos diferidos - TVM	–	522	–	1.450	–	–	1.972
Total dos créditos tributários	**3.764**	**8.745**	**16.671**	**80.928**	**91**	**10.711**	**120.910**

							31/12/2021
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos		
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Longo Prazo**	**Total**
A compensar *(i)*	1	2.163	6.303	50.855	68	1.164	60.554
Adições temporárias	–	1.704	–	4.735	–	–	6.439
Tributos diferidos - TVM	–	814	–	2.260	–	–	3.074
Total dos créditos tributários	**1**	**4.681**	**6.303**	**57.850**	**68**	**1.164**	**70.067**

(i) Referem-se a tributos retidos pendentes de compensação e ou homologação de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

b. Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários

	Diferenças Temporárias		Tributos diferidos IRPJ/CSLL		Total	
Ano de Realização	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
2023	19.867	55,2%	33	1,7%	19.900	52,4%
2024	4.213	11,7%	1.939	98,3%	6.152	16,2%
2025	5.065	14,1%	–	0,0%	5.065	13,3%
2026	2.736	7,6%	–	0,0%	2.736	7,2%
2027	932	2,6%	–	0,0%	932	2,5%
A partir 2028	3.191	8,9%	–	0,0%	3.191	8,4%
Total	**36.004**	**100,0%**	**1.972**	**100,0%**	**37.976**	**100%**

c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	31/12/2022				31/12/2021	
	Contribuição Social	**Imposto de Renda**	**Outros**	**Total**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Saldo inicial de Créditos Tributários	**2.518**	**6.995**	**–**	**9.513**	**2.337**	**6.492**
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias						
Contingências cíveis	(83)	(230)	–	(313)	–	1
Contingências trabalhistas	31	86	–	117	105	292
Provisão para risco de crédito	(2)	(106)	–	(108)	(46)	(127)
Provisão para participações nos lucros	(36)	(101)	–	(137)	8	21
Outras provisões	5.528	15.354	–	20.882	(700)	(1.944)
Diferimento CPC 47 *(i)*	(92)	(256)	9.472	9.124	–	–
Tributos diferidos - TVM	(292)	(810)	–	(1.102)	814	2.260
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**7.572**	**20.932**	**9.472**	**28.504**	**2.518**	**6.995**
Efeito no resultado das constituições e realizações	(5.345)	(14.748)	–	(20.093)	633	1.757

(i) O valor da coluna outros é referente ao diferimento de ISS/PIS/COFINS, incidente sobre rendas antecipadas, conforme BCB nº120.

7. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são representadas integralmente pelas despesas de comissão sobre venda de cotas de consórcio e que serão apropriadas ao resultado conforme regra definida na nota 3.7. O prazo médio de diferimento é de 138 meses.

a. Composição

	31/12/2022
Comissões	94.701
Total	**94.701**

b. Movimentação

	31/12/2022
Saldo inicial	–
Constituições	170.290
Amortizações/Cancelamentos	(75.589)
Saldo final	**94.701**

8. Outras obrigações - Administradora

8.1. Obrigações sociais e estatutárias

Os valores que compõem as obrigações sociais e estatutárias são representados substancialmente por dividendos provisionados a pagar e podem ser assim apresentados:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar	12.007	28.315
Gratificações e participações	1.779	2.184
Total	**13.786**	**30.499**

8.2. Obrigações fiscais e previdenciárias

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos retidos	2.100	2.485
Impostos e contribuições sobre o lucro	6.741	10.001
Total	**8.841**	**12.486**

8.3. Diversas

Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

Diversas	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	1.103	1.348
Recursos não procurados de grupos encerrados *(i)*	13	130.396
Outros valores a pagar	669	306
Despesas de pessoal	1.253	1.297
Comissões a pagar	25.153	26.874
Incentivos e manutenção de vendas	2.488	2.488
Serviços de terceiros operacional	44.289	3.261
Honorários	5.886	6.468
Ressarcimento de custos a pagar- Caixa Seguradora S.A.	4.198	5.216
Ressarcimento de custos a pagar- Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	30	14
Rendas antecipadas *(ii)*	18.434	–
Outras obrigações	28.992	4.842
Total circulante	**132.508**	**182.510**
Contingências cíveis	3.503	4.423
Contingências trabalhistas	2.138	1.790
Rendas antecipadas *(ii)*	95.880	–
Total não circulante	**101.521**	**6.213**

(i) Variação decorrente da aplicação da Resolução BCB nº 156, conforme nota 19.3;

(ii) Valores a serem reconhecidos como receita de prestação de serviço quando satisfeitas as obrigações de desempenho.

8.4. Depósitos judiciais e provisões passivas

Demonstramos a seguir composição dos depósitos judiciais e provisões constituídas na Companhia:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Natureza cível	4.299	4.146	3.504	4.423
Natureza trabalhista	1.427	661	2.138	1.790
Totais	**5.726**	**4.807**	**5.641**	**6.213**

Os depósitos judiciais cíveis correspondem substancialmente a valores oriundos de demandas judiciais envolvendo as devoluções de valores e parcelas pagas pelos consorciados, cujos grupos não tenham sido encerrados.

Os critérios levados em consideração pelos assessores jurídicos para quantificar as provisões para contingências são: a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. Mediante esta avaliação, a constituição de provisão ocorre para as causas judiciais classificadas com probabilidade de perda provável.

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

A Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

Mandado de Segurança -Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a aplicação da modulação do STF na ação da empresa. O valor em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 era de R$ 5.086.

Demonstramos a seguir a segregação em função da probabilidade de perda:

				31/12/2022
	Remota	**Possível**	**Provável**	**Total**
Natureza cível	3.314	3.520	3.504	10.338
Natureza trabalhista	4.392	18.458	2.138	24.987
	7.706	**21.978**	**5.641**	**35.326**

				31/12/2021
	Remota	**Possível**	**Provável**	**Total**
Natureza cível	2.258	3.616	4.423	10.297
Natureza trabalhista	9	8.215	1.790	10.014
	2.268	**11.830**	**6.213**	**20.311**

8.5. Movimentação das ações judiciais e provisões passivas

	Saldo 31/12/2021	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2022
Natureza cível	4.423	1.241	(2.184)	(156)	181	3.504
Natureza trabalhista	1.790	109	–	–	238	2.138
	6.213	**1.350**	**(2.184)**	**(156)**	**419**	**5.641**

9. Patrimônio líquido - Administradora

9.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 105.000 (31 de dezembro de 2021 - R$ 105.000), e em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está dividido em 7.711.637 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

9.2. Reservas de lucros

i. A Reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada semestre até atingir 20% do capital. Neste exercício não foram constituídos os 5% uma vez que o valor seria superior aos 20% do PL, desta forma o saldo em 31/12/2022. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 21.000 (31 de dezembro de 2021 - R$ 19.729);

ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do semestre após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 119.256 (31 de dezembro de 2021 - R$ 168.179).

9.3. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 25% sobre o lucro líquido do semestre/exercício, após a destinação da reserva legal. Os dividendos provisionados foram calculados como segue:

	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo/Lucro líquido do período	(18.551)	49.300	119.221
(–) Reserva Legal	–	(1.270)	(5.961)
Base de cálculo de dividendos	**(18.551)**	**48.030**	**113.260**
Dividendo mínimo – 25%	(4.638)	12.007	28.315
Total provisionado de dividendos propostos	**(4.638)**	**12.007**	**28.315**

10. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Assurances (Controladora direta), suas acionistas: CNP Assurances Participações Ltda. e CNP Assurances Latam Holding Ltda, empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com as empresas de controle comum da sua Controladora e compartilha com elas certos componentes da estrutura dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Caixa Seguradora S.A. *(i) (v)*	–	(4.198)	–	(5.133)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(v)*	–	(2)	478	(7.803)
Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A. *(vii)*	–	(30)	–	(14)
CNP Seguros Holding Brasil S.A. *(viii)*	–	–	–	(28.398)
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v) (ix)*	–	–	–	(5)
XS5 Administradora de Consórcios S.A. *(i)*	1.294	–	256	–
Caixa Econômica Federal *(ii)*	116	–	131	(31)
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda. *(iv)*	–	(202)	–	(26)
Jadlog Logística S.A.	–	(2)	–	–

	31/12/2022		31/12/2021	
	Receita	**Despesa**	**Receita**	**Despesa**
Caixa Seguradora S.A. *(i) (v)*	–	(31.890)	8	(36.045)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(v)*	–	(6)	6.616	(94.717)
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. *(vii)*	–	(171)	–	(151)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. *(vi)*	–	(66)	–	(81)
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v) (ix)*	–	(1.241)	18	(17.413)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(v)*	–	(9)	–	(175)
XS5 Administradora de Consórcios S.A. (i)	–	–	420	–
Caixa Econômica Federal *(ii)*	–	(2)	75	(14.628)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	–	–	(4.118)
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda. *(iv)*	–	(14.066)	–	(13.941)
Finanseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda. *(iii)*	–	–	–	(42.008)
Jadlog Logística S.A. *(iv)*	–	(68)	–	(69)
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	(1.248)	–	(1.469)

(i) Compreendem as movimentações relativas ao apoio administrativo e ou operacional ocorrido entre empresas ligadas;

(ii) Despesas comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos e disponibilidade financeira;

(iii) Despesas referentes ao comissionamento, incentivos às vendas;

(iv) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;

(v) Operações de seguros;

(vi) Plano odontológico oferecido aos funcionários;

(vii) Rateio de despesa de aluguel;

(viii) Dividendos;

(ix) Contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários.

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

continua →★

CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de previdência patrocinado - Administradora

A Companhia é copatrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável. Foram efetuadas contribuições no *Previnvest* no montante de R$ 1.241 (31 de dezembro de 2021 - R$ 977).

12. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receita com títulos de renda fixa	8.102	13.316	10.931
Receita com fundos de investimento	12.168	26.651	13.371
	20.270	**39.967**	**24.302**

13. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração de consorciados, sendo que para o ano de 2022, os valores foram reconhecidos conforme Resolução BCB nº 120/2021, enquanto para o ano de 2021 o reconhecimento era feito pelo regime de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa Administração de Consórcios	345.672	500.842
Total	**345.672**	**500.842**

Para as taxas de administração vencidas há mais de 90 dias a Companhia efetua o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
O valor registrado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 18.948.

14. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida como segue:

Despesas de Pessoal	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Honorários	(127)	(329)	(534)
Benefícios	(1.895)	(3.634)	(3.745)
Encargos sociais	(1.021)	(2.108)	(2.118)
Proventos	(3.560)	(7.097)	(7.716)
Despesas compartilhadas	(7.979)	(15.175)	(14.791)
Outras despesas de pessoal	(94)	(133)	(1.108)
	(14.676)	**(28.476)**	**(30.012)**

15. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

Outras despesas administrativas	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(20.700)	(23.491)	(4.087)
Localização e funcionamento	(476)	(1.650)	(3.717)
Publicidade e propaganda	(1.838)	(3.507)	(4.968)
Eventos administrativos	(3)	(4)	(2)
Serviços do sistema financeiro	(35)	(71)	(52)
Publicações legais	(44)	(123)	(68)
Ressarcimentos de recursos não procurados	(6.337)	(12.247)	(5.068)
Despesas compartilhadas	(9.423)	(16.251)	(17.967)
Comissões	(73.246)	(124.560)	(255.498)
Arrendamento de balcão *(i)*	(1)	(1)	(8.042)
Outras despesas administrativas	(746)	(1.385)	(14)
	(112.849)	**(183.290)**	**(299.483)**

(i) Redução em 2022 em função do diferimento das despesas de comercialização, vide nota 3.10.

16. Despesas tributárias - Administradora

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

Despesas tributárias	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
ISS	(4.618)	(9.819)	(13.405)
PIS e COFINS	(19.646)	(41.763)	(56.399)
Despesas compartilhadas	(3)	(22)	(68)
Outras despesas tributárias	(15)	(212)	(66)
	(24.282)	**(51.817)**	**(69.938)**

17. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

Outras despesas operacionais	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receita com multas e juros	6.400	11.553	8.900
Taxa de permanência	28.376	56.285	67.352
Honorários e custas processuais	(2.850)	(5.436)	(5.503)
Outras rendas operacionais	10.025	18.513	21.512
Formalização e custo de contemplação	(491)	(1.031)	(2.035)
Propaganda e correspondência	(1.058)	(1.679)	6.050
Despesas acessórias com vendas	(315)	(331)	(711)
Serviço de recuperação de crédito	(1.072)	(1.891)	(1.304)
Mídia produto	2	(18)	(3.678)
Central de relacionamento	(815)	(1.569)	(1.817)
Serviços de terceiros	(8.087)	(15.975)	(14.031)
Indenizações judiciais	(2.529)	(4.730)	(2.846)
Pagamento obrigatório ao estipulante	(73.703)	(77.406)	(8.056)
Outras despesas operacionais	(2.265)	(4.338)	(6.835)
	(48.382)	**(28.053)**	**56.998**

18. Participações estatutárias no lucro

A composição das participações estatutárias no lucro pode ser resumida como segue:

Participações estatutárias no lucro	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com participação no lucro	(993)	(1.601)	(2.507)
Despesas compartilhadas	(442)	(442)	–
	(1.435)	**(2.043)**	**(2.507)**

19. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	74.960	74.960	180.556	180.556
Base de cálculo	**74.960**	**74.960**	**180.556**	**180.556**
Taxa nominal do tributo	9%	25%	9%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**(6.746)**	**(18.740)**	**(16.250)**	**(45.139)**
Ajustes do lucro real	59.667	59.938	(6.840)	(6.802)
Ajustes temporários diferidos	(59.390)	(58.992)	7.029	7.029
Total dos ajustes a base de cálculo	**277**	**946**	**189**	**227**
Tributos sobre os ajustes	**(25)**	**(236)**	**(17)**	**(57)**
Incentivos fiscais		87		128
Despesa contabilizada	**(6.771)**	**(18.889)**	**(16.267)**	**(45.068)**
Taxa efetiva	**9,03%**	**25,20%**	**9,01%**	**24,96%**

20. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

20.1. Ativo circulante

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

ii. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

20.2. Passivo circulante

i. Obrigações com consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

ii. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.

iii. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

iv. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

v. Recursos do grupo

Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

20.3. Compensação

i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

iv. Recursos não procurados dos grupos de Consórcios encerrados

A Lei nº 11.795, de 08.10.2008, determina que os recursos não procurados, independentes de sua origem, devem ter tratamento contábil específico, de maneira independente dos registros contábeis da administradora de consórcio. O Bacen regulamentou o assunto através da Resolução nº 156/2021 que entrou em vigor em 01.01.2022.

A Resolução estabelece que, na escrituração dos grupos de consórcio encerrados, as administradoras de consórcio devem registrar os recursos nas adequadas contas de compensação, com a exceção dos recursos não procurados constituídos antes da vigência da Lei nº 11.795/2008, os quais devem permanecer registrados no ativo e no passivo da administradora.

	31/12/2022
Compensação	
Valores Aplicados pela administradora - Recursos de grupos Encerrados - FI e FICFI - Recursos não procurados	154.470
Total	**154.470**
Compensação	
Valores devidos aos consorciados - Grupos encerrados - Recursos não procurados	154.470
Total	**154.470**

20.4. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

ii. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

20.5. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

	Quantidades	
Operações de consórcios:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Grupos em andamento	131	157
Consorciados ativos	139.784	158.423
Consorciados desistente ou excluídos - total [1]	165.820	159.257
Consorciados desistente ou excluídos - no período	12.499	30.010
Consorciados contemplados	85.987	142.326
Bens pendentes de entrega	53.797	45.169
Bens entregues - total [2]	68.482	97.157
Bens entregues - no período	8.674	29.255
Taxa média de inadimplência dos contemplados [3]	10,28%	13,41%

[1] Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[2] Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[3] A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.

21. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas como segue:

	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Letras financeiras do tesouro	2.148.114	2.148.114	2.017.626
Quotas de fundos de investimento	187.131	187.131	189.225
Total	**2.335.245**	**2.335.245**	**2.206.851**

21.1. Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Nos exercícios de 2022 e 2021, a empresa avaliou que não houve resultados não recorrentes.

22. Resumo do plano de implementação previsto na Resolução BCB nº 219/2022

Em atendimento ao art. nº 67 da Resolução BCB 219/22, segue abaixo resumo do plano de implementação dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros - adoção do IFRS 9:

22.1. Etapas da implementação

1. Teste de SPPI;
2. Mensuração da perda esperada dos instrumentos financeiros (*Expected Credit Loss* - ECL);
3. Revisão e identificação de demais ativos e passivos financeiros;
4. Mensuração da ECL dos demais ativos financeiros;
5. Análise da aplicabilidade para contabilidade de grupos de consórcio; e
6. Adoção e divulgação da norma.

22.2. Cronograma

Os itens 1 e 2, das etapas de implementação, foram concluídos em 2022, os itens 3 a 5, serão implementados até 31 de dezembro de 2023 e o item 6 - adoção está prevista para 2025.

23. Provisões

As ações judiciais em que a companhia é ré, em sua maior parte envolvem pedido de devolução de valores pagos. Os valores pagos pelos consorciados ficam registrados nas rubricas: i) obrigações com consorciados; ou ii) recursos a devolver a consorciados até a contemplação ou o encerramento dos grupos, quando então são devolvidos aos consorciados.

Para as ações que envolvem pedido de indenização por danos morais é realizada provisão na Administradora para aquelas em que a probabilidade de perda for considerada provável. (Nota 8.4.).

24. Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios não está instalado, uma vez que o ato societário no qual o comitê foi constituído e seus membros eleitos está aguardando a aprovação do Banco Central, conforme protocolo nº 18600.115116/2022-62 (Processo Eletrônico nº 222098).

25. Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria Executiva

Rubens Bordinhão de Camargo Junior
Diretor

Contador

Ana Paula Rodrigues Coelho
CRC PE - 020428/O-0 T-DF

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras , nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras , a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras , independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade
Aristóteles

Ela trocou o concurso público pelo dindim e foi premiada

Segundo o Instituto Rede Mulher Empreendedora (IRME), quase metade das pequenas empresas no Brasil são liderados por elas. E, para a maioria das brasileiras, liderar o próprio negócio é a realização de um sonho e a chance de conquistar independência. A brasiliense Anne Caroline Lima Martins, 28 anos, é um exemplo. A proprietária da empresa de dindim Bom Te Ver Gourmet foi contemplada em primeiro lugar com o Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, na categoria MEI (Microempreendedor Individual) em 2022.

Arquivo Pessoal

Desafio da questão de gênero

"Aprendi que, por ser mulher, eu precisaria me esforçar muito para ser levada a sério. Por ser uma mulher homossexual, eu precisaria me esforçar dez vezes mais para mostrar que sou competente e especialista no que faço", conta a empresária.

Numa festa de noivado

Tudo começou em 2018, em Ceilândia. Por influência da família, Anne dedicava boa parte do seu tempo estudando para passar em concurso público. "Eu detestava", desabafa. Cansada da rotina de estudos, e após ter concluído a faculdade de tecnologia em gestão de recursos humanos — área na qual nunca trabalhou —, decidiu fazer seu próprio dinheiro. Foi durante a festa de noivado de uma amiga que surgiu a grande oportunidade.

Receitas

"Lá tinha dindins gourmets para os convidados. Peguei um, provei e gostei muito da ideia. Chegando em casa, corri para pesquisar receitas na internet, modo de preparo e até técnicas de vendas", explica.

Parceria do pai e da namorada

Anne acertou nas receitas e sua demanda só cresceu. O pai virou grande parceiro, ajudando nas entregas. Hoje, a Dindin Bom Te Ver Gourmet dispõe de quatro freezers espalhados em comércios de Brasília. E a empresária conta com a ajuda da namorada no desafio.

Meta

A meta é ver a marca presente em todas as cidades do DF. Para a realização desse sonho, ela vem recebendo o apoio do Sebrae-DF.

Bem-estar e felicidade da mulher empresária

A Câmara de Mulheres Empreendedoras da Fecomércio e o Sesc-DF promovem, amanhã, em homenagem ao Mês Internacional da Mulher, o seminário "Bem-estar e felicidade no trabalho da mulher empresária", com Henrique Bueno, um dos maiores especialistas em ciência da felicidade do país, mestre em psicologia positiva e CEO do Wholebeing Institute.

Espaços de poder

A ministra do Superior Tribunal Militar (STM) Maria Elizabeth Teixeira da Rocha será também palestrante. Foi convidada especialmente para falar sobre a participação das mulheres nos espaços de poder. O evento ainda contará com um Talk Show com Beatriz Guimarães, Janete Vaz e Cosete Ramos. O evento será das 14h às 19h, no Sesc da 504 Sul.

Fotos: Arquivo Pessoal

Mais acesso ao primeiro emprego

O deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) está focado em uma série de medidas para auxiliar o jovem no acesso ao primeiro emprego. Ele protocolou ontem Projeto de Resolução criando a Procuradoria Especial em Defesa dos Direitos da Juventude, na estrutura da Câmara Legislativa que, entre as competências, tratará da capacitação e oportunidades de trabalho.

Câmara Legislativa do DF/Divulgação

Vagas no gabinete

Em paralelo, o parlamentar abriu um processo seletivo para contratar dois profissionais, em busca do primeiro emprego, com idade entre 18 e 25 anos, para atuar na equipe do gabinete. O processo se estende até 24 de março. Os candidatos devem cursar ou ser recém-formado no ensino técnico ou superior.

Correio promove hoje a segunda edição do evento, um bate-papo em que autoridades e especialistas discutem temas relevantes para o Distrito Federal. A pauta é o processo de envelhecimento de Brasília

Patrimônio em debate

» MILA FERREIRA

O **Correio Braziliense** recebe hoje, a partir das 14 horas, no auditório do jornal, autoridades, especialistas e membros da sociedade civil para a segunda edição do "Entre os Eixos". O evento terá como tema central "Quem ama preserva" e colocará em pauta a preservação do patrimônio cultural de Brasília. A ideia do projeto é chamar a sociedade civil, instituições e autoridades da área para discutir amplamente o assunto. Com mediação dos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza, o debate contará com a presença do secretário de Cultura e Economia Criativa do DF, Bartolomeu Rodrigues e a representante da Unesco no Brasil, Marlova Noleto.

Além desses, participarão do debate o presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Wellington Luiz (MDB); a professora do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) Cláudia da Conceição Garcia; Thiago Perpétuo, superintendente do Iphan no DF; e Dênio de Oliveira Moura, promotor de Justiça da 1ª Prourb (Promotoria da Ordem Urbanística) do MPDFT, entre outros.

O debate será dividido em três painéis. O primeiro com o tema "Por que é preciso preservar o tombamento de Brasília?", o segundo sobre "O despertar para a educação patrimonial" e, por último, tratará da "Mobilidade, densidade urbana e envelhecimento da capital".

Desde 7 de dezembro de 1987, o conjunto urbano de Brasília é Patrimônio Cultural da Humanidade, decretado pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco). O editor de Política do **Correio** e um dos mediadores do debate, Carlos Alexandre de Souza, acredita que a discussão será importante para estimular uma reflexão sobre a cidade. "A participação de convidados de diversas áreas tem por objetivo oferecer uma visão abrangente sobre Brasília, de modo a mantê-la como referência em urbanismo, desenvolvimento econômico e qualidade de vida", declarou.

Para a jornalista Ana Maria Campos é importante que a população entenda a importância da preservação do patrimônio. "Brasília é uma cidade patrimônio mundial. Nós brasilienses temos que fazer a nossa parte para preservá-la para as futuras gerações. O **Correio**, sempre sintonizado com as questões da cidade, quer dar a sua contribuição com um debate que ajuda a despertar nos brasilienses esse sentimento de preservação do nosso patrimônio, da nossa capital", pontuou.

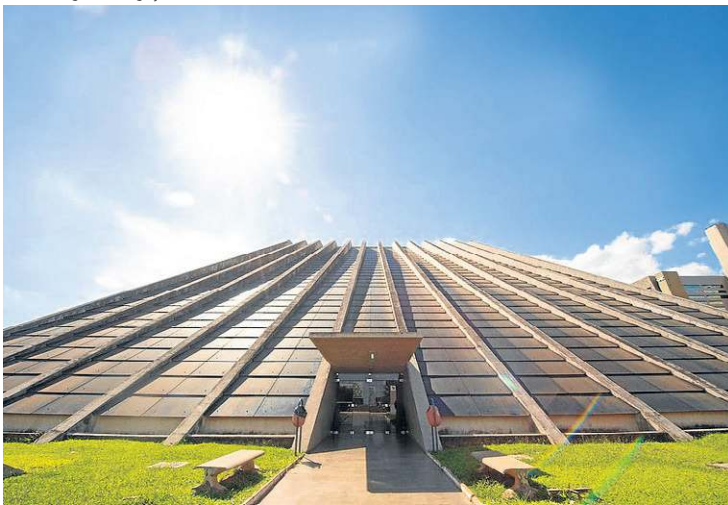
O debate terá a duração de cinco horas e será transmitido ao vivo pelas redes sociais do **Correio Braziliense** no Facebook, Twitter e Youtube, ou pelo site do evento: encr.pw/43go6

Ana Volpe/Agência Senado

Prestes a completar 63 anos, Brasília apresenta sinais de envelhecimento, como os monumentos projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer

Ed Alves/CB/D.A Press

Em 2022, brasilienses reformaram a Igrejinha da 307/308 Sul

Júnior Aragão/Divulgação

O Teatro Nacional está de portas fechadas desde 2014

Fique atento

Entre os Eixos do DF: Quem ama preserva!
» Onde: Auditório do **Correio Braziliense** (subsolo), Brasília/DF
» Quando: 28 de fevereiro de 2023, terça-feira
» Horário: 14h às 18h

União comunitária em torno da sustentabilidade

Ed Alves/CB/DA.Press

NA HORTA CRIADA NO PARQUE DO BOSQUE, O MANEJO DE ERVAS MEDICINAIS, HORTALIÇAS, FRUTAS E FLORES TORNOU-SE UM CUIDADO COLETIVO DOS MORADORES DO SUDOESTE, COMO A APOSENTADA IKUYO NAKAMURA

» PEDRO MARRA

O que antes era um espaço público que servia de entulho transformou-se em um ambiente saudável, de utilidade pública e de aprendizado coletivo. Na Horta Comunitária do Sudoeste, criada em 2015 por um morador da região, há diversas plantas medicinais, flores, locais para descanso e até coleta de lixo orgânico em resíduos para compostagem. Quem caminha pelo local, percebe o afeto nos enfeites e nas placas de aviso para o cuidado com as plantas.

Desde 2016, a aposentada Ikuyo Nakamura, 79 anos, cuida diariamente da horta e perdeu a conta de quantas espécies existem. É que tornou-se uma cultura entre os moradores ir ao local para deixar mudas. "A pessoa que vem e se interessa, mostro como trabalhamos, e pedimos uma vaquinha para cuidar da horta com os materiais de cultivo. Além de tudo, a pessoa tem que ter carinho com as plantas", afirma a cuidadora. Para embelezar a área, Ikuyo organiza uma expansão da horta de forma ornamental, com tocos de madeira para fazer um caminho das duas portas de acesso do parque até a horta, com 500 mudas em volta para o projeto de paisagismo com cercamento e expansão da área. Outro cuidado que Ikuyo demonstra, durante as visitas, é para que as pessoas verifiquem quais plantas são medicinais e quais não são. Ela dá o exemplo da lantana, uma planta tóxica, parecida com erva-cidreira, que alguns moradores costumam confundir e pegam para fazer chá. "O importante é a comunidade ter conhecimento do que é uma planta medicinal, porque pode gerar mal-estar", explica.

O local está aberto para visitação comunitária das 6h às 22h — horário de funcionamento do parque. Para combinar a doação de mudas ou sementes, há um grupo de mensagens no celular. Moradora pioneira no cultivo das plantas, a aposentada Leonor Noji, 66, orgulha-se de ajudar na produção da horta. "Estou desde o começo no cultivo das plantas. Então, criei a mania de guardar a semente de tudo o que a gente come", relata. Ao caminhar pela horta, ela lembra com carinho que, no fim do ano passado, trouxe das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF) uma espécie rara de limão japonês, com oito mudas no espaço. "Comprei porque a fruta nunca tinha aparecido aqui e não se encontra para vender. É um prazer participar da produção dessa horta para preservar o parque e dar uma imagem de reutilização desse espaço, que ainda conta com uma composteira", opina Leonor.

Os vizinhos Ikuyo Nakamura, 79, e Erineu Meirinho, 70, assumiram cuidar da Horta Comunitária

A servidora pública Vanessa Zanin, 41, e a filha Carolina, 5, são frequentadoras assíduas do espaço

De forma voluntária, moradores plantam ervas medicinais, hortaliças e flores

A horta, que começou pequenininha, ganhou mais espaço a partir da união coletiva

Área de 900m², autorizada para cultivo, foi incluída pelo GDF no Parque do Sudoeste

O local está aberto para visitação das 6h às 22h e recebe doações de mudas e sementes

Lixo orgânico

Erineu Meirinho, 70, outro morador que abraçou o projeto, comenta que reúne dez sacos de resíduos depositados na composta, e demora de 45 a 60 dias para o material se transformar em adubo. Em junho de 2022, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) doou uma composteira de metal para guardar o resíduo. "Ao mesmo tempo que armazenamos para adubar a terra, o material gera o biofertilizante, com a grande vantagem de misturar em um litro de água, jogar nos canteiros e ser reutilizável", analisa.

O cuidador é considerado o marceneiro da horta, principalmente por ter sido criado na roça, em Braço do Trombudo, em Santa Catarina, município a mais de 200 quilômetros de Florianópolis. "Fui criado com vaca, porco, galinha, e estou revivendo a minha infância", emociona-se Seu Erineu, como é carinhosamente conhecido. Com o trabalho dele e dos demais colaborares, o espaço mais que dobrou.

Ao saber da compostagem de lixo orgânico, no meio do ano passado, a servidora pública Vanessa Zanin, 41, passou a ir duas vezes por semana à horta com a filha, Carolina Zanin Sampaio, 5, para deixar casca de frutas e verduras nas bacias de coleta. "Sou preocupada com gestão de resíduos sólidos, e estava pensando em diminuir o lixo, soube da composteira pública e o Seu Irineu me explicou como funciona", relata a moradora, que não se prende ao fato de residir em um apartamento e prioriza ter contato com a natureza, junto com a filha. "Brasília tem essa opção de ter muitas árvores frutíferas. A gente fica olhando as plantinhas e colhe algumas. As crianças de hoje em dia saem do prédio para a escola, para o shopping. Se não tiver distração com a natureza, ficam alienadas. No domingo, compramos um abacate e ela [a filha] falou para a gente plantar a semente", detalha.

Segundo a Administração Regional do Sudoeste e Octogonal, a área da Horta Comunitária do Bosque é autorizada para cultivo. A inclusão da área no Parque Urbano do Bosque do Sudoeste ocorreu em fevereiro deste ano, com projeto autorizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). Serão colocados 135 metros lineares de cerca para que a horta fique dentro do parque. Atualmente, ela é acessada pelo lado de fora do local, mas duas portas internas foram instaladas. Dessa forma, a área verde totaliza 900m². A Administração Regional fornece mão de obra para obras, auxilia nas podas e fornece água para o espaço.

Tel: 3214-1146 • e-mail: grita.df@dabr.com.br

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Capacitação
O Projeto QualificaDF Móvel está com inscrições abertas para 880 vagas de formação profissional. As inscrições podem ser feitas até hoje. O edital com informações sobre as unidades, turnos e quantidade de vagas em cada curso, bem como o formulário on-line para inscrição, estão disponíveis no site da Secretaria de Trabalho: *trabalho.df.gov.br*.

Curso de Libras
O IFB está ofertando 80 vagas para a 2ª edição do curso de formação e contextualização em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para agentes da segurança pública do DF, que será ministrado na modalidade de Ensino a Distância (EaD). As inscrições devem ser feitas até 10 de março, por meio de formulário eletrônico disponível no site: *ifb.edu.br*. Para mais informações, fazer contato com a coordenação de ensino da SSP-DF pelo telefone 3441-8780/8781.

Teatro de Bonecos
O Espaço Cultural Renato Russo, na quadra 508 Sul, oferece uma oficina gratuita de mamulengos, o tradicional teatro de bonecos, até 02 de março. As aulas são ministradas pelo ator, arte-educador e artista plástico Aguinaldo Algodão. A iniciativa pretende despertar o interesse pela arte dos bonecos, desde a matéria-prima até a utilização no teatro, exercitando a criatividade e o improviso. As aulas são separadas por faixas etárias em quatro turmas. A lista de materiais e as demais informações podem ser consultadas em *espaçoculturalrenatorusso.com.br*.

Workshop
O Impact Hub Brasília em parceria com o Grupo Gestão, promove o workshop gratuito Planejamento estratégico: como desenhar e colocar em prática o planejamento do ano. Com objetivo de instruir empresários a traçar boas estratégias, o curso ocorre hoje às 17h, na sala multiuso do coworking, localizado no Edifício Íon, na Asa Norte. Os interessados devem preencher um formulário disponível no site bityli.com/3npyy. Mais informações: *brasilia.impacthub.net*.

OUTROS

Solidariedade
O Conjunto Nacional arrecada itens de material escolar para o projeto Volta às aulas solidário. São aceitos cadernos, mochilas, estojos, lápis e demais itens. As doações serão recebidas hoje, no horário de funcionamento do shopping, no espaço sustentável, localizado no 2º piso. Os objetos arrecadados serão entregues à instituição Ainda Há Esperança (AIHE), de Samambaia, que atende famílias em risco de vulnerabilidade, e ao Projeto Estrela, organização social que ajuda crianças e jovens de baixa renda.

Corrida
O Sesc-DF está com inscrições abertas para a corrida Etapa mês da mulher, com percursos de 5 a 10 km, destinado ao público em geral, masculino e feminino, idosos com mais de 60 anos, além de contemplar também pessoas com deficiência e atletas acima de 16 anos. O evento esportivo será no domingo, 12 de março, às 7h, na Praça do Buriti. As inscrições podem ser feitas até hoje. A taxa de inscrição é a partir de R$ 50. Mais informações no site *brunoatleta.com.br*.

Prêmio
A 4ª edição do prêmio de arte contemporânea Transborda Brasília está com inscrições abertas até às 18h de 31 de março. Podem se inscrever artistas visuais que moram no Distrito Federal ou em cidades que formam a Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride-DF). Inscrições pelo site *transbordabrasilia.com.br*. São permitidos de três a cinco trabalhos por artista. Em 18 de abril, serão anunciados os 15 selecionados, que concorrerão a prêmios de até R$ 10 mil por obra.

Música
O espetáculo Eliza canta Marisa abre a temporada 2023 das Sextas Musicais no dia 03 de março, às 20h. Com entrada gratuita, a apresentação será no CTJ Hall, na Casa Thomas Jefferson da SEP Sul 706/906. A homenagem também terá transmissão ao vivo pelo YouTube da Casa Thomas Jefferson, com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos. No espetáculo, a cantora e produtora Eliza retoma a obra da cantora, compositora, produtora e musicista Marisa Monte, que, este ano, completa 30 anos de carreira artística consagrada.

Pintura
A mostra Uma árvore sem nome, da artista eslovena Ejti Stih, está em exposição no Hall do Museu do CCBB — 1º andar. A visitação vai até 16 de abril, das 9h às 19h, e é aberta a todos os públicos. Com influência expressionista, as crônicas visuais da artista apresentam uma reflexão existencial, abordando problemas atuais da sociedade eslovena, sob um olhar de crítica. A entrada é gratuita mediante retirada de ingressos no site *ingressos.ccbb.com.br*.

Mostra coletiva
Lá onde estiver, mostra coletiva do grupo Vaga-Mundo, à Caixa Cultural Brasília, nas galerias principal, piccola I e piccola II, com entrada franca e início em 7 de março, das 19h às 22h. As atividades continuam até 30 de abril, de terça a domingo, das 9h às 21h. As apresentações do coletivo incluem vídeos, pinturas, esculturas, fotografias, performance e escrita. O evento é livre para todos os públicos. Mais informações pelo telefone 3206-9448.

Exposição
A galeria JK Espaço Arte recebe a exposição Brasília em traços. São 12 obras assinadas pelo artista maranhense Jailson Belfort. Feitas com caneta esferográfica, as peças retratam a capital federal e seus principais monumentos. A mostra é gratuita e livre para todas as faixas etárias. A visitação vai até 31 de março, no piso S1 do JK Shopping, de segunda-feira a sábado, das 10h às 20h, e aos domingos e feriados, das 14h às 20h. Mais informações pelo site *jkshoppingdf.com.br*.

Rock
Brasília recebe o Festival Rock Popular Brasileiro (RPB), em 8 de abril, a partir das 14h. O evento ocorrerá no Estacionamento da Arena BRB, no Estádio Mané Garrincha, e terá a participação de Marcelo Falcão, Biquini Cavadão, Frejat, Charlie Brown Jr, Humberto Gessinger e Pitty. Os ingressos estão à venda no portal *furandoafila.com.br* e nas unidades das Óticas Diniz, no valor de R$ 100 a meia entrada em frente ao palco e camarote por R$ 180 a meia entrada. Mais informações pelo Instagram *@festivalrpb* ou (61) 99565-0390.

Desligamentos programados de energia

» CANDANGOLÂNDIA
» Horário: 08h30 às 16h
» Local: QOF, Conjuntos G, H e I.

» VICENTE PIRES
» Horário: 08h30 às 16h
» Local: Colônia Agrícola Samambaia, Chácaras 40, 41 e 41-X.

» PARANOÁ
» Horário: 09h30 às 13h
» Local: Núcleo Rural Sobradinho dos Melos, Chácaras 21, 30, DF 250, KM 8.

Telefones úteis

Polícia Militar	190
Polícia Civil	197
Aeroporto Internacional	3364-9000
SLU - Limpeza	3213-0153
Caesb	115
CEB - Plantão	116
Corpo de Bombeiros	193
Correios	3003-0100
Defesa Civil	3355-8199
Delegacia da Mulher	3442-4301
Detran	154
DF Trans	156, opção 6
Doação de Órgãos	3325-5055
Farmácias de Plantão	132
GDF - Atendimento ao Cidadão	156
Metrô - Atendimento ao Usuário	3353-7373
Passaporte (DPF)	3245-1288
Previsão do Tempo	3344-0500
Procon - Defesa do Consumidor	151
Programação de Filmes	3481-0139
Pronto-Socorro (Ambulância)	192
Receita Federal	3412-4000
Rodoferroviária	3363-2281

Autorização para vaga especial
Divtran I - Plano Piloto SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

Isto é Brasília

Paulo Negreiros/Esp. CB/D.A Press

Em clima praiano

Se o brasiliense não tinha praia, em 2002 a praia veio até o brasiliense. Na orla do Lago Paranoá, o Pontão do Lago Sul conta com atrações típicas do nosso litoral. Além de programações culturais e esportivas, o lugar é inspirador para quem gosta de caminhar, tomar uma água de côco e apreciar o pôr-do-sol mais belo da cidade.

Poste sua foto com a hashtag *#istoebrasiliacb* e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebrasiliacb

» Destaques

Concerto

» A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, sob regência do maestro Claudio Cohen, apresenta hoje o terceiro concerto da temporada 2023, que traz o ciclo Beethoven, com a abertura Leonora III Op. 72b e Sinfonia nº 3 em Mi bemol maior Op. 55 Eroica. O espetáculo começa às 20h, no teatro Plínio Marcos, no Eixo Cultural Ibero-americano, com entrada franca, condicionada à lotação do espaço. Para quem não conseguir acompanhar presencialmente, toda sexta-feira, um novo vídeo é publicado no canal da orquestra no YouTube, com os melhores momentos das apresentações anteriores do grupo.

Festival de Cinema

» O 17º Festival Taguá de Cinema está com as inscrições abertas para seleção nacional de curtas-metragens, até o dia 25 de março. O festival receberá obras com até 30 minutos de duração, produzidas entre 2021 e 2023. Podem participar filmes de ficção, documentários, filmes experimentais, de animação, além de produções infantis e juvenis. Serão 34 produções selecionadas em diferentes categorias, que irão compor as mostras competitiva, paralela, infantil e especial azul do festival. A inscrição é gratuita e deve ser realizada pelo site: *festivaltaguatinga.com.br*.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

Quem quiser fazer sugestões ao **Correio** pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

/correiobraziliense

@cbfotografia

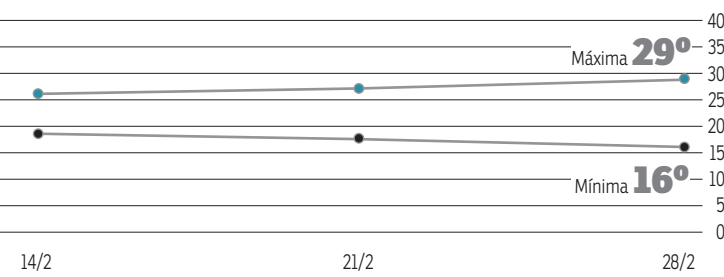
@correio

O tempo em Brasília

Parcialmente nublado

Umidade relativa

Máxima **85%** Mínima **40%**

A temperatura

O sol

Nascente **6h12**
Poente **18h36**

A lua

Cheia **7/3**
Minguante **14/3**
Nova **21/3**
Crescente **28/3**

grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

SÃO SEBASTIÃO

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Os moradores de São Sebastião do Morro da Cruz procuraram a coluna do *Grita Geral* para relatar que a CEB, responsável pela iluminação pública do DF, não instalou nenhuma iluminação nas ruas internas do bairro. "Somos forçados a pagar a taxa de iluminação pública na conta da Neoenergia, mas ninguém fez nada para resolver essa situação, por isso temos ainda que pagar a iluminação com lâmpadas de uso doméstico que colocamos na frente das casas, não queremos ficar no escuro", relata Olavo Oliveira morador da região.

» ***A coluna* Grita Geral *entrou em contato com canais de comunicação da CEB a fim de cobrar esclarecimentos. No entanto, não foram obtidas respostas até o fechamento desta edição. A coluna* Grita Geral *permanece aberta a futuros contatos e esclarecimentos.***

OLHOS D'ÁGUA

FALTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

Moradores de Alexânia, GO, reclamam da recorrente falta de água. Daniela Lima, que reside em Vila São Jorge, conta que Olhos D'água é abastecida por duas caixas d'água muito antigas, uma delas desativada. "Estamos há 8 dias sem água", relata. A distribuição ruim faz com que a água chegue somente à noite, quem não tem caixa d'água fica sem água durante todo o dia. A preocupação da moradora piora durante a seca."A cidade toda chega a ficar sem água, assim como a gente tá agora, com chuva e sem água!"

» ***Em contato com o* Grita Geral *a Saneago atribui a intermitência no abastecimento durante o feriado de carnaval à grande concentração de turistas. A companhia afirma que a partir de 27 de fevereiro, o fornecimento de água foi normalizado. A nota também cita a importância das caixas d'água na reserva domiciliar. Por meio dessas, é possível que, em eventuais interrupções no sistema, não haja desabastecimento nos imóveis.***

Correio Braziliense

SUPER ESPORTES

www.df.superesportes.com.br - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Franck Fife/AFP

Putellas mantém reinado

O espanhol também é o idioma da melhor do mundo. A atacante Alexia Putellas, do Barcelona, foi eleita, mais uma vez, a principal jogadora do planeta. Campeã da Copa do Rei, do Espanhol e finalista da Champions League na temporada passada, desbancou a concorrência de Alex Morgan e Beth Mead. "Eu não estava preparada para receber esse prêmio, muito obrigada a todos que votaram em mim", disse.

FIFA THE BEST Digna de cinema, trajetória de Lionel Messi com a Argentina na Copa do Mundo do Catar recoloca o craque no posto de melhor jogador do planeta. Astro rompe a barreira do sexto troféu e segue intocável como maior vencedor

A sétima arte

VICTOR PARRINI

Se a vida fosse um filme, a carreira Lionel Messi poderia ser considerada a Sétima Arte. O maior astro do século do 21 dribla, encanta e ganha como poucos no esporte mais popular do mundo. Vencedor de tudo o que é possível, ontem, o argentino trocou os pés pelas mãos na cerimônia do Fifa The Best, em Paris, e pintou o sete ao levantar mais um troféu de melhor jogador do planeta bola.

O cenário para mais uma glória individual da estrela não poderia ser outro: a Cidade Luz. Por lá, brilha com a constelação do Paris Saint-Germain ao lado de Neymar e Kylian Mbappé. O companheiro francês, inclusive, voltou a ser adversário após a final da Copa do Mundo. Assim como no Catar, teve de se contentar com a segunda colocação para o colega. Proibido pelo Real Madrid de comparecer ao evento, Karim Benzema ficou em terceiro.

Assim como em 2009, 2010, 2011, 2012, 2015, 2019, a Fifa deu a Messi o que é de Messi. Mas, dessa vez, o enredo contou com mais pitadas de emoção, pois a conquista individual veio graças ao maior presente que o craque poderia ter dado à nação argentina: o título da Copa do Mundo. Foi peça fundamental da "Scaloneta" rumo ao tri e o fim do jejum de 36 anos. Protagonista, participou diretamente de 10 dos 15 gols da alviceleste: marcou sete e deu três assistências.

A resposta das orações na peregrinação pelo deserto catari foi muito bem atendida com os dois gols na final das finais contra a França. O desempenho dele no Oriente Médio justificou a decisão da Fifa em prolongar as votações e a cerimônia para fevereiro, a fim de considerar as exibições dos boleiros na Copa do Mundo.

Porém, a temporada de Messi foi muito além da seleção argentina. Trocando a camisa 10 pela 30, também brilhou pelo Paris Saint-Germain e conquistou os títulos do Campeonato Francês e da Copa da França. Pela companhia parisiense, a Pulga anotou 11 gols e serviu os companheiros com 14 assistências em 34 partidas. A temporada passada mostrou que, embora o adeus esteja próximo, não preciso ser baixo. É possível, sim, continuar entre os melhores e se despedir em grande estilo.

E mesmo que esteja acostumado aos reconhecimentos, Messi não escondeu a emoção no palco do Salle Pleyel. "Gostaria de dizer que é uma honra estar aqui novamente, entre os três melhores jogadores do mundo. Agradeço muito, Mbappé e Benzema jogaram demais. Gostaria de agradecer a todos os meus colegas, representamos toda a nossa seleção. Reconhecemos o trabalho de grupo. Foi uma loucura para mim, finalmente realizei o meu sonho. É a coisa mais linda que aconteceu na minha vida", discursou emocionado.

Com o novo troféu, Messi parece diminuir ainda mais as discussões sobre quem é maior: ele ou Cristiano Ronaldo. A Copa do Mundo, por si só, gera enorme desequilíbrio. Porém, individualmente falando, o argentino leva grande vantagem com duas estatuetas de melhor do mundo a mais que o velho concorrente.

CR7 ainda brilha, mas sem o mesmo apelo. Jogando pelo Al-Nassr, da Arábia Saudita, parece cada vez mais distante de repetir 2008, 2013, 2014, 2016 e 2017, quando desbancou todos os boleiros.

É importante ressaltar que a Fifa escolhia o melhor do mundo entre 1991 e 2009. Entre 2010 e 2015, unificou o prêmio com a revista *France Football*, criadora da Bola de Ouro. A partir de 2016, os reconhecimentos voltaram a ser distintos.

As sete melhores versões de Lionel Messi: 2009, 2010, 2011, 2012, 2015, 2019 e 2022. Craque hermano está longe de ser superado como o maior vencedor do prêmio de melhor da Fifa

Os maiorais da Fifa

1991 - Matthäus (Inter de Milão)
1992 - Van Basten (Milan)
1993 - Roberto Baggio (Juventus)
1994 - Romário (Barcelona)
1995 - Weah (Milan)
1996 - Ronaldo (Barcelona)
1997 - Ronaldo (Inter de Milão)
1998 - Zidane (Juventus)
1999 - Rivaldo (Barcelona)
2000 - Zidane (Juventus)
2001 - Figo (Real Madrid)
2002 - Ronaldo (Real Madrid)
2003 - Zidane (Real Madrid)
2004 - R. Gaúcho (Barcelona)
2005 - R. Gaúcho (Barcelona)
2006 - Cannavaro (Real Madrid)
2007 - Kaká (Milan)
2008 - C. Ronaldo (M. United)
2009 - Messi (Barcelona)
2010 - Messi (Barcelona)
2011 - Messi (Barcelona)
2012 - Messi (Barcelona)
2013 - C. Ronaldo (Real Madrid)
2014 - C. Ronaldo (Real Madrid)
2015 - Messi (Barcelona)
2016 - C. Ronaldo (Real Madrid)
2017 - C. Ronaldo (Real Madrid)
2018 - Modric (Real Madrid)
2019 - Messi (Barcelona)
2020 - Lewandowski (Bayern)
2021 - Lewandowski (Bayern)
2022 - Messi (PSG)

O melhor da noite de gala

Franck Fife/AFP

Treinador

Mentor do tricampeonato da seleção argentina na Copa do Mundo, Lionel Scaloni superou a concorrência de Carlo Ancelotti (Real Madrid) e Pep Guardiola pelo posto de melhor técnico do mundo.

Franck Fife/AFP

Treinadora

Técnica da Inglaterra, Sarina Wiegman foi eleita a melhor do cenário feminino. Ela disputou o prêmio com a sueca Pia Sundhage, da Seleção Brasileira, e Sonia Bompastor, do Lyon.

Franck Fife/AFP

Goleiro

A Argentina também comemorou o reconhecimento a Emiliano Martínez, eleito o melhor goleiro do mundo. Fundamental na campanha vitoriosa no Catar, desbancou Cortois (Real Madrid) e Bono (Sevilla).

Franck Fife/AFP

Goleira

Entre as mulheres, a inglesa Mary Earps não ofereceu chances às concorrentes Ann-Katrin Berger (Chelsea) e Christiane Endler (Lyon). O troféu coroou a temporada com o título da Eurocopa.

Franck Fife/AFP

Puskás

O gol mais bonito foi o do polonês Marcin Olesky. O jogador, que tem a perna esquerda amputada, foi honrado com o troféu Puskás. Ele acertou um belo voleio pelo Warta Poznan-POL contra o Stal Rzeszow.

Divulgação/Fifa

Tributo a Pelé

A cerimônia de gala foi aberta com uma homenagem ao Rei Pelé. A viúva Márcia Aoki recebeu, de Ronaldo Fenômeno, um troféu especial em tributo aos serviços prestados ao futebol.

RECOPA Flamengo recebe Del Valle precisando vencer para ser campeão. Taça surge como trunfo para aliviar início de ano tenso

Decisão com um peso a mais

DANILO QUEIROZ

A Recopa Sul-Americana não se coloca entre os maiores títulos da temporada de um clube de futebol. Mesmo tendo peso e importância (principalmente financeira), um tropeço na reunião dos campeões da Libertadores e da Copa Sul-Americana não tem poder de desestabilizar o trabalho em uma equipe. Pelo menos em condições normais. Pressionado após não ter sucesso na Supercopa do Brasil e no Mundial, o Flamengo encara a disputa de título continental de hoje, às 21h30, contra o Independiente Del Valle, de outro viés e como uma porta em direção à tranquilidade.

O início de temporada do clube rubro-negro reservou a sequência mais desafiadora em 127 anos de história. Em Brasília, o Fla não foi mal, mas amargou o vice-campeonato da Supercopa contra o Palmeiras. No Marrocos, com futebol abaixo, foi eliminado pelo Al Hilal na semifinal do Mundial de Clubes. Um tropeço considerado vexame. Nem mesmo a conquista do terceiro lugar contra o Al Ahly, com futebol de altos e baixos, serviu como alento. Todo esse cenário colocou um peso extra, além da premiação de R$ 9,36 milhões, na Recopa Sul-Americana. Fato admitido, até mesmo, internamente.

O jogo de ida colocou ainda mais pressão na decisão. O Flamengo sofreu com os efeitos da altitude de Guayaquil, no Equador, desempenhou um futebol muito aquém do esperado e voltou para o Brasil aliviado por perder para o Del Valle por "apenas" 1 x 0. Para reencontrar de vez o rumo, o rubro-negro aposta em um Maracanã lotado para dar a volta por cima, virar sobre os equatorianos, conquistar o primeiro título de 2023 e ganhar fôlego para a sequência da temporada com fase final do Carioca, Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil e Libertadores pela frente.

Gilvan de Souza/Flamengo

Time titular do rubro-negro foi poupado do clássico contra o Botafogo, em Brasília: foco total na final diante do Independiente Del Valle no Rio

> "Conseguimos ficar vivos para o jogo em casa, poderia ser pior. Mas a gente tem que ver o que está acontecendo para poder acertar logo. Temos condições, mas sabemos que temos que fazer melhor"
>
> **Everton Ribeiro,** meia

O cenário do confronto da Recopa Sul-Americana é simples: um provável título do Flamengo nos 90 minutos regulamentares vem apenas com uma vitória por dois ou mais gols de diferença no Maracanã. Se o rubro-negro levar a melhor por um de frente, o dono da taça será conhecido em cobranças de pênaltis. Com a vantagem mínima conquistada no Equador, o Independiente Del Valle joga por qualquer empate para colocar água no chope carioca e pressionar ainda mais o turbulento início de temporada do clube brasileiro.

Hoje, Vítor Pereira pretende apostar na continuidade e deve repetir o time do jogo de ida em Guayaquil. Com isso, Everton Ribeiro começa como titular no meio de campo, com Gerson, recém-recuperado de lesão, no banco de reservas. Destaque defensivo em meio à atuação desastrosa em solo equatoriano, Vidal seguirá na zona de contenção central ao lado de Thiago Maia. Dúvida após ser substituído com dores no jogo de ida, o atacante Pedro não será problema. Fabrício Bruno segue na zaga no lugar de Léo Pereira.

A torcida é vista como fator-extra para proporcionar a virada na final. "Contamos com eles, para termos total apoio no nosso estádio para conseguir a virada. Nada é impossível. A finalíssima está em aberto", analisou Fabrício. O capitão Everton Ribeiro pediu recuperação imediata. "Ninguém está satisfeito. Não é normal a gente oscilar tanto e não vencer. Conseguimos ficar vivos para o jogo em casa, poderia ser pior o resultado. Mas a gente tem que ver o que está acontecendo para poder acertar logo. Temos condições, mas sabemos que temos que fazer melhor", pontuou.

Pressão em VP

Contratado para substituir Dorival Júnior em dezembro, o português Vítor Pereira não conseguiu acertar o time do Flamengo. Apesar dos variados testes na escalação, o resultado foi o mesmo: tropeços em jogos importantes da temporada e poucas atuações convincentes em 2023. Mesmo respaldado pela diretoria, o técnico sente a insatisfação da torcida rubro-negra e sabe da necessidade de resultados positivos para dar continuidade ao trabalho.

Se amargar mais um vice, Vítor vai viver uma situação parecida ao do primeiro algoz da temporada. Em 2021, quando tinha seis meses de trabalho no Palmeiras, Abel Ferreira foi vice da Supercopa, da Recopa e caiu na semifinal do Mundial de Clubes. Mesmo assim, foi bancado no alviverde, deu liga ao trabalho e empilhou conquistar. Pereira, entretanto, conta com o título contra o Del Valle para ter dias de paz em busca de emplacar no comando do Flamengo.

21h30

Recopa — Final
Estádio: Maracanã

FLAMENGO

Santos; Varela, Fabrício Bruno, David Luiz e Ayrton Lucas; Thiago Maia, Vidal, Everton Ribeiro e Arrascaeta; Gabigol e Pedro
Técnico: Vítor Pereira

IND. DEL VALLE

Moisés Ramírez; Schunke, Carabajal e García Basso; Matías Fernández, Pellerano, Favarelli e Caicedo; Alcívar, Sornoza e Lautaro Díaz
Técnico: Martín Anselmi

Transmissão: ESPN
Árbitro: Andres Matonte (URU)

CASO ROBINHO

PGR apoia execução da pena no Brasil

Intimada pela presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou, ontem, sobre o caso Robinho. A PGR enviou documento à Justiça no qual concorda com a transferência da pena do ex-jogador ao Brasil. Ele foi condenado pela Justiça da Itália a nove anos de prisão pelo crime de estupro contra uma mulher albanesa em uma boate em Milão, em 2013.

No parecer, o subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, considera não haver "quaisquer restrições à transferência da execução da pena imposta aos brasileiros natos no estrangeiro". Santos entregou quatro endereços nos quais Robinho pode ser encontrado: dois em São Vicente, um no Guarujá e outro em Santos, todos na Baixada Santista, no litoral paulista.

Na semana passada, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Thereza de Assis Moura, deu andamento ao processo de homologação da sentença e da eventual execução da pena no Brasil imposta pela Justiça Italiana. Na ocasião, ela pediu que a PGR indicasse um endereço válido para a citação do jogador.

Na decisão de quinta-feira, a ministra indicou que a sentença italiana atende a requisitos para ser reconhecida pela Corte e menciona pelo menos um precedente do STJ em que a execução da pena decorrente de condenação em país estrangeiro pôde ser realizada no Brasil.

Ela cita a decisão do ministro e ex-presidente da Corte Humberto Martins, que reconheceu a validade desse procedimento ao acolher pedido de Portugal e decidir, em abril de 2021, pelo cumprimento da pena no Brasil de Fernando de Almeida Oliveira. Almeida foi condenado em todas as instância da Justiça portuguesa a 12 anos de prisão pelos crimes de roubo, rapto e violação de burla informática.

Paul Ellis/AFP

Ex-jogador foi condenado na Itália a nove anos de prisão por estupro

Se a defesa apresentar contestação após a citação, o processo será distribuído a um relator integrante da Corte Especial. Caso não haja contestação, a atribuição de homologar sentença estrangeira é da presidência do tribunal.

A execução de sentença estrangeira está prevista na Constituição Federal e é amparada Lei de Imigração. Trata-se de um procedimento comum. Ao STJ, caberá verificar aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em si. O órgão examina se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada.

SELEÇÃO BRASILEIRA

Pela Amazônia, Brasil fará jogo com uniforme totalmente verde

A Seleção Brasileira fará, pela primeira vez, uma partida inteiramente vestida na cor verde. O ato será em prol de uma ação social de preservação do meio ambiente e deve ocorrer na data Fifa de julho, diante de adversário a ser definido. A tendência é que o jogo ocorra em Manaus ou no Pará. A informação foi dada, primeiramente, pelo jornalista André Rizek, do SporTV.

A ideia da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) seria reverter toda a renda arrecadada no amistoso para a preservação das florestas através da ONG SOS Amazônia. Além do viés social, a ação também teria o objetivo de desvencilhar a tradicional camisa amarelinha do viés político adquirido nos últimos anos, aproximando a marca da Seleção Brasileira de causas humanitárias importantes.

Apenas os goleiros tupiniquins atuaram com um uniforme verde na história da Seleção Brasileira. No tetracampeonato de 1994, por exemplo, Taffarel se eternizou debaixo das traves com o tom. Em 2014 e 2017, a CBF e a fornecedora de materiais esportivo lançaram uniformes na cor, mas as peças foram utilizadas somente em treinamentos e nunca entraram em campo em uma partida oficial da equipe pentacampeã mundial.

Outras seleções tiveram sucesso utilizando camisas com cores alternativas às tradicionais. Na Copa do Mundo de 2014, a Alemanha viralizou ao vestir um uniforme vermelho e preto em homenagem ao Flamengo na campanha do tetracampeonato no Brasil. Quatro anos depois, o time germânico teve o verde em sua camisa.

E as mudanças alternativas tiveram outro caso onde trouxeram sorte. No último Mundial, quando comemorou o terceiro título, a Argentina também ousou. Os hermanos tiveram o segundo uniforme confeccionado em tons roxos e azulados.

VASCO

O Vasco se consolidou na zona de classificação às semifinais do Carioca. Ontem, o cruzmaltino recebeu o lanterna Boavista e aproveitou a superioridade técnica para golear por 4 x 1 e subir para a terceira posição. Os gols foram marcados por Pedro Raul (dois), Puma Rodríguez e Alex Teixeira.

CANDANGÃO

No encerramento da sexta rodada do Candangão, Paranoá e Taguatinga se enfrentaram e deixaram o campo lamentando. O empate por 2 x 2 foi ruim para as duas equipes. A Cobra Sucuri parou uma posição abaixo do grupo de classificação às semifinais, enquanto o TEC segue na zona de rebaixamento.

FLUMINENSE

Em live, com o presidente Mário Bittencourt, o lateral-esquerdo Marcelo "se apresentou" ao Fluminense. O jogador retorna às Laranjeiras 17 anos após embarcar para o futebol espanhol e espera repetir o sucesso. "Espero ganhar alguns títulos e a vontade de estar aí é grande", destacou o atleta.

MANIPULAÇÃO

A Federação Amazonense de Futebol (FAF) decidiu suspender o Iranduba após constatar envolvimento do clube com esquema de apostas esportivas. A equipe foi rebaixada para a segunda divisão estadual. O Iranduba levou 7 x 0 do Amazonas. O placar levantou suspeita e fez a federação solicitar uma investigação à CBF.

WALLACE

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) do vôlei decidiu arquivar o processo contra o oposto Wallace, do Sada Cruzeiro, por postagens nas redes sociais contra o presidente Lula. Ontem, o STJD não se viu competente para julgar as acusações contra o jogador e optou pelo arquivamento.

DJOKOVIC

A ATP divulgou um novo ranking sem muitas modificações, mas valioso e histórico para Novak Djokovic. Confirmado no topo, o sérvio completa 378 semanas na liderança e supera o recorde da alemã Steffi Graf. "Estou lisonjeado, obviamente, e extremamente orgulhoso e feliz por esta conquista", disse em vídeo.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua quarto crescente em Gêmeos.
Em vez de questionar a ambiguidade de teus sentimentos em relação a algumas pessoas que te servem de referência, porque são próximas e cotidianas, ou a ambiguidade de teus sentimentos em relação às tarefas e obrigações que cumpres cotidianamente, aceita com naturalidade esse estado de ânimo, porque ser humano algum, que seja sincero com sua própria alma, poderia se declarar absolutamente coerente.
Exigir coerência da própria alma é mais um dos tentáculos da severidade moralista a que todos nos acostumamos, porque é familiar, mas que vai socavando ao longo do tempo a reAs tensões nos relacionamentos não precisam ser resolvidas através de conflitos, o que seria contraproducente. Essas tensões precisam ser resolvidas através de dinâmicas criativas, tentativas de pensar fora da caixa.

ÁRIES 21/03 a 20/04
Importa pouco que tudo tenha desandado em tempos recentes, o que importa é o quanto você continuará fazendo para, não apenas superar os incidentes, como também ir muito além do que tinha imaginado no começo. É por aí.

TOURO 21/04 a 20/05
Enquanto as pessoas focam a atenção em assuntos que para sua alma são banais demais para serem percebidos, há todo um universo de sensações e experiências íntimas que mereceriam todo o foco, mas que passam despercebidas.

GÊMEOS 21/05 a 20/06
Apesar dos pesares, a vida fica interessante de novo e as coisas caminham de um jeito que sua alma gosta. Aproveite a onda para dar forma às questões que você considera essenciais, sem as quais nada mais vale a pena.

CÂNCER 21/06 a 21/07
Há muito mais vida para experimentar do que aquilo que você se acostumou a chamar de sua vida. Aventuras perfeitas se desenham no horizonte, mas como aproveitar o chamado se o tempo todo está tomado por rotinas?

LEÃO 22/07 a 22/08
As tensões nos relacionamentos não precisam ser resolvidas através de conflitos, o que seria contraproducente. Essas tensões precisam ser resolvidas através de dinâmicas criativas, tentativas de pensar fora da caixa.

VIRGEM 23/08 a 22/09
Valerá a pena fazer acordos e se aliar às pessoas que, por enquanto, são postas à distância por criarem conflitos. Este é um momento que não pode ser avaliado pelo que aconteceu no passado, mas pela potencialidade.

LIBRA 23/09 a 22/10
Os instrumentos e ingredientes estão todos aí, mas espalhados de uma forma que se você não tomar a iniciativa de os reunir com empenho e boa vontade, provavelmente a oportunidade deste momento passará em brancas nuvens.

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11
ESCORPIÃO: As experiências andam meio embaralhadas, e isso merece mais atenção de sua parte, para não correr o risco de avaliar como importantes algumas questões que, na prática, não mereceriam tamanha atenção. Tudo em seu lugar.

SAGITÁRIO 22/11 a 21/12
As tensões se resolvem na harmonia, mas a harmonia não acontece naturalmente, é produto do esforço e boa vontade das pessoas envolvidas, dispostas a encontrar um ponto em comum que substitua os conflitos.

CAPRICÓRNIO 22/12 a 20/01
Você pode dar todas as voltas que quiser em busca de uma maneira de não ter de assumir as iniciativas devidas, porém, será tempo perdido e, no fim, você terá de fazer o que tentava evitar, assumir a iniciativa.

AQUÁRIO 21/01 a 19/02
Ampliar o entendimento sobre a vida é urgente, porque há vida mais abundante disponível para ser experimentada, e seria uma pena deixar passar este momento o tratando como se fosse qualquer outro. Isso melhor não.

PEIXES 20/02 a 20/03
Há um círculo infranqueável, além do qual sua alma nem conseguiria ir porque a imaginação não chega a tanto. Dentro desse círculo infranqueável há muitas coisas que merecem mais atenção e concentração.

CRUZADAS

(?) Porchat, humorista do "Porta dos Fundos" / Seus expoentes foram Ésquilo e Sófocles / Pão fino de origem árabe / Período iniciado na Quarta-Feira de Cinzas / Apresentação oral em um congresso / "O Homem que (?)", obra de Victor Hugo / Exercício aéreo de militares do Exército / Avalia; calcula / Aumento da frequência cardíaca / (?) alcoólico: é elevado no absinto / Vegetal de até 6 m de altura / Camareira / Que opõe duas forças ou princípios / Local de perícias cadavéricas (sigla) / Diante de / Espaço do fogão para assar / Palavra temida pelo procrastinador / "(?) Sandman", sucesso do Metallica / Padrão de cartão de memória (Inform.) / Diferençar-se; divergir / Torta, em inglês / Local de filmagens / Resultado do processamento do linho / Separação de grupo religioso / Iguaria italiana do rodízio de massas / Nota da Redação / "Erva", em "caatinga" / Gusttavo Lima, cantor / Trem, em inglês / (?) secreto: espião / Órgão do comércio / Divisões internas de um presídio / (?) Thorpe, ex-nadador / Secadouro de roupas / Animação intensa (gíria) / Metal da cunhagem de moedas (símbolo) / (?) de Gramado, evento de Cinema / Gato que persegue o Jerry (TV) / Apogeu / Cerveja de alta fermentação / Anita Garibaldi, heroína brasileira / Bidu Sayão, Elza Soares e Rita Lee / (?) Chi Minh: a antiga Saigon / Vogal que levava o trema (Gram.) / Inexiste na reunião do AA / Bonecos tradicionais em Olinda

BANCO 3/ale — pie. 4/pita. 5/enter — train. 6/estopa. 10/mamulengos.

11

DIRETAS DE DOMINGO

	F			G					G
C	O	S	T	U	R	E	I	R	A
	R	U	B	E	M		D		B
	Ç	B		R		B	A	L	A
R	A	S	T	R	E	A	D	O	R
E	D	I	T	A	L		E		I
	E	D		C	A	M			T
	T	I	M	O	N	E	I	R	O
	R	O	O	M		A	S	C	O
	A	S	S	E	A	D	O		F
A	B		C	R	I		M	A	I
	A	B	A	C	A	T	E		C
	L			I		O	R	E	I
C	H	U	V	A	A	C	I	D	A
	O	M	O	L	U		A	NE	L

SUDOKU DE DOMINGO

4	3	5	7	6	1	2	9	8
2	8	7	9	5	4	3	1	6
1	6	9	3	8	2	5	7	4
5	4	3	8	9	6	7	2	1
9	2	8	1	7	5	6	4	3
6	7	1	2	4	3	9	8	5
3	9	4	6	1	7	8	5	2
7	5	2	4	3	8	1	6	9
8	1	6	5	2	9	4	3	7

CRÍTICA // AS MÚMIAS E O ANEL PERDIDO ★★★

Warner/Divulgação

As múmias e o anel perdido: **suspense, aventura e música se encontram**

Nas animadas ondas dos faraós

» RICARDO DAEHN

Em escala de sucesso internacional, com a exploração de temas arqueológicos e seus tesouros seculares, o cinema de animação espanhol tem garantido atrações como as da série *As aventuras de Tadeu* e suas sequências. Vencedores de prêmios Goya (o mais importante no âmbito espanhol), os mesmos roteiristas da saga *Tadeu*, *Jordi Gasull* e *Javier Barreira*, são fundamentais no filme de Juán Jesús García Galocha, estreante realizador de cinema que carrega bagagem na direção de arte.

As múmias e o anel perdido trata, em princípio, de um amor indesejado entre um ex-campeão de corrida bigas, Thut, e Nefer, filha da realeza do Antigo Egito e impedida de exercer seu dom do canto. Seguindo uma tradição faraônica, Nefer tem o futuro marido escolhido por uma fênix, bastante desorientada, vale ressaltar. Um revés no casório, e Thut pode ter língua e os olhos arrancados.

Enquanto Thut parece gentil, a princesa Nefer expressa ar petulante. Uma forte mudança nos comportamentos virá pelos efeitos da expedição do Museu Carnaby, que, no mundo do além, explora tumbas, e desbrava tesouros arqueológicas. Nos moldes de vilão, Carnaby colocará em risco o pai da princesa. Com a falsa ideia de alcançar a evoluída Roma, numa viagem no tempo em que desembocam, na verdade, em Londres, Nefer e Thut levam a tiracolo o garoto Sekhem (irmão do herói que passa por crise de confiança) e o pequeno crocodilo de estimação dele, Croc.

Mesclando elementos contemporâneos, o filme da Core Animation Studio coloca o casal em potencial numa trama que usa, com bom efeito, a música oitentista do The Bangles (Walk like an egyptian) e surpreende em cenas nas quais usa, a cômico pretexto sexy, a tradição das tatuagens egípcias. Além das piadas gráficas com as múmias, que ficam com os ossos aparentes, frente ao sol e flashes de fotógrafos, há episódios engraçados com o modernoso produtor musical Ed; e, de quebra, as crianças podem despertar o interesse por quesitos culturais que incluem o deus Hórus, papiros, o musical Aída e a figura do faraó Radamés.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Meus versos é como semente
Que nasce arriba do chão;
Não tenho estudo nem arte,
A minha rima faz parte
Das obras da criação.

Patativa do Assaré

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

							1	3
		9			6			
		2		8				
		8			5		6	
		6		1		5		
5						8	7	
	9					3		4
					8			
	7	1	9		4		2	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Reprodução/Internet

CINEASTA ROBERTO MOURA MERGULHA NA VIDA DE TIA CIATA E DOS PERSONAGENS QUE ALIMENTARAM A FUNDAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO 19

Tia Ciata, Hilária Batista de Almeida: na casa dela nasceu o samba carioca

HISTÓRIAS DA PEQUENA *África*

» NAHIMA MACIEL

Entender melhor o Rio de Janeiro e sua história para fazer filmes e até para viver de maneira mais consciente o espaço urbano que retratava e ocupava levou o cineasta Roberto Moura a escrever *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Antes de virar livro, o tema rendeu ao cineasta alguns filmes, especialmente nos anos 1970, em torno da história e da identidade da capital fluminense. Fundador da Corisco Filmes, Moura fez da produtora, localizada no centro do Rio, um polo de informações sobre a cidade.

O livro foi publicado pela primeira vez em 1983 e ganhou uma reedição nos anos 1990 até chegar ao formato atual que a Todavia devolve às prateleiras. Não é no Rio que Moura dá início à pesquisa e ao texto, mas em Salvador, de onde parte para investigar a diáspora baiana de escravos e libertos em direção à capital fluminense no século 19. Da Bahia veio Tia Ciata, ou HIlária Batista de Almeida, mãe de santo, filha de Oxum, espécie de mãe do samba e embaixadora da cultura afro no Rio de Janeiro pós-abolição.

É sobre toda a cena que rodeia Tia Ciata, antes e depois da personagem se tornar emblemática, que Moura concentra o livro. Na casa dessa baiana de Santo Amaro da Purificação, o samba encontrava voz e proteção em um tempo em que o gênero era proibido e demonizado. Djonga e Mauro de Almeida teriam composto Pelo telefone nos salões de Tia Ciata, numa casa na Praça Onze, região então conhecida como Pequena África. Sinhô e João da Baiana também eram frequentadores dos saraus, alvos constantes da polícia carioca, já que samba era coisa de bandido. “Ciata era uma referência no meio dos baianos que se expandia, influenciava, absorvia — no Rio”, conta Moura. “Ela — Hilária, junto ao quase seu homônimo, Hilário Jovino — viveram momentos decisivos, optaram por atitudes, assumindo a responsabilidade frente aos seus, que construíram o curso que as coisas tomaram, repercutindo em toda cidade, em todo um país.” Abaixo, Roberto Moura conta sobre a pesquisa realizada para o livro e as atualizações para a nova edição.

Entrevista // Roberto Moura

“Uma história mal contada ou omitida, que só aparece no pragmatismo estatístico dos serviços sanitários ou da repressão, ou em constantes estereótipos da nacionalidade surgidos na arte popular filtrada pela indústria de diversões”: como evoluímos nesse aspecto nas últimas décadas? Ainda estamos estacionados nessa equação?

Em termos de compreensão e relato certamente avançamos, essa nova edição é exatamente o diálogo com toda uma historiografia que foi produzida depois, me trazendo informações que me permite fazer novas suposições que justificaram essa terceira edição do livro.

Desde a primeira publicação desse livro, nos anos 1980, até essas primeiras décadas do século 21, o que, na tua opinião, mudou na maneira como pesquisamos, nos debruçamos, retratamos e refletimos sobre a “pequena África” brasileira e sobre a nossa negritude, sobre nossas origens culturais?

A questão da Pequena África hoje é marcada por uma série de conquistas a partir do Quilombo da Pedra do Sal, Okuta Io, da organização de uma malha de organizações religiosas e festeiras como memorialistas, a que se junta uma multiplicidade de bares musicais em torno do Largo — a última música do Chico fala dele. Uma Pequena África que está sendo absolutamente omitida nos projetos intitulados pela Prefeitura de Porto Maravilha. A Pequena África antecede e poderia muito de beneficiar de novos projetos de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, desde que a considerassem e dela se beneficiassem como uma Nova Orleães do crucial, emblemático, samba carioca.

O que mudou em relação à resistência que se tinha à cultura popular no século 19 e hoje?

Há um evidente avanço em termos de conscientização popular, seja na mídia como na universidade, mas continua a absoluta desigualdade de entre os brasileiros, comunidades em torno do Rio vivendo uma miséria herdada da escravidão, que repercute na rua, no metrô, na praia.

Em perspectiva, como você vê a história que conta no livro em relação ao que acontece hoje no Brasil?

Essa a mágica da história, de articular a passagem do tempo enquanto determinados acertos, achados, costumes da cidade constroem-se numa determinada sucessão, a cada momento podendo-se perceber vários futuros possíveis. No caso do Rio de Janeiro, uma proposta de compreensão, acerto e encontro que vivemos a partir dos anos 1950 perdeu-se. Mas agora reconstroem-se novas possibilidades — estou muito isolado no meu trabalho entre alguns amigos para poder falar com pertinência disso.

Como encara a legitimidade do samba que se faz hoje no Brasil?

Tive uma sensibilidade pelo samba construída no encontro com Cartola, com quem fiz um filme — ele co-roteirista me pediu para tirar esse crédito dele, porque “era feio escrever o roteiro de um filme sobre si mesmo...” —, e, pós-mortem um livro, e com um grande amigo e parceiro até hoje, Gustavo Praça — encontros formadores, inspiradores. Cartola, Nelson Cavaquinho, Zé Keti, Paulinho da Viola, Elton Medeiros são minhas referências e prazeres. Vieram grandes sambistas depois, como o finado Wilson Moreira e o vivíssimo Ney Lopes, mas novamente vou me declarar incapaz de avaliar a “legitimidade do samba que se faz hoje”.

A história do samba é uma história do Brasil? E como o Brasil está presente nas letras?

Tem trabalhos bastante interessantes sobre isso. Uma história do Brasil republicano, na reverência como na insubmissão nos samba-enredo, uma história dos anos da escravatura no imaginário da macumba carioca. Um universo de pesquisas necessárias, reveladoras de um passado e um presente por onde impávidos seguimos.

E como o senhor encara hoje o carnaval no Rio de Janeiro, a partir da perspectiva contada pelo livro?

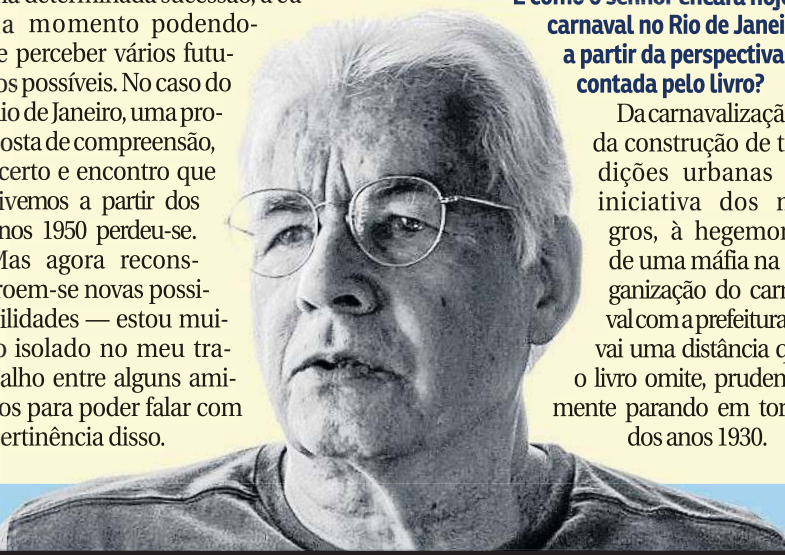
Da carnavalização e da construção de tradições urbanas de iniciativa dos negros, à hegemonia de uma máfia na organização do carnaval com a prefeitura — vai uma distância que o livro omite, prudentemente parando em torno dos anos 1930.

Divulgação

Todavia/Reprodução

TIA CIATA E A PEQUENA ÁFRICA NO RIO DE JANEIRO

De Roberto Moura. Todavia, 350 páginas. R$ 94,90

“Há um evidente avanço em termos de conscientização popular, seja na mídia como na universidade, mas continua a absoluta desigualdade entre os brasileiros, comunidades em torno do Rio vivendo uma miséria herdada da escravidão”

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, terça-feira, 28 de fevereiro de 2023

Para anunciar ▸ 3342-1000

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

2 QUARTOS

VENDO COM ELEVADOR
712/713 SCRN Vazado nascente 2qts cerâmica armários 2wc 70m² úteis ót. localiz. **MAPI 98522-4444 CJ27154**

1.2 ASA SUL

ASA SUL

3 QUARTOS

EXCELENTE PREÇO!
311 SQS 3qts ste alto 2 garag . Bloco reformado Ac. financ. Marque sua visita! **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

1.3 CASAS

CRUZEIRO

3 QUARTOS

QD 06 Vdo casa 3qts, nascente. ótimo preço. 99983-1953 C/3149

1.3 LAGO NORTE

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

VISITE HOJE! 98522-4444
QL 13 excelente casa 5 quartos sendo 2 suítes salão amplo escritório lazer completo **MAPI 98522-4444 CJ27154**

MAPI AVALIA E VENDE
SEU IMÓVEL Experiência, Competência e Seriedade. Ampla carteira de Clientes **MAPI Whats 98522-4444 CJ 27154**

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

EXCELENTE NEGÓCIO!!!
QI 13 Térrea Nova 4ste closet arms salão alto padrão lazer completo. Visite HOJE! **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

MAPI AVALIA E VENDE
SEU IMÓVEL Experiência, Competência e Seriedade. Ampla carteira de Clientes **MAPI Whats 98522-4444 CJ 27154**

1.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

SANTO ANTÔNIO do Descoberto-GO Sítio 10Ha, Gleba 62. Inicial R$ 81.600,00 (parcelável) alvaroleiloes.com.br 0800-707-9339

1.7 FINANCIAMENTO

1.7 SERVIÇOS E CRÉDITO IMOBILIÁRIO

FINANCIAMENTO

LIBERAÇÃO DE CREDITO
R$80MIL A 4MILHÕES p/compra refor construir prest. apart R$551,11 s/ juro s/burocr 3042-5080

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 APARTHOTEL

ALUGO
LAKE SIDE Flat mobiliado. 98155-7217 whats

2.2 ASA NORTE

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

3 QUARTOS

114 NORTE Alugo 3qts (1suite) 180m² sl 3 amb. vazado 99803-8899

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SRTVS 701 Bloco O sl 4 Ed Mult Empresarial Alugo 3 Salas Conjugadas e Mobiliadas. Tr: 99114--6118 **c/9960**

SRTVS 701 Ed Mult Empresarial. Alugo Loja mobiliada c/mezanino Tr: 99114--6118 **c/9960**

SRTVS 701 Bloco O Ed Mult Empresarial Alugo 2 Salas Conjugadas Tr: 99114--6118 **c/9960**

3

VEÍCULOS

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

TOYOTA

HILUX SW4 18/19 Diamond, branco perolado, 7 lugares, bancos de couro claro, 65 mil km rodados R$ 298 mil Tr: 6199984-7641 zap

HILUX/19 SR 4x4 branca diesel aut 48mKm ún dn 205mil 99803-8899

3.6 PEÇAS E SEVIÇOS

ALUGUEL

LOCA VIP
AUTOMOVEIS COM AR cond, dh e km livre. Não exigimos cartão. A partir de R$ 80,00. Tr: 98282-5660 whats

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

CONSTRUÇÃO

MATERIAIS

GRANITINA DISTRITO Federal. Atacado e Varejo de Pedras Para Pisos de Granitina! Qi 05 LOTE 33/34 Taguatinga Norte (61) 98565-7500

4.3 SAÚDE

OUTRAS ESPECIALIDADES

CUIDADORA ATENDIMENTO Home Care, serviços enfermagem. Coren ativo 61-999131369

4.5 ADVOCACIA

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

APOSENTADORIA ADMINISTRATIVA PREVIDÊNCIA

APOSENTADORIA POR Invalidez; Benefício negado; Aposentadoria por idade; Tempo de contribuição;Aposentadoria Rural e Pensão por Morte. Contato: (61) 99409-5454

OUTROS PROFISSIONAIS

CALHAS-RUFOS - Pingadeiras, em qualquer quantidade e bitola. Temos bobinas p/ fabricantes já dobradas. Melhor preço do DF 996235265

DIARISTA OFEREÇO meus serviços. Atdo casas e aptos 984831090

4.6 SOM E IMAGEM

MÚSICA

SAX-TENOR Yamaha YTS id 26 único dono novíssimo 61-99077638

SOM E ACESSÓRIOS

EQUIPAMENTOS DE SOM High-End, State-Of-The-Art! Exclusivo! 61-999631426

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

ANIMAIS

VACAS LEITEIRAS 20 em lactação e 9 prenhes 61-999666281

5.2 CONVOCAÇÕES

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO

DE ASSOCIADOS SICOOB JUDICIÁRIO, esgotados os meios convencionais, vem pelo presente convocar os Srs. (a): A comparecer na sede da instituição localizada no EQS 102/103 Condomínio São Francisco Loja 200 Asa Sul - Brasília - DF, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a fim de tratar assunto de seu interesse, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais cabíveis para o caso em questão. Ademir Vaz de Souza; Adinaldo Anselmo Barbosa; Alexandra Pinheiro de Oliveira; Alisson Carlos Conceicao da Silva; Ana Christina Palmeirôo Alves Velho; Ana Kel Pereira de Oliveira; Ana Paula Santos Dias; Anderson Henrique Arruda da Silva; Andre Reis da Silva Gomes; Carlos Alves Pereira; Carlos Roberto da Fe; Cicero Oliveira Junior; Claudete Lima de Souza Lira; Cleonice de Fatima Ferreira; Cristiane Alves da Costa; Dayse Ruzzi da Silva Araujo; Edilson Figueiredo de Araujo; Eliezer Pereira da Silva Junior; Fabia Vivian de Oliveira Lima; Favero&Kaebish - Comercio de Alimentos LTDA; Favorita Comercio e Transporte de Cereais EIRELI; Florinda Segunda Martins de Melo; Francisca Renata Cosme dos Santos; Gerlanne Amaral Gois; Glauco Antonio Bezerra Japiassu; Jefferson Henrique Mota dos Santos; Hugo Martins da Silva; Isaias Pessoa de Carvalho; Jailde Raimundo da Silva; Jairo Felix; Jhonatas de Souza Magalhaes EIRELI; Joao Lima Gomes; Joao Marcos Silva Martins; Joel Rodrigues Santiago; Ivaldo Pereira de Assis; Jose Augusto Dias de Medeiros; Josemar Augusto de Lima; Kesi Jones Pereira da Silva; Lana Santos da Rosa; Lara Rayanna Germano de Lima de Oliveira; Luis Antonio Barbosa Bertolino Sobrinho; Luiz Efigenio dos Santos; Manuelle Pereira da Silva; Marcia Cristina Batista; Marcia Ivanira Mesquita Dias; Maria do Rosario Jardim dos Santos; Maria Helena Tavares Santos; Marisara Silva da Costa; Matheus Luiz de Menezes Silva; Michel Patric Dantas Ludugerio; Paulo Cesar Chagas; Perivaldo Guimaraes de Sousa; Rafael Andrade de Lima; Rafael Jonathas da Silva; Rejane de Franca Pereira; Ricardo Sousa Rezende; Roseane Lucia Camara da Costa Oliveira; Scalert Ohara Pereira da Rocha; Sergio Bruno Rodrigues da Silva. A Predidência.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO

DE ASSOCIADOS SICOOB JUDICIÁRIO, esgotados os meios convencionais, vem pelo presente convocar os Srs. (a): A comparecer na sede da instituição localizada no EQS 102/103 Condomínio São Francisco Loja 200 Asa Sul - Brasília - DF, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a fim de tratar assunto de seu interesse, sob pena de serem tomadas às medidas judiciais cabíveis para o caso em questão. Thallyson Andrade da Rocha; Danielle Dantas Lins de Albuquerque Targino; Gean Charles Alves Barros; Geovane Lucas Almeida dos Santos; Igor Leite do Nascimento; Igor Theophilo de Lima; Larissa Paula de Sousa Oliveira; Valdimar Ferreira Barbosa; Valdirene de Fátima Cruz Santos; Anderson Augusto Ara´jo da Silva; Andrea de Paiva Ubarana; Carlos Alberto Borges de Melo; Felipe Augusto Sousa Santos;Fly Hi Turismo LTDA; Wanda de Lourdes Moura Maciel Marques; Aldo Rafael Rodrigues Amaral; Jessica Fernandes Rodrigues Cabral; Francisco Bruno III; Jacqueline Ferreira Feliciano de Lima; Francisco das Chagas Dias da Silva; Helaine Barbosa Costa; Igor Leite do Nascimento;João Feliciano de Araujo Neto; Josias Wanzeller da Silva; Josivânio Araújo Silva; Leandro Gonþalves; José Gonçalves dos Santos; Liliane Campos Machado; Luciana Guimarães Carvalho Ferraz Menezes; Marcelo Gonþalves Dias Junior; Maria Alice Cosme; Vera Lucia Nascimento Escarlate; Maria das Graças da Silva Duarte de Abreu; Mauricio Yamassaki Teixeira Barbosa; Paulo Vitor Silva Bernardes; Residencial Salvador Dali; Robson de Souza Siqueira; Rodrigo Figueira Nardotto; Rommys Amaral de Araújo; RR Serviços Imobiliarios Eireli; Renata Alves de Albuquerque; Rodolfo Alves de Albuquerque; Rubenildo Queiroz Silva; Samuel Cosme de Lima; Vanderlucia Toscano do Monte. A Presi-dÜncia

5.2 MÍSTICOS

MÍSTICOS

BENÇÃO ESPIRITUAL

DONA PERCILIA Renove sua vida , resolva seus problemas. Seu sofrimento tem solução. Trabalhos c/ as forças e auxílio dos Espíritos de luz. Fazemos e desfazemos qualquer tipo de trabalho, Amarração p/ o Amor. Abertura de caminhos,Proteção Espiritual, União de Casais, Afastamento de Rivais, Passes, rezas e benzimentos p/ Brigas, Separação, Vícios, Depressão, Ansiedade , Inveja, Dificuldades. Afasta quem te perturba, Frigidez sexual e p/Filhos Problemáticos. Búzios Cartas Tarot. QSA 07 casa 14 Taguatinga Sul, Rua Colégio Guiness. F: 3561-1336 98363-5506 (Zap)

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA

DINHEIRO NA HORA Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/ serasa. Tel.: 4101-6727 98449-3461

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

ITIQUIRA VENDO

TÍTULO REMIDO Aceito proposta. Tr: 98402-3696 Zap

TÍTULO DE SÓCIO proprietário do Brasília Country Club 61-982515669

ITIQUIRA VENDO

TÍTULO REMIDO Aceito proposta. Tr: 98402-3696 Zap

SERVIÇOS

HOSPEDAGEM

HOTEL FAZENDAR Alugo para o Carnaval - Pirenópolis 61-991516029

PORTO SEGURO - BA Temporada praia de Taperapuan Golden Dolphin 2qts 61 999896659

5.7 TEMPORADA

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS

CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

CINE VIP Erótico Conic. 12 às 22 hs. (61) 99120-3647 Seg. à sábado

MASSAGEM ERÓTICA

PURO PRAZER dose dupla e brinquedinhos (61) 3326-7752/99866-8761

CRIS LOIRA

ATIVA E PASSIVA (61) 98525-2760 N. Band.

RENATA LOIRA

MULHERÃO 110CM de Bumbum Mando foto nua Zap 61 99834-6047

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CASEIRO que saiba tirar leite. Tr: (61) 99342-3576

ÓTIMOS GANHOS!!

MASSAGISTA PRECISA-SE c/ ou sem exper. 61 99414-1086 só zap

ATENDENTES DE LOJA , Auxiliar de Cozinha e Auxiliar de Serviços Gerais (Limpeza). Interessados enviar currículo p/ o e-mail: adm.aux @marzuk.com.br

AUXILIAR DE COZINHA e auxiliar de montagem. Cv p/: aguasclaras @mrhoppy.com.br

EMPRESA CONTRATA

AUXILIAR DE ENCARREGADO para atuar na área de condominial c/ experiência Enviar CV: rh@centrosulservicos. com.br

CASEIRO COM EXPERIÊNCIA de jardineiro 61-99316400

CONTRATA-SE

COZINHEIRA Profissional. Residência no Lago Sul. R$ 2.500,00 Ligue: 98346-7370

6.1 NIVEL BÁSICO

CONTRATA-SE

COZINHEIRA Profissional. Residência no Lago Sul. R$ 2.500,00 Ligue: 99967-4537

JARDINEIRO VAGA - Interessados enviar CV 99854-5054.WhatsApp

MASSAGISTA PRECISO

COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 61 98474-3116

TRABALHADOR RURAL exp c/ trator será diferencial 99854-5054

NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE / CAIXA cafeteria Lago Sul contrata. CV: cafemonetdf 2017@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE MANIPULAÇÃO

COM OU SEM EXPERIÊNCIA e boa digitação. Sal. R$1.600 + Comissão+VA+VT + PS. Cv p/ : viamagistral-curriculum @uol.com.br

ÓTICA CONTRATA

CONSULTOR (A) ÓPTICO (Vendedor) com experiência no ramo. Enviar currículo para: clt2020jk@gmail.com

CONTRATA-SE

MANICURES Com experiência para trabalhar na Asa Norte. 98173-1168

6º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL
PATRÍCIA BARRETO FILGUEIRAS DE ALMEIDA
www.registrodeimoveisdf.com.br
sextooficio@gmail.com
TEL/FAX +55(61)3371 9091 / 61-33715050
CNM 01 BLOCO H, 1º ANDAR, Centro
Ceilândia – DF – CEP: 72.215-508
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Requerimento nº wsIntimacaoLoteId«ws»/972946

PATRÍCIA BARRETO FILGUEIRAS DE ALMEIDA, Oficial do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Ceilândia/DF, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital vir ou dele conhecimentos tiverem que, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 4º da Lei 9.514/97, bem como pelo (a) credor (a) ao contrato de alienação fiduciária nº 155553455898-9 garantido por alienação, devidamente registrada na matricula nº. 39.687 desta Serventia, referente ao imóvel situado no(a) QNO 12 AE - CDJKLMNOP TORRE L RESIDENCIAL BOTANICO CONJUNTO VI EDIFÍCIO VIOLETA APTO 102 L CEILANDIA NORT BRASILIA DF 72255203 - nesta cidade, tendo como devedor (a) (es) fiduciante (es): NATALIA DE ARAUJO FONTENELE, CPF: 028.483.011-98 e IVAN ALVES DA SILVA, CPF: 699.764.571-20, e como credor (a) fiduciário (a): CAIXA ECONOMICA FEDERAL - HABITACIONAIS, com saldo devedor de responsabilidade do (a) (s) citado (a) (s) devedor (a) (es), venho intimá-lo (a) (s) para que se dirija(m) a este Cartório de Registro de Imóveis sito a CNM 01 BLOCO "H" 1º ANDAR-CENTRO-CEILÂNDIA/DF, CEP 72.215-500, telefone (061) 3371-9091, onde deverá (ao) efetuar a purga do débito de R$ 56.632,68, no prazo de 15 dias, contados da publicação deste edital, relativo aos encargos vencidos, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação; bem como as despesas relativas a intimação e a remuneração desta Serventia.

Findo o prazo e não havendo o cumprimento da referida obrigação, garante o direito de consolidação da propriedade fiduciária em favor do (a) credor (a) fiduciária (a), CAIXA ECONOMICA FEDERAL - HABITACIONAIS, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º da Lei 9.514/97. Dado e passado nesta cidade de Ceilândia/DF, aos 16 de fevereiro de 2023.

6º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL
PATRÍCIA BARRETO FILGUEIRAS DE ALMEIDA
www.registrodeimoveisdf.com.br
sextooficio@gmail.com
TEL/FAX +55(61)3371 9091 / 61-33715050
CNM 01 BLOCO H, 1º ANDAR, Centro
Ceilândia – DF – CEP: 72.215-508
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Requerimento nº wsIntimacaoLoteId«ws»/972823

PATRÍCIA BARRETO FILGUEIRAS DE ALMEIDA, Oficial do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Ceilândia/DF, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital vir ou dele conhecimentos tiverem que, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 4º da Lei 9.514/97, bem como pelo (a) credor (a) ao contrato de alienação fiduciária nº 144440681944-3 garantido por alienação, devidamente registrada na matricula nº. 38.465 desta Serventia, referente ao imóvel situado no(a) QNN 06 CONJUNTO P LOTE 05 CEILANDIA DF 72.220-076 - nesta cidade, tendo como devedor (a) (es) fiduciante (es): JOAO PEDRO JOSE DOS SANTOS, CPF: 047.082.801-30, e como credor (a) fiduciário (a): CAIXA ECONOMICA FEDERAL - HABITACIONAIS, com saldo devedor de responsabilidade do (a) (s) citado (a) (s) devedor (a) (es), venho intimá-lo (a) (s) para que se dirija(m) a este Cartório de Registro de Imóveis sito a CNM 01 BLOCO "H" 1º ANDAR-CENTRO-CEILÂNDIA/DF, CEP 72.215-500, telefone (061) 3371-9091, onde deverá (ao) efetuar a purga do débito de R$ 96.903,19, no prazo de 15 dias, contados da publicação deste edital, relativo aos encargos vencidos, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação; bem como as despesas relativas a intimação e a remuneração desta Serventia.

Findo o prazo e não havendo o cumprimento da referida obrigação, garante o direito de consolidação da propriedade fiduciária em favor do (a) credor (a) fiduciária (a), CAIXA ECONOMICA FEDERAL - HABITACIONAIS, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º da Lei 9.514/97. Dado e passado nesta cidade de Ceilândia/DF, aos 16 de fevereiro de 2023.

TJDFT
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

2ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5,Setores Complementares BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906 Telefones: (61) 3103- 1838 / 3103-1842 Fax: (61) 3103-0314 E-mail: 03vfamilia.bsb@tjdft.jus.br;
Horário de atendimento: segunda-feita a sexta-feira das 12:00 às 19:00

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS -INTERDIÇÃO

Processo Nº 0743289-87.2021.8.07.0016
Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE:MARIA DA GRACA CARNEIRO DA CRUZ
REQUERIDO:AMERICO JOSE DA CRUZ JUNIOR
REPRESENTANTE LEGAL:MARIA DA GRACA CARNEIRO DA CRUZ

A Dra. **MONIKE DE ARAUJO CARDOSO**, Juíza de Direito Substituta da 2a Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0743289-87.2021.8.07.0016**, ajuizada por REQUERENTE: MARIA DA GRAÇA CARNEIRO DA CRUZ em desfavor de REQUERIDO: AMERICO JOSE DA CRUZ JUNIOR, REPRESENTANTE LEGAL: MARIA DA GRAÇA CARNEIRO DA CRUZ, foi **DECRETADA**, mediante sentença proferida em. 28/10/2022, devidamente transitada em julgado em 19/12/2022, a INTERDIÇAO de **AMERICO JOSE .DA CRUZ JUNIOR**, **brasileiro, maior, estudete, solteiro, natural de Brasília/DF, nascido em 08/02/1990**, **tendo como genitores de Américo José da Cruz e Maria da Graça Carneiro da Cruz, por ser portador de Esquizofrenia, do tipo paranóide (F20.0),** tendo sido declarado incapaz de cuidar de si mesmo e administrar seus bens.Nomeou-lhe curadora **MARIA DA GRAÇA CARNEIRO DA CRUZ,brasileira, viúva, pensionista**, para o exercício de todos os atos juridicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorânexpediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e):, nos termos do artigo 755, § 3°,do Código de Processo Civil (CPC/2015).

Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 8 de fevereiro de 2023, 18:56:52. Eu, Tiago Lúcio Veloso da Silva, Diretor de Secretaria, conferi e assino digitalmente

Tiago Lúcio Veloso da Sil
Diretor de Secretaria

LEILÃO COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA NOVOS
Encerramento 09 de março - https://www.paulotolentino.com.br

MOTORES DESLIZANTES e BASCULANTES PARA PORTÕES ELETRÔNICOS RESIDENCIAIS e CONDOMINIAIS, MOTORES INDUSTRIAIS, CENTRAIS ELETRÔNICAS E ACESSÓRIOS, CONTROLADORES DE ACESSO LEITORES, MÓDULOS E RECEPTORES, CANCELA CONDOMINIAL PEÇAS DE REPOSIÇÃO, PORTÕES E CENTRAIS ELETRÔNICAS MOTORES DESLIZANTES e BASCULANTES, CENTRAIS ELETRÔNICAS E ACESSÓRIOS, LEITORES, MÓDULOS E RECEPTORES

LEILÃO COMERCIAL COM ENTREGA IMEDIATA EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICO
HTTPS://WWW.PAULOTOLENTINO.COM.BR

6.1 NÍVEL MÉDIO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL MÉDIO

CORRETOR(A) DE IMÓVEIS - Planos de renda fixa na captação de imóveis p locação! Mais de 3.000 imóveis prontos para venda além de oportunidades na planta. Estrutura de alto padrão com treinamentos. Interessados: 61-983491914

6.1 NÍVEL MÉDIO

COZINHEIRO (A) EXPERIÊNCIA risoto e massas. Cv: alesommdf@gmail.com

MASSAGISTA C/ OU S/ EXPERIÊNCIA focada. 61-983007098

PROFESSOR(A) INGLÊS remoto. CV para: pedagogico@just4you.com.br

TÉCNICO EM SEGURANÇA Eletrônica c/ experiência em CFTV. Salário e benefícios. Enviar CV: tulio@tsas.com.br

6.1 NÍVEL MÉDIO

SUPERVISOR(A) DE VENDAS Online Contrata-se que preste atendimento ao cliente. Ganhos acima de R$5 mil. Liberty Mall. CV p/: mvc.contato20@gmail.com

AUXILIAR LABORATÓRIO MANIPULAÇÃO
SALÁRIO BASE com/sem expr. R$1.600 + Va + Vt + PS. Enviar p/: viamagistralcurriculumlab@uol.com.br

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
VENDEDORA EXPERIÊNCIA comprovada p/ Loja Shopping na Asa Norte. curriculoasanorte@gmail.com

SEJA UM ESPECIALISTA em Prospecção de Clientes. Trabalho home office remuneração por percentual de contratos fechados. 99572-2396

6.1 NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL SUPERIOR

COORDENADOR(A)PEDAGÓGICO Park Education Unidade Sudoeste/Aguas Claras contrata, CLT, 44h semanais, com experiência e inglês proficiente. Cv p/: essudoeste.df@parkidiomas.com.br

ESTAGIÁRIO EM OBRAS Novo Gama 982595857 conecteobra@gmail.com

6.1 NÍVEL SUPERIOR

PROFESSOR(A) FRANCÊS fluentes ou nativos. Cv: contato@francaisprogressif.com.br

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

OFEREÇO MEUS serviços como passadeira aos sábados. Tr.98509-2514

6.2 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

COZINHEIRA OFEREÇO meus serviços. Tratar (61) 99216-0996.

COZINHEIRA OFEREÇO meus serviços. Tratar (61) 99216-0996.

COZINHEIRA OFEREÇO meus serviços. Tratar (61) 99216-0996.

COZINHEIRA OFEREÇO meus serviços. Tratar (61) 99216-0996.

6.2 NÍVEL MÉDIO

DIARISTA OFEREÇO meus serviços. 61-998511427

DIARISTA OFEREÇO-ME serviços domésticos tenho ref 61-998371416

MOTORISTA DOMÉSTICA cuidadora de idosos ofereço os meus serviços Tratar: 61 991918299

DIARISTA OFEREÇO meus serviços. 61-998511427

CUIDADO COM OS GOLPES E AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos abaixo alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego.

- ❌ Não pagar para obter um diploma para determinada vaga;
- ❌ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ❌ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ❌ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ❌ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ❌ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ❌ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ❌ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.